

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CAROLINA NOVAES CUNHA

**Os sentidos subjetivos da participação política para pessoas com  
sofrimento mental**

Belo Horizonte  
2013

CAROLINA NOVAES CUNHA

## **Os sentidos subjetivos da participação política para pessoas com sofrimento mental**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Stella Brandão Goulart

Belo Horizonte  
2013

150

Cunha, Carolina Novaes

C972s  
2013

Os sentidos subjetivos da participação política para pessoas com sofrimento mental / Carolina Novaes Cunha.-2013..

156 f.

Orientadora : Maria Stella Brandão Goulart

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

.1. Psicologia - Teses. 2. Saúde mental – Teses.3. Participação política – Teses. I. Goulart, Maria Stella Brandão. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Dissertação “Os sentidos subjetivos da participação política para pessoas com sofrimento mental.”

elaborada por **Carolina Novaes Cunha**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de

**MESTRE EM PSICOLOGIA**

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Maria Stella Brandão Goulart



Prof. Dr. Aluisio Ferreira de Lima



Prof. Dra. Sônia Regina Corrêa Lages

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, fizeram parte desse processo de construção e crescimento profissional ao qual me dediquei nos últimos anos. Todos que fazem parte e dão sentido ao meu trabalho e à minha vida.

Primeiramente, aos membros da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais, sem os quais este trabalho não seria possível, que permitiram que eu pudesse conhecer um pouco sobre seus mundos e suas vidas.

À orientadora, Maria Stella Brandão Goulart, pela disponibilidade e apoio ao longo de todo o processo.

Aos professores com os quais pude conversar, trocar ideias e aprender muito: Eleonora Schettini Martins Cunha, Ricardo Fabrino Mendonça, Ana Marta Lobosque, Sônia Regina Corrêa Lages, Aluísio Ferreira de Lima, Ana Carolina Ogando. Todos puderam me oferecer ricas contribuições ao longo do sinuoso caminho da construção dessa dissertação.

Aos colegas e amigos do mestrado e do Laboratório de Direitos Humanos e Transdisciplinaridade, com quem pude compartilhar as angústias e alegrias dessa caminhada profissional, sobretudo Júlia Castilho e Celso Renato.

Aos colegas de trabalho no Centro de Saúde Jardim Filadélfia, sobretudo à nossa gerente, Renata Castriota, por viabilizar a flexibilização dos horários de trabalho em função das atividades do mestrado.

Ao Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, por permitir a utilização do seu espaço para a realização de entrevistas com os membros da Associação, e ao Fórum Mineiro de Saúde Mental, onde foi possível estabelecer o primeiro contato com o campo de estudo.

À minha família, meus pais, Flávio e Thaís, eternos professores da minha vida, por quem tenho enorme admiração e gratidão, e que contribuíram efetivamente para esse trabalho, com discussões e revisões do texto. São exemplos de pessoas e de profissionais para mim. Minha irmã e amiga, Juliana, e ao Diogo, que nos presentearam com a alegria de uma nova vida em nossa família, nosso pequeno Vítor.

Ao Werner, companheiro na jornada de descobertas da vida, com quem espero compartilhar ainda muitas conquistas.

Escrevo nestas linhas meu sentido  
Nestas, meu reinventar resiliente  
Escrevo retratos  
Nestas linhas escrevo  
Um poema livre, uma crônica.

Nestas linhas a inspiração/ transpiração  
O que não é uma piração  
Escrevo porque assim sou útil mediadora  
Resta-me escrever sobre o leitor  
Quem lerá o que escrevo???

(Jackie Bertolini<sup>1</sup> – Pensamentos Poéticos)

---

<sup>1</sup> Integrante da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais.

## RESUMO

CUNHA, C. N. (2012). *Os sentidos subjetivos da participação política para pessoas com sofrimento mental*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

A dissertação busca compreender quais são os sentidos subjetivos envolvidos na participação política para pessoas com sofrimento mental que participam da Associação de Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG), na cidade de Belo Horizonte. As referências teóricas que guiam o trabalho estão ancoradas nos pressupostos da Psicologia Social (Lane, 1989), que considera o ser humano em sua dimensão social e histórica. A participação política é considerada na sua dimensão cidadã, como apresentada por Teixeira (1997). Para costurar nossa discussão, trabalhamos com o conceito de sentidos subjetivos desenvolvido por González Rey e com proposições da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. Assim, buscamos identificar os elementos de sentido subjetivo implicados no processo de participação política; apresentar possíveis zonas de sentido relacionadas à participação política de pessoas com sofrimento mental no espaço estudado; estabelecer articulações teóricas entre a teoria do reconhecimento (Honneth, 2009) e a produção de sentidos subjetivos (González Rey, 2005a) em relação à participação política, a partir da observação empírica. Para tanto, realizamos um estudo de caso, com observação participante junto aos membros da referida associação e dinâmicas conversacionais com alguns dos integrantes da entidade. A discussão que propomos neste trabalho aponta para a importância dos aspectos subjetivos que permeiam os processos de construção política. Os resultados apontam para a relevância de considerarmos os processos subjetivos em movimento dialético com os aspectos sociopolíticos nos estudos que pretendem compreender os fenômenos de luta social.

Palavras-chave: Participação política. Pessoas com sofrimento mental. Produção de sentidos subjetivos. Luta por reconhecimento.

## ABSTRACT

CUNHA, C. N. (2012). *Subjective senses of political participation for people with mental suffering*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The dissertation seeks to understand what are the subjective senses involved in political participation for people with mental suffering who participate in the Association of Users of Mental Health Services of Minas Gerais, in the city of Belo Horizonte. The theoretical references that guide the work are rooted in the assumptions of Social Psychology (Lane, 1989), which considers the human being in its social and historical dimension. Political participation is considered in its civic dimension, as presented by Teixeira (1997). To sew our discussion, we worked with the concept of subjective senses developed by González Rey and propositions of the theory of recognition presented by Axel Honneth. Thus, we seek to identify the elements involved in the subjective sense of political participation; discuss possible areas of meaning related to political participation of persons with mental suffering in the area studied; establish theoretical links between the theory of recognition (Honneth, 2009) and the production of subjective senses (González Rey, 2005a) in relation to political participation, based on empirical observation. In this way, we performed a case study, with participant observation with members of that association and conversational dynamics with some of the members of the entity. The discussion that we propose in this paper points to the importance of the subjective aspects that permeate the processes of political construction. The results demonstrate the importance of considering the subjective processes in dialectical movement with the sociopolitical aspects in studies that aim to understand the phenomena of social struggle.

Keywords: Political participation. People with mental suffering. Production of subjective senses. Struggle for recognition.

## **Lista de Abreviaturas**

ASUSSAM/MG	Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CERSAM	Centro de Referência em Saúde Mental
CERSAM/AD	Centro de Referência em Saúde Mental para Usuários de Álcool e Outras Drogas
CERSAMI	Centro de Referência em Saúde Mental Infantil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CRP	Conselho Regional de Psicologia
DISNAM	Divisão Nacional de Saúde Mental
ESP/MG	Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNLA	Movimento Nacional de Luta Antimanicomial
ONG	Organização Não Governamental
PDI	Psiquiatria Democrática Italiana
RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
SUP	Serviço de Urgência Psiquiátrica Noturna
SUS	Sistema Único de Saúde
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 A SEGREGAÇÃO DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL E A REFORMA PSQUIÁTRICA NO BRASIL.....</b>	<b>19</b>
2.1 Loucura e segregação .....	19
2.2 Loucura e segregação no Brasil.....	20
2.3 A reforma psiquiátrica no Brasil .....	21
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>27</b>
3.1 Referencial teórico .....	27
3.2 Instrumentos utilizados .....	29
3.2.1 Observação participante .....	31
3.2.2 Dinâmica conversacional .....	34
3.3 O processo de construção da informação .....	36
<b>4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>38</b>
4.1 Perspectivas sobre democracia.....	38
4.2 Esfera pública e democracia deliberativa .....	40
4.3 Participação política .....	44
<b>5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL NO MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL.....</b>	<b>50</b>
5.1 A ASUSSAM/MG – Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais.....	57
5.2 A ASUSSAM sob a perspectiva de seus membros.....	63
<b>6 TEORIA DO RECONHECIMENTO .....</b>	<b>69</b>
6.1 A Teoria do Reconhecimento .....	69
6.1.1 Principais influências teóricas: Hegel e Mead.....	71
6.1.2 Contribuições do pensamento de Winnicott e a questão do sofrimento mental .....	74
6.2 Teoria do Reconhecimento e a noção de desrespeito.....	78

6.3 As vivências de desrespeito das pessoas com sofrimento mental e a noção de estigma .....	81
6.4 A constituição de identidades políticas e de políticas de identidade a partir das lutas por reconhecimento na esfera pública .....	85
6.5 Críticas e discussões sobre a noção de reconhecimento .....	88
<b>7 SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS .....</b>	<b>92</b>
7.1 Produção de sentidos .....	92
7.2 A produção de sentidos subjetivos na perspectiva da Teoria da Subjetividade ....	94
<b>8 OS ELEMENTOS DE SENTIDOS SUBJETIVOS IMPLICADOS NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA .....</b>	<b>100</b>
8.1 A trajetória rumo à participação política .....	102
8.2 Desrespeito e estigmatização: experiências que marcam os sujeitos e mobilizam para a ação política.....	110
8.3 Relações familiares e crenças religiosas: valores pessoais que acompanham a prática política .....	113
8.4 As relações afetivas dentro e fora do movimento antimanicomial.....	116
8.5 As relações jurídicas e as experiências subjetivas de conquista de cidadania .....	119
8.6 As relações de solidariedade e a estima social .....	126
8.7 O “jeito” pessoal de participar: a capacidade criativa dos sujeitos se colocarem de forma particular dentro de um coletivo.....	130
8.8 Reabilitação psicossocial e perspectivas para o futuro.....	134
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE A – Eventos acompanhados através de observação participante (2011/2012).....</b>	<b>155</b>
<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....</b>	<b>156</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A participação política da pessoa com sofrimento mental constitui-se como temática de relevância na atualidade, considerando-se o momento histórico em que vivemos, de consolidação de processos participativos nas sociedades democráticas e de busca de emancipação e conquista política de grupos historicamente discriminados.

Sob uma perspectiva de cidadania, justiça social e garantia de direitos que vai para além do voto em processos eleitorais, a participação política vem se consolidando no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, a partir de lutas de diversos movimentos sociais pela redemocratização do País e por garantias de direitos. Esse processo de participação da sociedade civil nas discussões políticas do país torna-se, a cada dia, um desafio na vivência democrática a ser debatido e construído constantemente. A participação política cidadã (Teixeira, 1997) será o conceito com o qual entenderemos a participação política, ou seja, um processo no qual diferentes atores sociais assumem deveres e responsabilidades políticas, criando e executando direitos, inclusive o direito de controle social do Estado e do mercado, contribuindo, assim, para o fortalecimento da sociedade civil através da atuação organizada de indivíduos, grupos e associações.

O envolvimento de pessoas com sofrimento mental em processos participativos é recente. Ele data de meados da década de 70, sintonizado com o movimento de trabalhadores da área de saúde mental, que começou a lutar por melhores condições de assistência aos usuários e melhores condições de trabalho, constituindo um movimento social que ganhou força social e política. O movimento dos trabalhadores foi ganhando corpo e os usuários passaram a fazer parte da construção histórica do movimento, na medida em que foram conquistando voz e visibilidade, juntamente com os trabalhadores e demais cidadãos envolvidos na causa da luta pela dignidade das pessoas com sofrimento mental.

A pesquisa que deu sustentação a esta dissertação se apoia na importância de pensarmos os elementos que fundamentam a participação política de pessoas com histórico de sofrimento mental. Possibilita, assim, uma discussão sobre a prática da participação política como forma de combate à violação de direitos e exclusão dessas pessoas. Realizamos nosso trabalho de pesquisa junto a uma associação específica, a Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG). Essa é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, composta por pessoas com sofrimento mental, constituída desde o ano de 1994, localizada na cidade de Belo Horizonte. Estudos envolvendo associações de usuários de

serviços de saúde mental são ainda escassos no Brasil, sendo importante que essa temática seja enfatizada para se fomentar a organização e a luta política dessas pessoas (Vasconcelos & Rodrigues, 2010).

A discussão que propomos neste trabalho aponta para a importância dos aspectos subjetivos que permeiam os processos de construção política. Inserido dentro da discussão sobre participação política, movimentos sociais e democracia, o fenômeno que será destacado nesta dissertação é justamente o aspecto subjetivo da participação. Considera-se que esse aspecto é de extrema importância, uma vez que as trajetórias sociopolíticas e subjetivas das pessoas como interlocutoras em processos dialógicos e de mudança social se entrecruzam, gerando resultados tanto no âmbito pessoal, quanto no quadro sociopolítico e cultural. Sob essa perspectiva, encontramos no trabalho de Honneth (2009) uma proposta de se pensar os processos de mobilização política por um viés que considera de extrema importância os aspectos afetivos e subjetivos inerentes aos processos sociopolíticos. O autor defende que experiências morais de desrespeito vivenciadas pelos indivíduos e compartilhadas por grupos podem contribuir na construção de processos coletivos de luta social, salientando que:

... já nos começos da sociologia acadêmica, foi cortado teoricamente, em larga medida, o nexo que não raro existe entre o surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito: os motivos para a rebelião, o protesto e a resistência foram transformados categorialmente em “interesses”, que devem resultar da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida, sem estar ligados, de alguma maneira, à rede cotidiana das atitudes morais emotivas (p. 255).

A relevância do aspecto subjetivo da participação não exclui a importância dos aspectos objetivos socioeconômicos que são conquistados nas lutas empregadas pelos movimentos sociais, que levam às mudanças históricas da sociedade. Para melhor delimitarmos o objeto da pesquisa, salientamos que os aspectos de articulação política, negociações e análise do processo deliberativo em si, dentro da instância política em questão, não são focos de nosso estudo. No entanto, a subjetividade é um tema central para a Psicologia Social e Política, sendo salientada em nosso estudo.

O objetivo da dissertação, portanto, é compreender os sentidos subjetivos, para as pessoas com sofrimento mental, da sua experiência de participação política em uma associação de usuários de serviços de saúde mental de Belo Horizonte. Para tanto, pretende-se: identificar os elementos de sentido subjetivo implicados no processo de participação política; apresentar possíveis zonas de sentido relacionadas à participação política de pessoas com sofrimento mental no espaço estudado; estabelecer articulações teóricas entre a teoria do reconhecimento

(Honneth, 2009) e a produção de sentidos subjetivos (González Rey, 2005a) em relação à participação política.

As referências teóricas que nos guiam neste trabalho estão ancoradas nos pressupostos da Psicologia Social apresentada por Lane (1989), que considera o ser humano em sua dimensão social e histórica. Nessa perspectiva, cabe à Psicologia Social “... recuperar o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade...” (p. 13). Sob a ótica da Psicologia Social Crítica, como destacado por Goulart (2009), buscamos o comprometimento com as transformações sociopolíticas, tomando os fenômenos em sua dimensão histórica e transdisciplinar. Além disso, a Psicologia Social Crítica pretende o automonitoramento de suas práticas, em uma perspectiva autocrítica e reflexiva (Goulart, 2009). Para compreender essa participação política, estamos propondo refletir sobre uma atividade complexa, que implica em ações coordenadas e articuladas junto a outros indivíduos, para a satisfação de necessidades comuns. Dessa forma, segundo Lane (1989):

Refletir sobre uma atividade realizada implica repensar suas ações, ter consciência de si e dos outros envolvidos, refletir sobre sentidos pessoais atribuídos às palavras, confrontá-los com as conseqüências geradas pela atividade desenvolvida pelo grupo social, e nesta reflexão se processa a consciência do indivíduo, que é indissociável enquanto de si e social. (p. 17).

A Psicologia Social em sua vertente crítica (Lane, 1989; Goulart, 2009), com vistas à reflexão sobre atividades sociais envolvendo o encontro do indivíduo consigo mesmo, em um processo reflexivo, e com os outros, em um processo de desenvolvimento social, é a ótica segundo a qual enxergamos nosso campo de estudo. A Psicologia Social, conforme aponta González Rey (2005a), em uma perspectiva da psicologia histórico-cultural, constitui-se como uma base teórica dialética e complexa, na qual o individual e o social não são uma dicotomia, nem se excluem reciprocamente.

Trabalharemos com o conceito de sentido subjetivo desenvolvido por González Rey (2005a) caracterizado como “...a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções em um mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro.” (p. 127). Dessa forma, a produção de sentidos subjetivos possibilita movimentos, rupturas, continuidades, descontinuidades e transformações na vida social, considerando que as pessoas são sujeitos ativos e criativos nos diferentes espaços em que atuam (Gallert, 2010).

O conceito de reconhecimento com o qual trabalhamos foi desenvolvido por Honneth (2009), autor ligado à Teoria Crítica, a qual considera que a busca pela compreensão da

sociedade tem como princípios a orientação para a emancipação e o comportamento crítico relativo ao conhecimento e à realidade social (Nobre, 2009). A Teoria Crítica, como observa Goulart (2009), está em sintonia com as propostas da Psicologia Social Crítica no que tange à busca por projetos de emancipação e liberdade. Outros conceitos relacionados à participação política, como democracia, deliberação, cidadania, esfera pública e espaço público, serão abordados neste trabalho a partir de outros autores (Habermas, 1983, 1990, 2003; Avritzer & Costa, 2004; Dagnino, 2004; Teixeira, 1997, 2001).

A teoria do reconhecimento, como apresentada por Honneth (2009), acompanha-nos na discussão, uma vez que sua proposta aborda justamente aspectos subjetivos da dimensão do fazer político coletivo na atualidade, sendo útil para a compreensão de processos de mobilização de sujeitos e grupos em processos participativos que visam à transformação social. Dessa forma, as dimensões do reconhecimento são utilizadas como pontos de referência ao longo da análise dos resultados.

A perspectiva de sofrimento mental por nós utilizada será embasada na noção elaborada por Rotelli (1990) de “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social” (p. 90), enfocando na possibilidade de emancipação das pessoas em seu processo existencial, e não em uma perspectiva de cura de doenças mentais.

O uso do termo *pessoa* com sofrimento mental foi escolhido considerando aspectos teóricos e empíricos, salientando a literatura que enfatiza o aspecto dialógico dessa expressão (Rotelli, 1990; Spink & Medrado, 2004). Como estabelecem Spink e Medrado (2004): “A pessoa, no jogo das relações sociais, está inserida em um constante processo de negociação, desenvolvendo trocas simbólicas, em um espaço de intersubjetividade ou, mais precisamente, de interpessoalidade.” (p. 24). O termo *pessoa* é também utilizado nas propostas da Psicologia Humanista, sobretudo em Rogers (1977)<sup>2</sup>, em que é tida como autônoma, racional, dotada de capacidade de se desenvolver positivamente. Nessa perspectiva, o diagnóstico não é considerado como forma de rotular as pessoas em categorias patológicas, mas é utilizado para identificar em que ponto do processo existencial a pessoa se encontra e que significados ela atribui a seu mundo (Moreira, 2007). Além da opção teórica pelo termo, foi considerado o comentário feito por um membro da ASUSSAM/MG, em um evento acadêmico realizado na

---

<sup>2</sup> Críticas em relação aos limites da noção de pessoa apresentada por Rogers (1977) abrangem questões de uma visão dicotômica entre “interior” e “exterior”, uma visão individualista, baseada na cultura capitalista – sobretudo norte-americana – e até ingênua da concepção de pessoa como dotada de liberdade para se expressar no mundo, desconsiderando aspectos culturais e sociais intrínsecos ao desenvolvimento do *self*. Uma discussão aprofundada sobre as críticas à concepção de pessoa em Rogers (1977) é apresentada por Moreira (2007).

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no qual membros da Associação foram convidados a fazer uma exposição sobre sua experiência como militantes políticos para alunos de graduação do curso de Psicologia. Nessa ocasião, um dos convidados, membro da Associação, sugeriu a retirada do termo “portador” ao se tratar de pessoas com sofrimento mental, por ser um termo que caracteriza portar algo, uma constante. Outros membros do grupo também defenderam a retirada do termo “portador” para se referir às pessoas com sofrimento mental. A proposta dos usuários nos remete à noção de identidade como metamorfose, em uma tentativa de não aprisionar o indivíduo a uma imagem identitária constante, como foi alertado por Ciampa (1989), ao discutir o conceito de identidade.

O trabalho de pesquisa se baseou na perspectiva da Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005b). Foi realizado um estudo de caso (Lijphart, 1971; Gil, 2002), no qual, através de observação participante (Santos, 2011; Yin, 1994; Patton, 2002) e dinâmica conversacional (Gonzalez Rey, 2005b), acompanhamos algumas atividades e uma série de encontros entre os membros da ASUSSAM/MG, além de entrevistá-los separadamente. Ao longo do período em que acompanhamos as atividades dos membros da Associação, construiu-se um espaço de diálogo e interação, possibilitando o desenvolvimento de relações intersubjetivas afetivas e de muito aprendizado. As falas dos integrantes da Associação permeiam nosso trabalho, sendo apresentadas em alguns momentos pontuais, e analisadas mais detalhadamente no Capítulo 8 da dissertação.

Ao longo do processo de pesquisa, o posicionamento do pesquisador é importante na medida em que é a partir daí que a objetividade de uma pesquisa pode ser estruturada (Haraway, 1995). A ótica sob a qual observamos o fenômeno da participação política das pessoas com sofrimento mental é a de quem está no contato diário de atendimento às pessoas com as mais variadas histórias de vida e formas de sofrimento mental, em uma unidade básica de saúde de Belo Horizonte, ou seja, inserida, como profissional, na política de saúde mental do município. É também a posição de quem conhece a luta antimanicomial através de estudos prévios, como estudante de iniciação científica, e de inserções dentro do movimento, como simpatizante, mas não como uma militante ativa.

A dissertação está estruturada de modo que o segundo capítulo apresenta uma breve contextualização histórica da loucura e de sua segregação na sociedade, culminando no recente processo de reforma psiquiátrica. No terceiro capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. O quarto apresenta a discussão teórica em relação à participação política e os principais conceitos relacionados, passando pela discussão sobre democracia, deliberação e esfera pública. Em seguida à exposição teórica, no

quinto capítulo, realizamos uma discussão sobre a participação política das pessoas com sofrimento mental no movimento da luta antimanicomial, abordando questões do associativismo, e fazemos uma apresentação descritiva da ASUSSAM/MG, baseados em consultas aos documentos normativos da entidade e nas observações feitas em campo. Incluímos aí, as percepções de alguns integrantes da Associação em relação a alguns pontos da instituição. No capítulo seguinte, discutimos a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009), relacionando com outras questões, como estigma (Goffman, 2004) e identidade (Ciampa, 1989), demonstrando importantes conceitos, como a noção de desrespeito e as três dimensões do reconhecimento, que nos acompanham na análise final dos resultados. O sétimo capítulo apresenta a Teoria da Subjetividade de González Rey (2005a), em que trabalhamos o conceito de produção de sentidos subjetivos, que é a base para nossa análise dos depoimentos dos entrevistados. Por fim, no oitavo capítulo, apresentamos os depoimentos dos membros da ASUSSAM/MG, buscando compreender os sentidos subjetivos da participação política para eles.

Os resultados apontam para a constituição de zonas de sentidos, elaboradas a partir de elementos de sentidos identificados nos relatos dos entrevistados e nas observações de campo. Elencamos nossas conclusões a partir dos seguintes pontos: 1) a importância do envolvimento entre usuários de serviços de saúde mental e outros usuários militantes ou profissionais militantes no processo de iniciação na participação política; 2) o processo de constituição identitária e reposicionamento subjetivo que pode se desenvolver a partir da prática sociopolítica; 3) as experiências de desrespeito como pontos afetivos relevantes que podem tanto gerar intenso sofrimento quanto levar à mobilização para a ação política coletiva; 4) a importância das relações afetivas desenvolvidas entre as pessoas dentro do movimento social, contribuindo na aquisição de autoconfiança, e as diversas opiniões em relação à forma como as pessoas com sofrimento mental podem ser vistas na sociedade, partindo de experiências afetivas vivenciadas por cada um; 5) no âmbito da conquista de direitos, identificou-se os riscos de se estabelecer um reconhecimento perverso nas práticas de aquisição de direitos sociais, implicando, inclusive, em contradições entre as dimensões do reconhecimento, no caso, as dimensões do direito e da estima podem entrar em oposição na vivência subjetiva da pessoa; 6) as relações de solidariedade entre os membros no movimento social podem contribuir para a aquisição de autoestima, uma vez que os integrantes passam a sentir que fazem uso de seus atributos particulares para contribuir socialmente. Porém, a percepção de tal dimensão no âmbito da sociedade de forma integral não está ao alcance de nosso trabalho; 7) através do “jeito” como cada pessoa atua na Associação e no movimento social,

percebemos que cada pessoa dá significação à sua atuação política de acordo com sua percepção e que há conflitos de opiniões dentro do grupo, o que não impossibilita de forma alguma o potencial deliberativo e de ação política da entidade; 8) por fim, identificamos que a participação política transformou o cotidiano dessas pessoas, possibilitou reposicionamentos subjetivos e contribuiu para o desenvolvimento de novos horizontes sociais.

## 2 A SEGREGAÇÃO DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL E A REFORMA PSQUIÁTRICA NO BRASIL

*Ainda que os homens tenham o hábito de manchar minha reputação, e eu saiba muito bem como sou malquisto entre os tolos, tenho orgulho em vos dizer que esta Loucura é a única que pode trazer alegria aos homens e aos deuses. (Rotterdam, 2002, p. 15).*

### 2.1 Loucura e segregação

Entender a importância do processo de participação política de pessoas com sofrimento mental na atualidade implica em um retorno às raízes históricas do processo de exclusão da loucura em nossa sociedade. A loucura é obrigada a arcar com um estigma que foi construído ao longo dos séculos. O estigma, como entende Goffman (2004) é “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena.” (p. 7). Entende-se que o estigma não está no atributo em si, ele se constrói na relação entre determinado atributo e os significados em torno dele, conduzindo a diferentes estereótipos em diferentes períodos da história (Mendonça, 2009b).

Foucault (2003) é uma referência clássica na discussão da relação entre loucura e razão ao longo dos séculos; ele aponta para a construção discursiva desse estigma que envolve a loucura. Desde a Idade Média, passando pelo Renascimento e a Idade Moderna, a loucura se instaura, de formas diversificadas, porém, de certa maneira, sempre à margem da sociedade.

A loucura, marcada no período medieval por um caráter de misticismo, até o período do Renascimento, dispunha de certa liberdade de circulação. Os loucos<sup>3</sup> viviam como errantes e eram, muitas vezes, expulsos de suas comunidades. Com o desenvolvimento da nova sociedade industrial, uma nova ordem social se configura, exigindo certa conformação ao mundo do trabalho, provocando exigências comportamentais que antes não existiam. Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela repressão à loucura. Os loucos, juntamente com prostitutas, feiticeiros, desempregados e criminosos, tornaram-se parte do grupo que representava a desrazão e a desordem dos costumes, sendo internados em grandes instituições de caráter repressivo (Foucault, 2003).

---

<sup>3</sup> Utilizamos os termos “louco” e “loucura” nesta parte introdutória do trabalho devido à sua ampla utilização na literatura referente ao tema (Foucault, 2003; Castel, 1978; Cunha, 1988), mas, ao longo do texto, passaremos a utilizar a terminologia “pessoa com sofrimento mental”.

No final do século XVIII, permeado pelos ideais revolucionários burgueses da Revolução Francesa, o problema da loucura passou a pertencer à medicina moderna como ciência, que começou a se apoderar do louco como objeto de conhecimento objetivo positivo. Como aponta Castel (1978): “O louco, que surge como problema na ruptura revolucionária vai se ver dotado, no fim do processo, do status completo de alienado: completamente medicalizado...” (p. 11). O alienismo seria, como coloca Cunha (1988) a “estratégia vitoriosa” necessária ao processo de desenvolvimento da sociedade burguesa, ao manter as práticas de exclusão social sob a ideia de medicalização e assistência aos pobres e doentes. Destaca-se, nesse contexto, em Paris, a Lei de 30 de junho de 1838, como “... a primeira grande medida legislativa que reconhece um direito à assistência e à atenção para uma categoria de indigentes ou doentes.” (Castel, 1978, p. 21).

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, como demonstra Cunha (1988), constituem-se, então, os asilos, os hospícios destinados à cura e regeneração de “...um tipo especial de enfermos da razão, incompatibilizados com as disciplinas requeridas pela ordem burguesa.” (p. 21). Esses eram espaços médicos, destinados a indivíduos excluídos da ordem social, sob o comando de especialistas de uma nova modalidade médica (Cunha, 1988).

Foucault (2003) atenta para o fato de que as mudanças, em relação à consciência da loucura ao longo do século XVIII, não se deviam a movimentos humanitários ou à necessidade de desenvolvimento científico. A mudança ocorreu dentro do próprio espaço do internamento, na intenção de manutenção da ordem estabelecida (Vieira, 2006).

## **2.2 Loucura e segregação no Brasil**

No Brasil, nos períodos da Colônia e do Império, os loucos não constituíam um problema social. Eram alvos de chacotas e violência, porém não eram alvos de uma ação repressiva por parte do poder constituído (Passos, 2009). Apenas após a abolição da escravatura e a proclamação da república começava a prática de enclausuramento dos desocupados, imigrantes, loucos e demais classes de pessoas que prejudicavam os planos de modernização e consolidação da nação brasileira, que buscava seguir o lema positivista: “ordem e progresso”. Antes disso, já em 1852, estava sendo inaugurado o primeiro hospício do país, em consonância com o pensamento europeu da época, no qual os loucos eram considerados uma ameaça à ordem pública. Esse hospício foi construído com a missão de atender seguindo os

princípios do tratamento moral (Costa, 1981). O slogan da Sociedade de Medicina da Corte, nesse período, era: “Aos loucos o hospício” (Passos, 2009, p. 105). Lema que, anos depois, seria completamente invertido na palavra de ordem da Luta Antimanicomial: “Por uma sociedade sem manicômios”.

Ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, de acordo com a necessidade de modernização do país, os loucos passavam a ser excluídos do convívio social. Processo semelhante ao ocorrido na Europa séculos antes. Tais medidas ocorriam sob influência das ideias, também importadas da Europa, de degenerescência e periculosidade, ligadas às noções eugenistas que consideravam os fenômenos psíquicos como produtos da raça, ou do meio, e decorrentes de fatores biológicos ou orgânicos. Assim, reforçava-se o estigma relacionado à loucura, como salienta Costa (1981): “O pensamento eugênico utilizava a Biologia de modo parcial e unicamente para caucionar seus dogmas. A biologia funcionava, neste caso, como uma cobertura semântica que servia de legitimação aos preconceitos” (p. 25). A Liga Brasileira de Saúde Mental, instituição criada em 1923 com o objetivo de melhorar a assistência aos doentes mentais, acabava por endossar a estigmatização, uma vez que os psiquiatras da entidade baseavam sua prática nas preconizações eugênicas.

Nas primeiras décadas do século XX, os hospitais psiquiátricos passaram a proliferar no país. Em Minas Gerais, o primeiro hospital psiquiátrico construído foi em 1903, em Barbacena, ano que marca também a primeira legislação em saúde mental do país, a Lei Federal de Assistência aos Alienados (Costa, 1981). Outras instituições públicas se seguiram, o Instituto Raul Soares, em 1922, em Belo Horizonte, o Hospital Colônia de Oliveira, em 1927, na cidade de mesmo nome, e o manicômio judiciário, também em Barbacena, em 1929. Tais instituições, a princípio, foram criadas como expressão de modernização e se propunham a ser espaços de desenvolvimento da ciência psiquiátrica, mas viriam a se tornar espaços de degradação, exclusão e violência contra os loucos.

### **2.3 A reforma psiquiátrica no Brasil**

Ao fim da década de 50, a situação nos hospitais psiquiátricos apresentava superlotação, deficiência de pessoal, maus-tratos grosseiros, falta de vestuário e de alimentação, péssimas condições físicas, cuidados técnicos escassos e automatizados. A partir do golpe militar de 64 até os anos 70, clínicas psiquiátricas privadas conveniadas com o poder público proliferaram,

obtinham lucro fácil por meio da “psiquiatrização” dos problemas sociais de uma ampla camada da população brasileira. Criou-se, assim, a chamada “indústria da loucura” (Minas Gerais, 2006).

Nos anos 70, começavam a surgir denúncias e críticas à situação desumana na qual estavam submetidos os portadores de sofrimento mental dentro das instituições psiquiátricas. Dava-se início, então, a um longo processo de luta e reivindicações pelos direitos dos loucos. Esse processo histórico de reformulação crítica e prática tinha como objetivos e estratégias o questionamento e a elaboração de propostas de transformação do modelo clássico e do paradigma em psiquiatria. Surgiu a partir da conjuntura da redemocratização do país, em fins da década de 70, e teria como fundamentos a crítica conjuntural ao subsistema nacional de saúde mental e crítica estrutural ao saber e às instituições psiquiátricas clássicas (Amarante, 1995). Tal processo, denominado Reforma Psiquiátrica Brasileira, contou com a participação dos trabalhadores da saúde mental, grupos e movimentos da sociedade civil, representações político-partidárias e, sobretudo, dos próprios loucos, que deixavam de ser simples objetos da intervenção psiquiátrica para se tornarem agentes de transformação da realidade, construtores de outras possibilidades até então imprevisíveis, passava-se a edificar um sentido de cidadania que jamais lhes foi permitido.

O movimento de reforma psiquiátrica no Brasil surgiu em consonância com o movimento internacional que vinha se consolidando, sobretudo na Itália, sob a liderança do psiquiatra Franco Basaglia. Como aponta Goulart (2007): “As iniciativas italianas foram fundamentais para a reforma em curso no Brasil desde os anos 80 e o surgimento do nosso movimento de luta antimanicomial.” (p. 21). Distintas propostas de reformulação do modelo asilar tradicional eram discutidas no movimento, dentre elas, destacamos a proposta de comunidade terapêutica, a qual propunha medidas administrativas, democráticas, participativas e coletivas, objetivando uma transformação da dinâmica institucional asilar. Maxwell Jones, mais importante representante dessa linha, propunha a organização dos internos do hospital psiquiátrico em grupos de discussão, grupos operativos, objetivando o envolvimento do sujeito com sua própria terapia (Amarante, 1995). Nos anos 60, na Itália, Basaglia começava um trabalho de humanização no Hospital Psiquiátrico de Gorizia, baseado, inicialmente, na proposta da comunidade terapêutica. Segundo Goulart (2007), “Assembléias com os profissionais e os internos, gerais e por pavilhões, eram organizadas para se discutir o cotidiano assistencial do hospital.” (p. 39). Observa-se aí um primeiro esboço de participação democrática dos loucos, porém ainda restrita ao espaço da instituição. No entanto, Basaglia passaria a criticar esse modelo, por se tratar de uma mudança que não questionava as relações

de tutela e custódia, ou o fundamento de periculosidade social contido no saber psiquiátrico. Constituiu-se, então, a Psiquiatria Democrática, uma associação civil criada em 1973 pelo movimento antimanicomial italiano. Como afirma Amarante (1995): “A PDI [Psiquiatria Democrática Italiana] traz ao cenário político mais amplo a revelação da impossibilidade de transformar a assistência sem reinventar o território das relações entre cidadania e justiça.” (p. 48). Propunha, portanto, um projeto de desinstitucionalização, desmontagem e desconstrução de saberes/práticas/discursos comprometidos com uma objetificação da loucura e sua redução à doença (Amarante, 1995). O discurso crítico da Psiquiatria Democrática, conforme salienta Goulart (2007), buscava “... refletir sobre o impacto político da instituição psiquiátrica, efetivando novos parâmetros de relacionamento entre técnicos (em saúde mental) e usuários dos serviços, com objetivo de promover a reintegração social e a emancipação dos doentes mentais.” (p. 81). Essa tornar-se-ia a noção que orientaria o processo de reforma psiquiátrica no Brasil.

Destaca-se, na reforma psiquiátrica brasileira, a participação dos trabalhadores da saúde mental como atores do processo. Em 1978, profissionais de unidades hospitalares entraram em greve. Foram feitas denúncias em relação às condições de trabalho e assistência nesses hospitais. Ocorreram 260 demissões. Essa foi a crise da Divisão Nacional de Saúde Mental (DISNAM). No mesmo ano, ocorria o V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, marcado por um caráter de discussão e organização político-ideológica. As discussões abarcavam o repúdio à privatização do setor saúde, relacionada à falta de participação democrática na elaboração dos planos de saúde. Criticava-se o sistema de saúde no qual tanto profissionais quanto clientela eram submetidos a processos de exploração (Amarante, 1995). Nesse ano, emergia o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, que questionava as políticas de assistência psiquiátrica vigentes na época (Vasconcelos, 2000).

Um momento marcante no processo de reforma psiquiátrica, sobretudo em Minas Gerais, foi o III Congresso Mineiro de Psiquiatria, realizado em Belo Horizonte, em 1979, do qual participaram influentes nomes, como o psiquiatra italiano Franco Basaglia, e o sociólogo francês Robert Castel, bem como usuários de serviços de saúde mental e familiares, sindicatos, jornalistas, profissionais de saúde e estudantes universitários. O evento provocou impacto na opinião pública, apresentando denúncias importantes, como a apresentação do documentário “Em Nome da Razão”, produzido pelo cineasta Helvécio Ratton, então estudante de Psicologia. O impacto do filme possibilitou, como afirma Goulart (2010b), o rompimento com o pacto de silêncio e desafiou o público composto basicamente por profissionais de saúde, através de suas cenas que sinalizavam “...a ultrapassagem dos limites

da condição humana, denunciando o processo de degradação que se institucionalizara no manicômio, sob o abrigo da instituição psiquiátrica.” (p. 38).

Nos anos 80 foram realizadas algumas reorientações técnicas no campo da saúde mental, como reformas dos hospitais psiquiátricos públicos e o Plano Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), o qual possibilitou implementação gradativa do modelo sanitarista de “Ações Integradas de Saúde” (Goulart, 2007; Vasconcelos, 2000). Porém, ainda havia pouco impacto sobre a prática de segregação consolidada (Goulart, 2007). Em 1987, o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental realizaria seu congresso em Bauru, no qual nasceria o movimento antimanicomial<sup>4</sup>, o qual será apresentado mais detalhadamente no próximo capítulo.

Em 1989, foi lançado o Projeto de Lei Paulo Delgado, que propunha a extinção e substituição gradativa dos serviços de tipo manicomial (Vasconcelos, 2000). A Lei 10.216, de 6 de abril de 2001, ou Lei Paulo Delgado, como ficou conhecida, foi sancionada após 12 anos de tramitação pelo Congresso Nacional, com algumas modificações em relação ao projeto original. O projeto de lei foi inspiração para legislações estaduais, como a mineira, Lei 11.802, de 18 de janeiro de 1995. A Lei 10.216 redireciona o modelo da assistência psiquiátrica, regulamenta o cuidado especial com a clientela internada por longos anos e prevê possibilidade de punição para a internação involuntária arbitrária ou desnecessária.

Ressalta-se que, até 2001, vigorava no Brasil a legislação de 1934, a qual dispunha “...sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências.” Nos anos 30, como vimos, as pessoas com sofrimento mental eram tratadas como sujeitos desprovidos de direitos sociais e submissos a um sistema de saúde mental hospitalocêntrico, alicerçado na prática de segregação através das estruturas asilares (Goulart, 2006a).

Nos anos 90, salienta-se a Declaração de Caracas, elaborada durante a Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, como o documento que marca as reformas na atenção à saúde mental nas Américas. A declaração propõe que a assistência psiquiátrica deve estar ligada ao

---

<sup>4</sup> Escolhemos a terminologia “movimento antimanicomial” por ser assim referido na cartilha elaborada pelos usuários de saúde mental da ASUSSAM em parceria com a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP/MG). Localizamos também em Goulart (2007) o termo “movimento antimanicomial” o qual é apontado pela autora como nomenclatura mais conhecida e que facilita a identificação do movimento. Encontramos em Lobosque (2001) a terminologia “movimento de luta antimanicomial”. Trataremos o termo, ao longo do texto, conforme utilizado pelos autores referenciados, mas nossa opção será pelo uso de “movimento antimanicomial.” O importante é salientar que esse termo se refere ao movimento em seu contexto geral, incluindo ambas as correntes que hoje compõem o movimento no Brasil, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) e o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA).

atendimento primário da saúde, possibilitando modelos alternativos, centrados na comunidade e procura rever o papel hegemônico do hospital psiquiátrico na assistência em saúde mental, considerando que o tratamento deve salvaguardar a dignidade e os direitos humanos, baseando-se em critérios tecnicamente adequados e propiciando a permanência do enfermo em seu meio comunitário.

No ano de 1995, em Minas Gerais, foi aprovada a Lei 11.802, de 18 de janeiro de 1995, conhecida como Lei Carlão, que determina a extinção progressiva dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços alternativos para tratamento dos portadores de transtorno mental. A legislação ainda regulamenta a internação compulsória, a qual passa a ser necessariamente comunicada ao Ministério Público. A lei proíbe o uso de celas fortes, camisas-de-força e outros procedimentos violentos e desumanos em qualquer estabelecimento de saúde. As penalidades para quem descumprir a lei abrangem advertência, inquérito administrativo, suspensão do pagamento dos serviços prestados, aplicação de multas e cassação da licença e do alvará de funcionamento. Por fim, a lei propõe a constituição, nos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, de Comissões de Reforma Psiquiátrica, com vistas ao acompanhamento das medidas de implantação do modelo de atenção à saúde mental previsto, bem como do processo de desativação gradual dos hospitais psiquiátricos existentes no Estado. Tais comissões são compostas por representantes dos trabalhadores da área de Saúde Mental, autoridades sanitárias, prestadores, usuários e seus familiares e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Assim, os anos 90, como aponta Goulart (2007) “...consolidaram os princípios de democratização inerentes ao projeto de mudança em construção.” (p. 30). Em Belo Horizonte, no ano de 1993, deu-se início a implementação da Política de Saúde Mental, tendo como um de seus objetivos, como afirmam Abou-Yd (2008) “...o diálogo com a cidade, formulando estratégias e criando dispositivos capazes de sustentar a presença pública e digna do portador de sofrimento mental.” (p. 11). A rede de Saúde Mental de Belo Horizonte conta com diversos serviços, articulados em rede, que visam um tratamento que propicie ao usuário participar ativamente da vida política e social da cidade (Minas Gerais, 2006), sendo estes: Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMS), Centro de Referência em Saúde Mental Infantil (CERSAMI), Centro de Referência em Saúde Mental para usuários de álcool e outras drogas (CERSAM/AD), Serviço de Urgência Psiquiátrica Noturna (SUP), Centros de Convivência, Unidades Básicas de Saúde com equipes de saúde mental, moradias protegidas, serviços regionalizados de atenção à saúde mental de crianças e adolescentes com equipes

complementares. Além disso, destaca-se o *Programa de Volta Para Casa*, com oferta de bolsas para egressos de hospitais psiquiátricos.

Em 1994 foram fundadas importantes entidades da sociedade civil vinculadas ao movimento antimanicomial na cidade de Belo Horizonte: a ASUSSAM/MG, composta exclusivamente por usuários de serviços de saúde mental, com o objetivo de defender os direitos das pessoas com sofrimento mental, e o Fórum Mineiro de Saúde Mental, coletivo da militância antimanicomial mineira composto por usuários, trabalhadores e familiares, entre outras entidades, que se constitui, segundo Castro (2008), como “... um laboratório no qual se criam projetos, ações, estratégias e intervenções que dão corpo à utopia antimanicomial...” (p.222).

O processo de reforma psiquiátrica brasileira, como vimos, foi fortemente marcado pela participação da sociedade civil através do movimento de luta antimanicomial, composto por trabalhadores de saúde mental, usuários e familiares. Esses foram atores essenciais para a construção de uma política de saúde mental que buscasse assegurar a dignidade humana.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Referencial teórico

Nessa dissertação, o conceito de objetividade é situado como um processo intersubjetivo. Há um elo entre objetividade e intersubjetividade, no qual a objetividade não pode ser vista como um *a priori*, ou um ponto de partida absoluto, ela deve aparecer como uma espiral dinâmica encadeando autoprodução e reconstrução (Spink & Lima, 2004). A objetividade científica, com a qual nos propomos a trabalhar, abrange uma perspectiva que vai além da noção positivista de ciência. A construção objetiva do conhecimento passa pela questão da parcialidade inerente ao saber e pelo posicionamento crítico, como forma responsável diante do fazer ciência. Como Haraway (1995) salienta, o posicionamento é uma prática-chave do conhecimento organizado, implica responsabilidade por nossas práticas e se trata de assumirmos que não detemos o controle final.

O foco de nosso estudo está sobre os sentidos subjetivos relacionados à experiência de participação política, e não no processo participativo em si. Diante disso, escolhemos trabalhar com o enfoque da “Epistemologia Qualitativa” (EP) desenvolvida por González Rey (2005b). Aliada a essa perspectiva, buscamos articular as noções que envolvem a Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2009), considerando que estas podem enriquecer a compreensão sobre as vivências subjetivas de participação política. Para isso, a análise do material considera pontos que possam dialogar com algumas noções da teoria, de forma não a guiar, mas a acompanhar as discussões sobre os sentidos subjetivos. Buscamos encontrar, nas entrevistas e observações realizadas, traços relativos aos domínios do amor, do direito e da estima social, além de elementos relativos a situações de desrespeito, de constituição identitária e do reconhecimento, de forma mais geral, que atravessam as temáticas trazidas pelos membros da Associação (Honneth, 2009; Mendonça, 2009b). Apesar da importância do aspecto subjetivo nos processos participativos, não cabe aos atores, individualmente, a definição do que sejam direitos e cidadania, mas é justamente o olhar subjetivo que, através das suas vivências cotidianas, possibilita a renovação da compreensão dos direitos e a expansão do que é tido como relevante para a dignidade das pessoas (Mendonça, 2009b). Acreditamos que a proposta da Epistemologia Qualitativa pode ser trabalhada aliada a elementos da Teoria do Reconhecimento, uma vez que ambas enfatizam a importância fundamental de processos subjetivos que envolvem práticas sociais.

O conceito de subjetividade, nessa perspectiva epistemológica, explicita um “sistema complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação.” (González Rey, 2005b, p. 19). Para González Rey (2005b), a subjetividade social e a individual constituem partes de um mesmo sistema. A subjetividade social se constitui pela organização subjetiva dos sentidos que as pessoas produzem em relação aos inúmeros aspectos da vida social. Enquanto a subjetividade individual indica formas de organização da subjetividade existentes na história de cada sujeito. A subjetividade social de um determinado espaço só é possível na medida em que os sujeitos interagem entre si e, partir de então, produzem novos sentidos. E a subjetividade individual só ocorre na medida em que os sujeitos se relacionam uns com os outros nos diversos contextos sociais, produzindo sentidos subjetivos (Gallert, 2010). Os elementos oriundos de diversos contextos sociais, que constituem a subjetividade social de tais contextos, são trazidos ao espaço da Associação de usuários (ASUSSAM) através da expressão da subjetividade individual de cada membro.

A subjetividade social se caracteriza pela complexidade e pelas contradições provenientes dos dois níveis e se transformam em produções de sentido que propiciam o desenvolvimento dos sujeitos e da sociedade, em um processo infinito (González Rey, 2005). Nessa direção, a proposta de Honneth (2009) vai ao encontro da de González Rey (2005), ao propor que o desenvolvimento social está aliado à autorrealização pessoal. Assim, tanto as propostas de Honneth (2009) quanto as de González Rey (2005a) colocam as relações intersubjetivas como pontos nevrálgicos do processo de desenvolvimento, tanto social quanto individual.

A Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005b) é uma tentativa de desenvolver uma reflexão sobre as exigências e necessidades de produção de conhecimento na perspectiva qualitativa. O autor estabelece três atributos epistemológico-metodológicos em seu trabalho. Primeiramente, o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, que implica em compreender o conhecimento como produção, e não como apropriação linear de uma realidade apresentada. Assim, pretende-se superar a ilusão de que a legitimidade do conhecimento está na sua correspondência com a realidade. Daí, o autor desenvolve o conceito de “zonas de sentido”, como sendo espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica, que não se esgotam, pelo contrário, abrem possibilidades de seguir aprofundando um campo de construção teórica. Marques (2010) observa que, nessa perspectiva, cabe ao pesquisador observar e interagir, guiando-se por suas impressões próprias e detectando os espaços de inteligibilidade.

O segundo ponto a destacar é o da legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico, o que implica considerar a pesquisa como produção teórica, entendendo o teórico como construção permanente de modelos de inteligibilidade. Ou seja, processos de construção intelectual que acompanham o desenrolar da pesquisa, diferentemente de uma noção teórica que se reduz a fontes de saber preexistentes. A pesquisa não precisa necessariamente ter um fim teórico, mas a produção de ideias e de modelos de inteligibilidade em relação à questão pesquisada é inerente ao processo. Assim, o caso singular dá legitimidade à informação produzida, na medida em que o pesquisador vai desenvolvendo seu modelo teórico no curso da pesquisa.

Finalmente, há também uma compreensão da pesquisa como processo dialógico, entendendo que a pesquisa é um espaço de comunicação constante, sendo essa a via na qual os participantes se convertem em sujeitos, implicados no processo. Em nossa experiência, esse envolvimento ocorreu de forma intensa. Os participantes do espaço de pesquisa foram bem receptivos à entrada da pesquisadora no grupo, estiveram sempre interessados, inclusive convidando para eventos culturais nos quais eles estariam se apresentando, organizando visitas domiciliares, oferecendo à pesquisadora materiais significativos produzidos por eles como textos literários, o que propiciou a construção de uma relação intensa e produtiva ao longo do processo de pesquisa de campo. Ao longo desta dissertação estaremos expondo depoimentos dos integrantes da pesquisa, pretendemos que eles nos “acompanhem” ao longo de nossa trajetória de esforço em sistematizar os fenômenos por nós observados durante a pesquisa de campo.

### **3.2 Instrumentos utilizados**

Segundo Bosí (2003), um trabalho científico está baseado em dois níveis do método. O primeiro remete à orientação geral da pesquisa, tendência teórica que guia desde a hipótese inicial até a interpretação final dos dados colhidos; o segundo se refere à técnica particular da pesquisa, o procedimento. A orientação teórica da pesquisa está baseada nas discussões sobre luta por reconhecimento (Honneth, 2009), na perspectiva de produção de sentidos subjetivos (González Rey, 2005a) e na noção de participação política cidadã (Teixeira, 1997). No entanto, diversos trabalhos também contribuíram na construção desta dissertação, como os desenvolvidos por Lima (2010) e Mendonça (2009b), no que se refere à Teoria do

Reconhecimento, e os trabalhos de Marques (2010), Silva (2008) e Gallert (2010) no âmbito da produção de sentidos subjetivos, como será discutido mais adiante.

Em relação aos procedimentos, foi realizado um estudo de caso em uma associação de usuários de serviços de saúde mental localizada na cidade de Belo Horizonte. Foram utilizados para coleta de dados os seguintes instrumentos: dinâmica conversacional (González Rey, 2005) e observação participante (Santos, 2011). O uso de técnicas diversas na realização de estudos de caso é importante para garantir melhor qualidade à investigação (Patton, 2002; Yin, 1994).

Segundo Lijphart (1971), a vantagem do estudo de caso é permitir focar em uma situação ou fenômeno particular que pode ser intensivamente examinado; sua limitação é a de não se constituir como base para uma generalização válida. Entretanto, indiretamente, estudos de casos contribuem para o estabelecimento de proposições gerais e, dessa forma, para a construção teórica.

Gil (2002) aponta que os propósitos de um estudo de caso não são os de proporcionar conhecimentos precisos das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados. O autor coloca outras críticas geralmente feitas ao estudo de caso, relacionadas ao longo tempo necessário para seu desenvolvimento e à baixa consistência dos resultados. Ele responde a essas críticas demonstrando que as experiências dos últimos anos têm mostrado que estudos de caso podem ser feitos em menores espaços de tempo e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos.

O estudo de caso que nos propomos a desenvolver envolve os membros da Associação de Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG) nos aspectos subjetivos que abrangem seu processo de participação política nesse espaço específico.

González Rey (2005b) diferencia o conceito de técnica, usada na perspectiva positivista de ciência, do de instrumento. Segundo o autor: “Definimos por instrumento toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa.” (p. 42). Os instrumentos formam um sistema em que se relacionam e dão lugar a um sistema único de informação. O autor enfatiza que os instrumentos não são via de produção de resultados, mas sim de informação. Como mencionamos, os instrumentos utilizados foram observação participante (Santos, 2011) e dinâmica conversacional (González Rey, 2005b). Ao longo do processo de observação participante, na interação com os sujeitos, tivemos acesso a

alguns materiais literários<sup>5</sup> produzidos por eles, especificamente por três pessoas do grupo. González Rey (2005b), ao apresentar a Epistemologia Qualitativa, cita o uso de materiais escritos como indutores ou facilitadores de expressões, como questionários e complementos de frases. O material escrito que temos, porém, não pode ser considerado um indutor, pois são textos que foram escritos pelas pessoas em momentos particulares de suas vidas, não relacionados diretamente à temática de nossa pesquisa. Por isso, tais materiais serão utilizados como complementos para entendermos os processos subjetivos de nossos entrevistados, sem, no entanto, serem considerados indutores no sentido descrito por González Rey (2005b).

Utilizamos ainda, para complementar a pesquisa descritiva sobre a Associação, fontes documentais, sendo estes os documentos reguladores da entidade: o Estatuto da (ASUSSAM/MG) e o Regimento Interno da entidade.

### ***3.2.1 Observação participante***

Apesar de a Epistemologia Qualitativa de González Rey (2005b) não trabalhar com a denominação observação participante, mantivemos esse termo por ser uma forma de denominar a interação que se estabelece ao longo da pesquisa qualitativa.

Segundo Santos (2011):

...a observação participante é um método em que o pesquisador toma parte do cotidiano do grupo ou organização pesquisada, até desempenha tarefas regularmente, tudo com o intuito de entender em profundidade aquele ambiente. (p. 4)

Esse é um modo especial de observação no qual não se é um observador passivo. Ao invés disso, é possível assumir papéis dentro da situação do estudo de caso e se pode participar dos eventos que estão sendo estudados. Essa técnica é mais frequente em estudos antropológicos, podendo ser utilizada também em cenários cotidianos, como organizações ou outros pequenos grupos (Yin, 1994).

---

<sup>5</sup> Os materiais literários aos quais tivemos acesso foram os seguintes: três livretos de poesias escritos por uma das participantes da Associação, sendo o primeiro intitulado “Pensamentos poéticos”, o outro “De louco todos um pouco” e o terceiro “O céu de todas as partes”. Recebemos ainda um material contendo a história de vida de outra participante do grupo, denominado “Verprosando sofrendo e proersando lutando”. E, ainda, uma terceira usuária, que inclusive lançou seu livro com o título “O patrão”, em formato digital em um evento artístico na cidade de Belo Horizonte.

Patton (2002) salienta que é impossível observar toda a realidade e que algum processo de seleção é necessário. O pesquisador deve usar da criatividade e flexibilidade em seu planejamento, bem como na sua análise dos dados coletados. Alguns aspectos importantes devem ser considerados nesse tipo de trabalho: coletar informações históricas relativas ao campo observado; observar as formas de comunicação não verbais que podem ocorrer; desenvolver a auto-observação do pesquisador (partindo de uma perspectiva reflexiva, o pesquisador deve considerar os sentimentos e impressões que teve ao realizar suas observações como forma de complementar sua análise). Ao longo da observação participante, foi feito um diário de campo com registros. Considerando a técnica de observação participante, Neves (2006) nos lembra da importância do aspecto ético que deve ser considerado ao longo do processo, de respeito aos valores e práticas do grupo pesquisado.

O processo de aproximação do grupo se deu em maio de 2011, quando fui, pela primeira vez, a uma reunião do Fórum Mineiro de Saúde Mental. Sendo essa uma reunião mensal e aberta para todos os interessados. Na ocasião, aproximei-me de algumas pessoas, apresentei-me, e, então, fui convidada por um dos membros da ASUSSAM a ir às suas reuniões. Desde então, frequentei algumas reuniões, apresentei-me, mencionei meu objetivo e fui acolhida pelo grupo com muito respeito. Foram elaboradas cartas de aceite para que a observação participante ocorresse tanto na Associação quanto no Fórum, sendo assinadas por representantes de ambas as entidades.

O procedimento de observação participante ocorreu no período de maio de 2011 a setembro de 2012, em diversos espaços públicos frequentados pelos membros da ASUSSAM, o que inclui as reuniões da Associação, que ocorrem quinzenalmente, as reuniões do Fórum Mineiro de Saúde Mental, com periodicidade mensal, e outros eventos nos quais os membros da Associação estavam presentes.<sup>6</sup> González Rey (2005b) salienta que a subjetividade aparece apenas quando os sujeitos e o grupo estudado se implicam em sua expressão, de forma que a pesquisa passe a fazer sentido para eles. A entrega de suas produções literárias, os convites para eventos e o processo de escolha dos entrevistados são uma demonstração do envolvimento dos sujeitos no processo da pesquisa. A abertura do grupo ao pesquisador e do pesquisador ao grupo, possibilitando uma construção conjunta da pesquisa, pode ser evidenciada no episódio que relatamos a seguir:

---

<sup>6</sup> Ao todo, estive presente em 13 reuniões da ASUSSAM (de 17 de maio de 2011 a 10 de setembro de 2012), sete reuniões do FMSM (entre 7 de maio de 2011 e 2 de junho de 2012) e mais oito eventos diversos dos quais participei com os membros da ASUSSAM. Os eventos que foram acompanhados estão apresentados na Tabela 1 (Anexo).

*Foi a primeira reunião do ano de 2012 na qual eu estava presente. No ano de 2011, eu havia frequentado algumas reuniões no intuito de começar a me aproximar do grupo. Ainda em 2011, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em pesquisa da UFMG, com os documentos necessários, inclusive um documento que solicitava a minha presença nas reuniões da entidade, explicitando os propósitos da pesquisa, assinado por um dos membros.*

*No momento dos informes da referida reunião, fiz minha inscrição para falar sobre a pesquisa. Dentro da estrutura das reuniões, sempre há um momento no qual os participantes se inscrevem para dar informes, de modo a organizar o processo comunicativo. Informei, dando um retorno aos membros da Associação, sobre o andamento da pesquisa, que o projeto havia passado pela avaliação do Comitê de Ética da UFMG e que havia sido aprovado. A intenção era mantê-los informados sobre o andamento da pesquisa, da qual eles faziam parte. Nesse momento, o presidente pediu a palavra, incomodado por não haver compreendido, na ocasião em que comecei a frequentar as reuniões, em 2011, que se tratava de uma pesquisa de mestrado. Tendo em vista a visibilidade que um trabalho de mestrado pode proporcionar, ele sugeriu que fosse votado pelos membros da Associação a continuidade ou não da pesquisa. Os membros demonstraram sua preocupação em relação às informações que seriam transmitidas sobre a Associação. Preocupação pertinente. Eles comentaram sobre outras pesquisas acadêmicas que cometeram equívocos em relação a referências históricas do movimento de luta antimanicomial e esclareceram que gostariam que não houvesse equívocos na apresentação da Associação ao público leitor do trabalho.*

*Esclareci ao grupo que a pesquisa visava conhecer o sentido da participação política para as pessoas envolvidas, e que a Associação não era propriamente o objeto de estudo, mas o contexto no qual o estudo se desenvolveria, e que eu pretendia estar próxima do grupo justamente para evitar, o quanto fosse possível, distorções de informações. A assembleia decidiu pela continuação da pesquisa, com a ressalva de a pesquisadora estar atenta aos eventos históricos, não repassando informações equivocadas sobre a Associação. Tal discussão não se passou de forma neutra, o conflito de opiniões se estendeu, alguns membros afirmavam que a questão da pesquisa já estava esclarecida e que não precisava ser questionada mais, outros falavam da importância de maiores esclarecimentos. Escutei atentamente, obviamente também senti a tensão do momento de conflito, que foi de extrema importância para o estabelecimento de uma comunicação clara entre todos, possibilitando a observação da necessidade do estabelecimento de uma relação de confiança no processo de pesquisa.*

Esse episódio possibilitou a aproximação e construção conjunta do conhecimento sobre a realidade empírica estudada. A elaboração do texto que faz uma descrição da Associação, em seu aspecto estrutural, histórico e organizacional, foi lido pelo presidente, que, representando os colegas, contribuiu na escrita do texto, o qual está no quinto capítulo dessa dissertação.

O contato com os membros da Associação durante todo o período da observação participante foi de intenso aprendizado e as relações estabelecidas com as pessoas do grupo foram diversas. Além das presenças nas reuniões quinzenais da diretoria da ASUSSAM, também participamos de outros eventos nos quais os membros estavam presentes, fizemos visitas domiciliares, trocamos e-mails.

O envolvimento dos membros da Associação com a pesquisa foi espontâneo e, como era de se esperar, algumas pessoas se mostraram mais interessadas em participar. Uma delas, inclusive, enviou alguns e-mails para a pesquisadora com informações que complementavam as informações dadas durante a dinâmica conversacional. No último de seus e-mails, a entrevistada, a qual chamamos pelo nome fictício de Anastácia, quis finalizar sua participação na pesquisa dando sua opinião em relação à presença da pesquisadora na Associação durante

os últimos meses. Transcrevemos aqui sua mensagem, inclusive mantendo a sua peculiaridade na escrita, mantendo sempre a letra maiúscula no início de cada palavra:

*Finalizamos Aqui Nossa Participação Em Sua Pesquisa. Deixo Registrado Que Você Não "Existiu". Realizamos As Reuniões Da ASUSSAM Desinibidamente, Sem Constrangimento Algum. Ficamos A Vontade. Parabéns!  
Fico Grata Se Isto Fizê Parte Da Entrevista.  
Felicidades! (Email enviado em 27 de Setembro de 2012)*

Dessa forma, Anastácia contribuiu nos dando um retorno, com sua opinião, sobre nossa participação no grupo durante o período da pesquisa de campo. Realmente essa foi a postura com a qual procurei me manter nas reuniões, buscando estar em contato com os membros, porém com a menor intervenção possível durante seus processos deliberativos de trocas argumentativas e conflitos de opiniões.

### **3.2.2 Dinâmica conversacional**

A princípio, no projeto de pesquisa, foi pensada a utilização de entrevistas semidirigidas, porém, ao longo do processo, passando a conhecer os trabalhos de González Rey, optamos por trabalhar com a perspectiva da dinâmica conversacional, que procura romper com a ideia de estímulo-resposta colocada no processo de entrevista semidirigida, permitindo ao pesquisador se deslocar do lugar central das perguntas para uma integração em um processo dinâmico de conversação (González Rey, 2005b). Na conversação, ambos os participantes se sentem sujeitos do processo. Ao induzir temas gerais, o pesquisador possibilita que o sujeito construa sua experiência, convergindo processos simbólicos e emoções significativos, "...é o sujeito quem se situa no lugar de onde nos falará." (González Rey, 2005b, p. 46).

González Rey (2005b) aponta que o conversar não é dirigido à produção de um conteúdo que possa ser significado, "...a conversação busca, sobretudo, a expressão compromissada do sujeito que fala." (p. 48). O autor aponta que a conversação pressupõe relação, diferentemente de processos de pesquisas que usam de entrevistas em episódios únicos, sem que tenha ocorrido qualquer encontro prévio. Assim, dentro da proposta de conversação como processo de comunicação, que pressupõe confiança e compromisso entre ambos os participantes, a observação participante se constitui como importante aliada no processo, ao possibilitar o envolvimento do pesquisador com o grupo de forma intensa e, inclusive, afetiva. As

conversas foram previamente agendadas com os participantes, ocorreram em locais de sua escolha, algumas vezes na própria casa das pessoas, outras vezes no espaço do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), sendo gravadas e transcritas.

González Rey (2005b) propõe, ainda, o uso de outros instrumentos, como o complemento de frases, questionários abertos e instrumentos apoiados em indutores não escritos. Diversos trabalhos desenvolvidos nessa perspectiva (González Rey, 2011; Silva, 2008; Gallert, 2010, Marques, 2010) trabalham com a utilização desses instrumentos. Porém, nossa escolha foi pela manutenção das conversas gravadas e da observação participante, considerando que o material coletado a partir daí é suficiente para a proposta desta dissertação. Além disso, ao longo da pesquisa, ganhamos materiais literários escritos pelas pessoas da Associação, que passaram a complementar as informações.

Ao tratarmos de sentidos subjetivos, os sujeitos individuais são uma via essencial para o aprofundamento das informações e construção de um modelo teórico. Os sentidos subjetivos aparecem em um material carregado de emotividade e sua construção sempre passa pela interpretação do pesquisador. A conversação é “... um processo cujo objetivo é conduzir a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo de diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual.” (González Rey, 2005b, p. 126).

Quanto ao número de pessoas necessário para a pesquisa, consideramos, como afirma González Rey (2005b), que será definido pela própria demanda do processo de construção das informações ao longo da pesquisa. A determinação do número de casos entrevistados não deve ser feita a priori. “O procedimento mais adequado para esse fim consiste no adicionamento progressivo de novos casos, até o instante em que se alcança a ‘saturação teórica’, isto é, quando o incremento de novas observações não conduz a um aumento significativo de informações.” (Gil, 2002, p. 139). Escolhemos, então, seguir esse pressuposto e definimos o número de sujeitos para a dinâmica conversacional individual ao longo do processo de observação participante. Definimos conversar, inicialmente, com os membros da diretoria. Essa escolha se deu devido à representatividade legítima que os membros da Associação reconhecem na relação com a diretoria, sendo esses membros efetivamente participativos não só na Associação, mas em espaços sociais e políticos diversos na cidade. Um membro da diretoria, o vice-presidente, não participou do processo devido ao fato de estar afastado das atividades da Associação. Um membro do Conselho Fiscal foi entrevistado, pois se mostrou interessado em participar. A definição dos membros que seriam entrevistados foi feita com o grupo, durante uma das reuniões da ASUSSAM, sendo que a proposta de ser

feito com a diretoria foi colocada pela pesquisadora e a negociação para que o membro do conselho fiscal também participasse foi também discutida e aprovada pelo grupo. Ao realizarmos as conversas com os seis membros inicialmente propostos, consideramos que as informações, juntamente com aquelas adquiridas na observação participante, eram suficientes para trabalharmos em nossa análise.

### **3.3 O processo de construção da informação**

Na Epistemologia Qualitativa, o processo de construção da informação representa a construção de uma síntese teórica, que está sempre envolvida com representações teóricas, valores e intuições do pesquisador, e que está em constante processo de desenvolvimento ao longo da trajetória empírica do pesquisador (González Rey, 2005b).

A legitimidade do conhecimento está associada ao desenvolvimento progressivo de zonas de sentido em relação ao problema estudado e à forma com que as novas categorias se articulam para aumentar a capacidade heurística do modelo diante dos desafios que aparecem na pesquisa. (p. 112)

Como já foi colocado, as zonas de sentido representam espaços de inteligibilidade demarcados por um agrupamento de conteúdos subjetivos observados pelo pesquisador, que aponta para um delineamento subjetivo e particular do sujeito pesquisado. A construção da informação é um processo hipotético, que se dá mediante a construção de indicadores que leva à construção de zonas, eixos ou núcleos de sentidos. As configurações subjetivas são organizações mais complexas, construídas ao longo da pesquisa, que delimitam as zonas de sentido e são formas mais estáveis de organização individual dos sentidos subjetivos.

Nesta dissertação, não pretendemos abranger a complexidade das configurações subjetivas de cada membro entrevistado separadamente, mas evidenciar elementos de produções de sentidos subjetivos que permeiam a atuação política dos mesmos, ou seja, compreender os sentidos subjetivos relacionados à experiência de participação política na Associação. Dessa forma, buscamos apresentar as possíveis zonas de sentido relacionadas à participação política de pessoas com sofrimento mental no espaço estudado, estabelecendo articulações teóricas entre as categorias da Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009) e a produção de sentidos subjetivos de Gonzalez Rey (2005a).

As informações obtidas podem ser organizadas de diversas formas, dependendo dos propósitos da pesquisa, mas devem seguir algumas recomendações: os agrupamentos de informações devem organizar e produzir significados, levando à construção de hipóteses, e não se restringindo ao conteúdo explícito das expressões dos sujeitos; os sujeitos estudados são considerados como produtores de experiência e não de respostas pontuais; os indicadores obtidos através dos instrumentos devem ser integrados a outros indicadores, construídos em momentos diversos da pesquisa, sendo que momentos informais e imprevisíveis também são considerados como fonte de indicadores; o modelo teórico construído nunca é acabado, cada pesquisador elabora e interpreta as informações de acordo com sua proposta (Vervloet & Palassi, 2011).

No decorrer da análise, o pesquisador formula categorias, as quais levam à construção das zonas de sentidos. “As categorias representam formas de concretização e organização do processo construtivo-interpretativo que permitem seu desenvolvimento por meio de núcleos de organização teórica portadores de uma certa estabilidade.” (González Rey, 2005b, p. 138).

A proposta da Epistemologia Qualitativa, portanto, visa, por um lado, a romper com a noção de que o conhecimento é um caminho que conduz à descoberta de uma realidade única. Propõe, por outro lado, que existem múltiplas alternativas de inteligibilidade no entendimento de realidades complexas.

## 4 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

### 4.1 Perspectivas sobre democracia

O tema da participação política se insere no contexto dos estudos sobre teorias democráticas e suas perspectivas. Conforme aponta Jardim (2011), existem modelos diversos de democracia e em cada um deles os cidadãos são convidados a participar de determinada maneira. Pereira (2007) divide as correntes teóricas da democracia em dois grupos que se distinguem pela interpretação das decisões coletivas: a agregativa, composta por teorias centradas no voto, que acreditam que as preferências já estão dadas e que, portanto, o que devemos fazer é a agregação de forma justa de tais preferências; e a deliberativa, que comporta as teorias que buscam desenvolver o processo de formação da vontade através do diálogo, precedendo e extrapolando o momento do voto.

A democracia representativa, incluída na corrente das teorias agregativas, caracteriza-se pela restrição da participação política dos cidadãos ao voto eleitoral periódico (Pereira, 2007). Nesse caso, a participação da sociedade, como salienta Jardim (2011) se restringe ao voto “...cabendo a um grupo minoritário de cidadãos, chamado de elite, a formulação das propostas, restando ao indivíduo apenas escolher entre as diferentes propostas.” (p. 4). A esse modelo foram feitas críticas, por acabar reduzindo a participação política à simples escolha de representantes através do voto, esvaziando o real sentido da democracia (Pereira & Carvalho, 2008).

Já o modelo da democracia participativa, propicia a participação direta dos cidadãos nas questões públicas, indo além da escolha de representantes através do voto. Buscam-se mecanismos de participação direta e permanente nas decisões políticas em níveis locais e em outros espaços sociais (Pereira, 2007). Atores sociais podem representar seu grupo em espaços de discussão públicos sem necessariamente estarem vinculados a processos de eleição. A participação e a representação são categorias que se articulam dinamicamente nesse processo democrático. A democracia participativa valoriza o conhecimento dos cidadãos e preconiza a inclusão social, ao propor que diversos grupos possam se manifestar na esfera pública (Jardim, 2011). No entanto, tais perspectivas participativas, apesar de ampliarem os espaços de participação política, não discutem sobre como são definidas as preferências dos indivíduos durante o processo decisório. Assim, o aumento da quantidade da participação não conduz ao aumento da qualidade. (Pereira, 2007). Não basta incluir mais atores sociais no

processo, é preciso verificar a qualidade da interação e do debate entre os participantes (Jardim, 2011).

O modelo da democracia deliberativa traz, então, esta preocupação com a qualidade do debate. A deliberação é entendida como processo de tomada de decisão e vai além, como processo de argumentação e justificação de posições. A democracia deliberativa é caracterizada pela proposição de participação conjunta do Estado e dos cidadãos na formulação e controle de políticas. A deliberação é ressaltada como “...um mecanismo para a construção de preferências dos indivíduos, que poderão mudar suas percepções ao construir a idéia do ‘nós’ em contraponto às idéias do ‘eu’ e ‘outro’”. (Pereira, 2007). Assim, a deliberação deve ser pública e inclusiva; todos devem ter igual possibilidade de proposição. No modelo deliberativo, conforme aponta Pereira (2007):

... a participação política se dá através do diálogo entre indivíduos nos espaços públicos, onde terão a possibilidade de expressarem suas opiniões, escutarem as posições dos outros indivíduos, reconhecerem identidades ou divergências entre as posições em debate e, por fim, encontrarem pontos em comum para chegarem a decisões coletivas. (p. 439)

Habermas (1983) afirma que “... a democracia é antes de tudo a própria sociedade livre.” (p. 374). O autor pontua, porém, que, ao se considerar a democracia como um sistema de equilíbrio possível, é preciso “...determinar o grau ótimo de participação política dos cidadãos.” (p. 375). Habermas é considerado o precursor da perspectiva democrática deliberacionista, por considerar a importância do debate público entre cidadãos e por desenvolver o conceito de esfera pública, o qual discutiremos a seguir.

A democracia deliberativa, conforme salienta Goulart (2010a), na perspectiva habermasiana “... está enraizada num ideal de associacionismo democrático que se apóia na possibilidade de entendimento e tessituras coletivas.” (p. 320). A autora ainda aponta para a relevância dos movimentos sociais como ações coletivas que delineiam a prática política na esfera pública. Dessa forma, o presente trabalho inclui, nessa discussão sobre deliberação, o movimento social da luta antimanicomial e a prática associacionista da ASUSSAM/MG como fenômenos da realidade empírica que demonstram o potencial político de um grupo historicamente excluído, que vem apontando novos horizontes e múltiplas possibilidades da prática deliberativa.

## 4.2 Esfera pública e democracia deliberativa

Para desenvolver o conceito de esfera pública, Habermas (2003) recorreu à construção histórica desse conceito, desde o entendimento de vida pública na *polis* grega, passando pelos períodos da Idade Média e Renascimento, culminando na estruturação da sociedade burguesa no Estado Moderno. A esfera pública seria, então, constituída por indivíduos privados que se reúnem e se interagem para formar um público ou para discutir questões de interesse público. A participação política da nascente burguesia, além dos interesses econômicos, envolvia capacidade argumentativa, estabelecendo novas formas de exercício do poder (Habermas, 2003). A esfera pública moderna, como espaço de expansão das operações políticas, teria seu surgimento ligado à formação dos Estados-Nação, ao desenvolvimento da imprensa e ao processo de Reforma Protestante.

O conceito original de esfera pública de Habermas, que designa uma arena em que a participação política ocorre através da reflexão e deliberação entre os indivíduos e grupos que dela fazem parte, foi sendo modificado na obra do autor. Ao redefinir a categoria esfera pública, ela passou a ser concebida como uma rede para comunicação de conteúdos, tomadas de posições e opiniões, na qual fluxos comunicacionais são filtrados e se condensam em opiniões públicas (Pereira, 2007). Para Habermas (1990), o primeiro passo para o desenvolvimento de uma esfera pública autônoma do Estado, constituída pela burguesia, abriu caminho para a exigência de “prestação de contas” junto ao poder público, ou seja, para o controle social. A esfera pública reforça a pressão exercida pelos problemas, ela não se limita a percebê-los e identificá-los, ela é um espaço para problematizá-los de modo convincente e eficaz para que sejam assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar (Neto, 2008). A esfera pública, portanto, seria periférica ao Estado, formatando novas demandas, e se posicionando em relação às decisões estatais.

A sociedade civil, em que se realiza a esfera pública, exerce, portanto, a função de controle social sobre o Estado através de seus canais institucionais – associações, organizações não estatais. O controle social “...é aquele exercido pela sociedade sobre o governo. É a participação civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão e na execução das políticas e programas públicos.” (Brasil, 2009).

Assim, a associação da qual nos aproximamos para realizar nosso trabalho empírico, a ASUSSAM/MG, é uma instância que representa a sociedade civil organizada, que atua na

esfera pública, deliberando e problematizando questões de interesse público a serem tematizadas em espaços públicos diversos, inclusive em espaços políticos formais.

Enfocando os estudos do contexto brasileiro, Lord (2007) aponta que a esfera pública apresenta duas configurações: formal e informal.

uma primeira informal, que emerge no cotidiano da sociedade e seus locais de encontro e discussão são autônomos em relação ao Estado; outra formal por ser normatizada e procedimental, composta por conselhos, parlamentos, eleições, sistema político como um todo, e atrelada ao Estado. (p. 455)

O termo “esfera pública”, porém, aparece muitas vezes confundido com o termo “espaço público”, sendo preciso nos atentarmos para a distinção entre esses conceitos (Lord, 2007).

Para Dagnino (2004), os espaços públicos seriam aquelas instâncias deliberativas que permitem o reconhecimento e dão voz a novos atores e temas, não são monopolizados por algum ator social ou político ou pelo próprio Estado. São ambientes heterogêneos que refletem a pluralidade social e política. Em tais espaços, o poder do Estado pode ser compartilhado com a sociedade, como os Conselhos e Orçamentos Participativos (Penna, 2010). Na concepção de Telles e Dagnino (citado por Lord, 2007), os espaços públicos se constituem como materialização física de um espaço de negociação intersubjetiva a respeito dos assuntos políticos. Esses espaços podem ser informais ou normatizados, são “encontros” institucionalizados ou não entre sociedade civil e Estado, mas que sempre se referem a locais físicos (por exemplo: conselhos e fóruns). Poderíamos localizar aqui os conselhos de políticas públicas, como os conselhos de saúde, e o Fórum Mineiro de Saúde Mental, mencionado no capítulo anterior, como exemplos de espaços públicos entendido nesses termos.

Nesse caso, os conselhos e fóruns seriam espaços de enfrentamento e/ou negociação e seu papel seria de propiciar entendimento incidindo diretamente sobre a vida política e sobre as ações do Estado. Já a esfera pública não se restringe a uma presença física.

Já para Teixeira (2001), as esferas públicas se inserem na estrutura do Estado, enquanto os espaços públicos são próprios da sociedade civil e têm relacionamento e interlocução com o poder político.

Diante dessa discussão conceitual em torno dos termos “esfera pública” e “espaço público”, escolhemos tratar a instância a ser apresentada nesta dissertação, a ASUSSAM/MG, como uma entidade da sociedade civil que integra o espaço público.

Nesse sentido, interessa pensar a ASUSSAM a partir do modelo de democracia deliberativa cujo cerne conceitual seria, segundo Mendonça (2009b): “...a idéia de que, por meio da comunicação, os cidadãos podem produzir coletiva e cooperativamente decisões e

entendimentos que governam sua vivência comunal.” (p. 94-95). Defendendo a desterritorialização da deliberação, pensando-a como um confronto de discursos distendido no espaço e no tempo, o autor discorda de perspectivas que restringem a deliberação a instâncias decisórias como parlamentos, cortes e fóruns. Para ele, a democracia deliberativa não pode ocorrer em uma arena específica, e o uso público da razão atravessa a vida social, tratando-se de “... um processo distendido no tempo e espreado no espaço.” (p. 102).

Avritzer e Costa (2004) apontam críticas à concepção discursiva de esfera pública desenvolvida por Habermas, destacando o desenvolvimento histórico dos chamados *new publics*. Esses públicos diferem do público burguês em termos de condições econômicas, sociais, culturais e utilizam formas diversas de expressão que vão além da argumentação verbal, e vêm buscando espaço de participação política, apesar de representarem um grupo historicamente excluído dos processos decisórios no âmbito político. Os autores destacam o papel dos “... atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito a participar dele.” (p. 8).

Fraser (2008) também aponta para os espaços públicos formados por minorias como fundamentais para a publicização de temáticas que não teriam lugar na esfera pública “hegemônica”, formada por homens brancos de classe média. A autora questiona se decisões deliberativas em uma comunidade são acordadas dando igual voz a todos os seus membros, de modo a garantir a paridade de representação no âmbito político. Poderíamos considerar, portanto, as pessoas com sofrimento mental, como um exemplo do público que, ao reivindicar seu espaço no contexto político-cidadão, acaba por denunciar processos de exclusão.

Voirol (2008) também levanta críticas ao modelo de esfera pública de Habermas, o qual seria um modelo idealizado por pressupor que a participação de todos em uma deliberação coletiva seria igualitária. Esse modelo não aborda os processos de imposição de opiniões, a recusa de alguns à esfera de discussão, a dominação linguística e a posse desigual dos recursos simbólicos indispensáveis para a argumentação pública. Dessa forma, a proposta habermasiana não conceberia a multiplicidade social da esfera pública e correria, “... o risco de ratificar, na teoria, a exclusão efetiva de grupos sociais ou de categorias sociais dominadas, como as mulheres, a classe trabalhadora ou as minorias culturais.” (p. 43). O autor também critica o ideal de comunicação através da prática do consenso pela linguagem, o qual nega as relações de poder e conflito inerentes ao processo. Por fim, Voirol (2008) apresenta as críticas à concepção exclusivamente linguística da esfera pública, que se esquece da corporeidade e da experiência social.

Pereira (2007) aponta que as novas concepções de esfera pública tratam de espaços de disputa, onde podem ser produzidos consensos, mas também falsos consensos. Onde são permitidas diversas formas de interação social e são reconhecidas as desigualdades que perpassam a sociedade. Lord (2007) salienta que, apesar das críticas ao modelo habermasiano terem bases consistentes, elas não inviabilizam ou diminuem a relevância de tal teoria.

Segundo Mendonça (2009b), a deliberação não se constitui a partir de puras práticas de consenso, ela pressupõe o embate com o outro, o enfrentamento, o choque de perspectivas. Há alguns equívocos de interpretação quando se considera a deliberação como não conflitiva. O primeiro seria igualar reciprocidade a altruísmo, atitude favorável ao outro, colocando a imparcialidade como condição para a formação discursiva da opinião. O autor demonstra que a deliberação não requer imparcialidade e a reciprocidade depende apenas de os cidadãos se perceberem engajados em uma empreitada política comum. Admite que haja disputa de poder e de interesses. Os participantes não abrem mão dos próprios interesses. Tudo o que é necessário é que os participantes se reconheçam como interlocutores. Outro equívoco seria considerar que as deliberações aspiram a um consenso substantivo homogeneizante. O deliberacionismo não se opõe à diferença.

Não pretendemos abarcar aqui toda a polêmica acerca do conceito de esfera pública e as respostas de Habermas. Entendemos, com Mendonça (2009b), que “A aposta é no diálogo, mesmo diante da discordância insuportável .... A deliberação que defendemos é receptiva à diferença exatamente porque não requer o apagamento do eu.” (p. 97-98). Mais do que convergência de opiniões, buscam-se gerar acordos operacionalizáveis. Assim, a deliberação não deve ser vista como um processo racionalista cortês. Pelo contrário, a troca de razões ganha concretude por meio de vários tipos de discursos. Ao trabalhar com pessoas atingidas pela hanseníase, Mendonça (2009b) questiona: como esperar que sujeitos socialmente repudiados sejam ouvidos? No nosso caso, ao trabalharmos com pessoas com sofrimento mental, questionamos: como esperar que sujeitos considerados irracionais sejam ouvidos? Para Mendonça (2009b), “... nossa resposta é que a deliberação é possível mesmo em face de assimetrias. .... o próprio Habermas reconhece a existência de assimetrias que perpassam as interações, sem julgar que isso inviabiliza a ação comunicativa.” (p. 107-108). Seria ingênuo esperar condições integrais de igualdade para o exercício da deliberação em condições reais. Cabe aqui salientar que a suposta irracionalidade da pessoa com sofrimento mental, como já foi indicado em capítulo anterior, vem de uma elaboração discursiva sobre a loucura como patologia explicada e tratada pela Ciência. A perspectiva por nós abordada abrange a pessoa com sofrimento mental como cidadã, capaz de argumentar e de participar ativamente de

processos decisórios que envolvam seus interesses e do grupo ao qual pertencem. Portanto, pensar a deliberação em face das desigualdades é importante justamente para a superação de tais desigualdades, ampliando as possibilidades de participação política de grupos historicamente discriminados e excluídos (Mendonça, 2009b).

### **4.3 Participação política**

A participação política é abordada por diversos autores nas Ciências Sociais e Políticas. Buscaremos nos apropriar da discussão recorrendo a alguns dos autores que discutem a temática (Teixeira, 1997; Dagnino, 2004; Avritzer, 2007; Habermas, 1983).

A implementação da participação política da sociedade civil nos processos decisórios de gestão pública faz parte de um projeto de alargamento da democracia no Brasil, que começou desde a luta contra o regime militar, na qual os movimentos sociais tiveram fundamental importância. (Dagnino, 2004). A participação política à qual nos referimos está relacionada à proposta da democracia deliberativa, conforme discutimos anteriormente, que busca o diálogo nos espaços públicos, abertos à expressão de opiniões, ao reconhecimento de identidades, ao debate de ideias e à tomada de decisões coletivas.

A participação política no Brasil democrático é marcada, desde os anos 80, por dois importantes fenômenos: a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas e o crescimento das instituições participativas. Tais fenômenos tomam força a partir da Constituição de 1988, que constitui formalmente os espaços deliberativos que promovem a participação da sociedade civil na formulação e gestão de políticas públicas. (Avritzer, 2007).

Habermas (1983) aponta que a participação política coincide com a autodeterminação da humanidade, mas critica, apontando para a necessidade de questionar se tal participação promove ou não tendências democráticas. O autor salienta que a participação política eficaz dos cidadãos pressupõe certa autonomia da esfera política, o que, para ele, não ocorre no Estado de Direito Liberal, no qual administração, grupos de interesse e partidos acabam por neutralizar a participação efetiva dos cidadãos. “A presente situação torna problemática a esperança de que a população com direito a voto tome em sua totalidade, com plena consciência, decisões políticas e que o povo, livre de qualquer tutela, chegue efetivamente a servir-se das instituições parlamentares.” (Habermas, 1983, p. 387). Diante disso, Habermas aponta que é mais provável que a participação seja efetiva quando realizada por grupos que

possam realizar uma atividade política fora do parlamento, do que quando tal participação é realizada por indivíduos isoladamente. Assim, para o autor, a participação política é considerada como “...elemento propulsivo do difícil e incerto caminho da humanidade em direção à sua própria emancipação.” (Habermas, 1983, p. 376).

A participação política pode ser desdobrada em diversas conceituações e entendimentos. Teixeira (1997) destaca o termo participação cidadã, que, segundo ele, se diferencia da “participação comunitária”, já que não objetiva a mera prestação de serviços à comunidade; tampouco se confunde com a expressão “participação popular”, muito utilizada para designar a ação desenvolvida pelos movimentos – em grande parte de caráter reivindicativo – visando ao atendimento de carências ou à realização de protestos. Também não se trata, apenas, de participação em grupos ou associações para defesa de interesses específicos ou expressão de identidades, apesar da presença desses elementos no processo.

A participação cidadã é caracterizada por Teixeira (1997) como aquela na qual diferentes atores sociais assumem deveres e responsabilidades políticas, criando e executando direitos, inclusive o direito de controle social do Estado e do mercado, contribuindo, assim, para o fortalecimento da sociedade civil, que exerce importante papel nos processos democráticos. Assim, conforme o autor, a participação cidadã seria um

processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos. (p. 30)

Considera-se uma distinção em relação aos tipos de participação política: participação orientada à decisão e participação orientada à expressão (Teixeira, 1997). A primeira caracterizar-se-ia pela intervenção de forma organizada no processo decisório; a segunda, voltada para expressão, ainda que possa apresentar impacto ou influência no processo decisório, teria o caráter mais simbólico, de marcar presença na cena política. No que concerne à dimensão expressivo-simbólica da participação política, o elemento simbólico que nos interessa mais especificamente nesta dissertação exprime sentimentos, identidades e demandas específicas e seria superficial considerá-lo como mera encenação teatral, pois serve para que membros de uma coletividade se reconheçam como tais e comuniquem sua solidariedade. “Independente das formas com que pode revestir, a participação significa fazer

parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas” (Teixeira, 1997, p. 27).

Ao nos referirmos à participação cidadã, portanto, são contemplados dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política. Primeiro, o “fazer ou tomar parte” no processo político-social, por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, valores situados no campo do “particular”, mas atuando em um espaço de heterogeneidade, diversidade, pluralidade. O segundo, o elemento “cidadania”, no sentido “cívico”, enfatizando as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. A dimensão cívica se articula à ideia de deveres e responsabilidades (Teixeira, 1997).

Este “tomar parte” está inserido em um contexto heterogêneo em que diferentes “partes” têm diferentes interesses e possibilidades de poder. É preciso, portanto, considerar a dualidade do processo de participação, pois a mesma, como processo, implica em uma relação de poder, através do Estado que a materializa, bem como entre os próprios atores, suscitando a questão de saber se essa ação tem o caráter comunicativo e consensual, ou se nela está presente também uma lógica estratégica. Na perspectiva habermasiana, a racionalidade estratégica seria aquela preponderante nos cenários sistêmicos, institucionalizados, própria do Estado e do mercado, enquanto a racionalidade comunicativa teria um caráter coletivista e interacionista, própria do mundo da vida (Goulart, 2010a).

Assim, a participação cidadã se constitui como processo que apresenta demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas em espaços públicos, que se articula com reivindicações coletivas gerais, combinando o uso de mecanismos institucionais com sociais, inventados no cotidiano das lutas (Teixeira, 1997).

Dagnino (2004) apresenta uma discussão crítica sobre participação política, na qual tal participação, como concebida no projeto participativo democrático, deve ser “... marcada pelo objetivo da partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos” (p.103)<sup>7</sup>. Porém, a autora chama a atenção para a confluência perversa entre o projeto democratizante participativo e o projeto neoliberal, em que ambos usam de referências aparentemente comuns, porém, ocorre o

---

<sup>7</sup> Espaços públicos são definidos pela autora como “... espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Entre os espaços [...] destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos...” (Dagnino, 2004, p. 96).

deslocamento de sentidos de conceitos importantes como: sociedade civil, participação e cidadania.

No projeto neoliberal, o incentivo à participação da sociedade civil estaria relacionado ao encolhimento do Estado com progressiva transferência de suas responsabilidades sociais para a sociedade civil, sendo essa restringida às ONGs, ou Terceiro Setor, que são consideradas detentoras de competência técnica para executar ações sociais e seriam parceiras “confiáveis” para o Estado (Dagnino, 2004).

A participação, também essencial para o projeto democratizante, na perspectiva neoliberal restringe-se à “participação solidária”, com ênfase no voluntariado, ou “responsabilidade social”. Dessa forma, o que é esperado dessa participação da sociedade civil, no projeto neoliberal, é a execução de ações sociais que seriam de responsabilidade do Estado, ficando a prática da deliberação e poder de decisão em segundo plano (Dagnino, 2004).

Por fim, a concepção de cidadania que também poderia ganhar um viés distorcido no projeto neoliberal em relação ao projeto participativo tem reduzido o seu significado coletivo para um entendimento individualista, estabelecendo-se uma sedutora conexão entre cidadania e mercado. Tornar-se cidadão, então, passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor (Dagnino, 2004). A cidadania passa a ser considerada como “solidariedade” para com grupos carentes em nome de instituições filantrópicas. O projeto neoliberal, dessa forma, contribui para a despolitização das três concepções – cidadania, participação e sociedade civil. “Assim, o encolhimento das responsabilidades sociais do Estado encontra sua contrapartida no encolhimento do espaço da política e da democracia.” (Dagnino, 2004, p. 109)

A concepção clássica de cidadania, para compreendermos a evolução do conceito é tradicionalmente entendida como um conjunto de direitos e deveres que um sujeito possui na sociedade da qual faz parte, que está relacionada à ideia de um *status*, de um posicionamento jurídico-legal perante o Estado (Monteiro & Castro, 2008). Uma discussão sobre cidadania foi desenvolvida por Marshall, no contexto da Inglaterra do século XIX. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos: civil, político e social. Os direitos civis seriam aqueles necessários à liberdade individual. O direito político seria o direito de participar no exercício do poder político, como eleito ou eleitor. E o direito social seria o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança social (Monteiro & Castro, 2008). Marshall entende que a cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade.

Esse conceito clássico de cidadania vem se reconfigurando ao longo do tempo, sobretudo no que se refere ao direito de participação política, que ganha amplitude e vai para além do direito de voto. Dagnino (2004) afirma que a constituição da nova cidadania começou com os movimentos sociais dos anos 70, incorporando a concepção de direito a ter direitos, de direito a ter autonomia sobre o próprio corpo, de criação de novos direitos. A noção de participação é intrínseca a essa nova cidadania. Como pontua Dagnino (2004): “O que está em jogo, de fato, é o direito de participar na própria definição desse sistema...” (p. 104). As experiências participativas, nessa nova perspectiva, contribuem para a formação de cidadãos-sujeitos e de uma cultura que inclui o direito à coparticipação em governos locais. Assim, a nova cidadania rompe com o modelo clássico, não mais se restringe à relação indivíduo-Estado, mas sim às relações sociais travadas na própria sociedade.

Silveira (2000), ao tratar da cidadania da pessoa com sofrimento mental, também aponta para a necessidade de uma nova cidadania, comprometida com a “... constituição de sujeitos ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento.... deve ser uma estratégia empreendida diretamente pelos próprios excluídos e não de um grupo de incluídos em prol dos excluídos.” (Silveira, 2000, p. 104-105). O autor, por fim, aponta para a importância de se considerar não apenas as relações com o Estado, mas as relações no interior da sociedade civil, cenário em que se exacerbam as tensões relativas ao convívio com a loucura.

A participação política cidadã se aproxima do termo utilizado nos movimentos sociais: militância. Ao tratar da militância no campo da saúde mental, Lobosque (2001) a situa como o “... exercício de cidadania enquanto participação ativa em práticas que têm por objetivo uma intervenção no âmbito público.... Trata-se de uma implicação pessoal no âmbito público, que exige algo daquele que se implica.” (p. 135-136). Castro (2008) aponta que a militância pode decorrer da participação política, implicando em exercício da cidadania, mas que não deve ser confundida com cidadania.

A cidadania, condição assegurada a todos, requer do cidadão participação na vida coletiva. É, pois, um direito conferido a todos. A militância tem outra inscrição. Não é um direito, e sim uma escolha. Se todos podemos e devemos ser cidadãos, nem todos seremos militantes de uma causa... Tornar-se militante implica em aceitar a filiação a uma causa e produz, na nossa compreensão, modos de vida onde cada um se inventa e reinventa pela ação coletiva. (p. 224)

A autora propõe uma distinção interessante entre os termos – cidadania/participação política e militância – apontando para a dimensão da escolha subjetiva envolvida na militância. Nós mantemos a designação participação política, com ênfase na participação

cidadã, conforme desenvolvido por Teixeira (1997), uma vez que consideramos que o conceito do autor aponta para o caráter militante da participação, com vistas a mudanças sociais através de organizações de grupos, e não apenas do exercício dos direitos de cidadania de forma individualizada.

Ao abordarem a militância como escolha e implicação pessoal, as autoras se aproximam da temática a qual pretendemos levantar, os sentidos subjetivos envolvidos na participação política cidadã para as pessoas com sofrimento mental.

## **5 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS PESSOAS COM SOFRIMENTO MENTAL NO MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL**

No processo de reforma psiquiátrica brasileira se destaca o envolvimento da sociedade civil, sobretudo através da organização de profissionais, usuários e familiares no Movimento de Luta Antimanicomial ou movimento antimanicomial, como designaremos ao longo deste trabalho. O compromisso da sociedade civil em uma abordagem solidária da loucura foi ressaltado pelo psiquiatra espanhol Desviat (citado por Minas Gerais, 2006): “A participação social, esta grande ausente dos processos de transformação de Saúde Mental em todo o mundo, adquire carta de cidadania aqui no Brasil.” (p. 31).

Segundo Goulart (2006a), o movimento antimanicomial foi, desde o final da década de 80,

... um dos mais relevantes atores da sociedade civil brasileira no processo de mudança no campo da saúde mental. Trata-se de um fenômeno associativo de caráter mobilizador e reivindicador que congregou profissionais de saúde mental (particularmente psiquiatras e psicólogos que trabalham no setor público, como técnicos e gestores); os portadores de sofrimento mental, em especial os usuários ou ex-usuários dos serviços de saúde mental; e familiares dos portadores de sofrimento psíquico. (p. 11)

Esse movimento teve seus antecedentes a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, que, no ano de 1987, realizaria seu II Encontro Nacional, em Bauru, onde foi criada a palavra de ordem: “Por uma sociedade sem manicômios”. Nesse encontro foram discutidos diversos aspectos da atenção em saúde mental no país, abrindo caminho para o nascimento do movimento antimanicomial.

O Manifesto de Bauru (1987), elaborado no referido encontro, apontava para o desafio radicalmente novo, que pautaria os novos rumos do movimento na luta contra a exclusão e a discriminação. Os trabalhadores de saúde mental propunham uma ruptura, uma recusa em exercer o papel de agentes da violência e da exclusão institucionalizadas. O movimento deixava claras suas posições, conforme consta no Manifesto de Bauru (1987):

Contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988! Por uma sociedade sem manicômios!

Além disso, o movimento intencionava ampliar suas alianças: “O compromisso estabelecido pela luta antimanicomial impõe uma aliança com o movimento popular e a classe trabalhadora organizada.” (Manifesto de Bauru, 1987). Dessa forma, a luta antimanicomial,

no Brasil, passaria a contar com a participação de atores diversos: trabalhadores, usuários dos serviços de saúde mental, familiares, movimentos da sociedade civil organizada. Constituindo-se, assim, em um movimento social amplo e democrático.

Nesse período, fins da década de 80, os movimentos sociais vinham ganhando espaço no país, após longo tempo de ditadura. Em 1988, seria proposta a Constituição Cidadã, mencionando a saúde como direito de todos e obrigação do Estado

Lobosque (2001), ao tratar do movimento antimanicomial, afirma que começou como uma causa dos trabalhadores e se tornou um movimento social, aberto a todos os interessados em pensar a loucura e a cidadania, principalmente os próprios usuários:

... já não se trata de defender o usuário em seu nome, mas de convidá-lo a uma postura ativa de militância; não de lutar por ele, para o seu bem, mas com ele, por uma sociedade diversa, enquanto um bem comum. Coloca-se o desafio de construir, entre técnicos e usuários uma parceria política efetiva; a tutela deve dar lugar ao companheirismo entre militantes. (p. 104).

Nos anos 90, a luta do movimento social ganha força com as conquistas legislativas em favor da reforma psiquiátrica, conquistas essas advindas dos processos de negociação colocados pelo movimento, e essa década é marcada pela entrada efetiva dos usuários no movimento, em consonância com a proposta do movimento de que o lugar do louco é na cultura, não na instituição (Lobosque, 2001).

O I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, que ocorreu em 1993, em Salvador, foi um marco importante na história do movimento, uma vez que buscou sustentar as consequências do que foi proposto no Encontro do Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, de 1987. A palavra de ordem, “por uma sociedade sem manicômios”, nascida no Encontro de Bauru (1987), exigia a existência de um movimento social autônomo em relação ao Estado, aos partidos, às corporações profissionais, evitando burocratizações e hierarquias. Nesse Encontro de 1993, Minas Gerais marcou sua presença na história do movimento antimanicomial quando o Fórum Mineiro de Saúde Mental assumiu a primeira Secretaria Executiva Nacional do movimento (Lobosque, 2001). No mesmo ano, foi realizado, em Salvador, o III Encontro Nacional de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, quando foi elaborada a carta “Direitos dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental” (Vasconcelos, 2000).

Em 2001, no V Encontro Nacional do Movimento de Luta Antimanicomial, o movimento apresentou algumas divergências em relação aos princípios organizativos, passando a se dividir em duas correntes principais, reunindo diferentes núcleos e grupos pelo país, o

Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA) e a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), constituída em 2003. (Grunpeter, Costa & Mustafá, 2007; Vasconcelos & Rodrigues, 2010).

Em Minas Gerais, a participação política das pessoas com sofrimento mental ocorreu, como já foi mencionado anteriormente, a partir de movimentos iniciados por trabalhadores da saúde mental, militantes da luta antimanicomial, sendo constituídas importantes entidades, como o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG). O Fórum é “... uma entidade da sociedade civil, que articula usuários, familiares e trabalhadores da saúde mental na luta pela extinção da lógica manicomial.” (Lobosque, 2001, p. 164). A entidade executa atividades como: receber e encaminhar denúncias de maus-tratos e discriminação da pessoa com sofrimento mental; promover seminários, debates, cursos teóricos; acompanhar as atividades da ASSUSSAM; estabelecer parcerias com universidades, poder público, organizações não governamentais, para execução de projetos na área da saúde mental. O Fórum, em sua atuação ativa em Minas Gerais, incentivou a constituição de outros núcleos da luta antimanicomial no Estado, dentre eles, a ASSUSSAM, que será apresentada a seguir.

Tanto o Fórum Mineiro de Saúde Mental, quanto a ASSUSSAM se constituem como núcleos da luta antimanicomial. A linha-guia (Minas Gerais, 2006), documento realizado pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, que visa a contribuir com diretrizes para a reorganização dos serviços em saúde, ao tratar da discussão sobre o controle social em saúde mental, menciona a importância do movimento antimanicomial como ator social de extrema relevância para a implantação da Reforma Psiquiátrica no País. Em tal documento, são citados os núcleos da luta antimanicomial como elementos básicos e constitutivos da luta, e são apresentadas suas características gerais: realizam reuniões frequentes e organizadas, com real participação das pessoas com sofrimento mental; buscam relações igualitárias entre seus participantes; possuem organização independente e autônoma em relação a instituições, partidos políticos ou governo; não precisam necessariamente ter sede nem financiamento; devem ter capacidade de intervir no cenário de políticas públicas de saúde mental; devem evitar o isolamento; devem buscar trocas de experiências com outros núcleos. Em relação aos serviços de saúde mental, os núcleos, muitas vezes, estão a eles relacionados, pois os serviços substitutivos, atuantes, facilitam a constituição de grupos, porém, tais núcleos devem buscar sua independência em relação aos serviços, procurando ter uma relação de parceria. (Minas Gerais, 2006). Apesar de não se constituírem como parte da rede de saúde, a linha-guia aborda características sugeridas para os núcleos da luta antimanicomial, pois esses são

considerados importantes parceiros na consolidação de uma rede de saúde mental alinhada aos pressupostos da participação dos usuários no controle social das políticas públicas.

Em 2003, com a constituição da RENILA, tanto o Fórum Mineiro de Saúde Mental, quanto a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental se vincularam a essa rede, a qual apresenta, como um de seus princípios básicos: “A real participação dos portadores de transtorno mental, tanto nos núcleos locais como em âmbito nacional, como porta-vozes de suas questões e protagonistas da luta por seus direitos, é característica essencial e definidora da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial.” (Histórico da RENILA, 2004).

Em 2010, na IV Conferência Estadual de Saúde Mental de Minas Gerais<sup>8</sup>, foi elaborado um documento com as propostas dos usuários dos serviços de saúde mental de Minas Gerais para a Conferência Nacional, que, como poderemos ver na citação seguinte, demonstra a atual mobilização das entidades<sup>9</sup> mineiras, compostas por pessoas com sofrimento mental e sua potência propositiva:

Somos atores sociais participantes do processo de transformação da assistência ao portador de sofrimento mental, engajados e responsáveis pelo debate sobre a efetivação da Reforma Psiquiátrica e a diretriz que a orienta: o fim do manicômio, sua substituição por outros serviços e a mudança concreta nas relações da sociedade com os portadores de sofrimento mental.

Os avanços e conquistas já alcançados e reconhecidos por nós, *(sic)* necessitam de sustentação e pedem novos investimentos para prosseguir e avançar ainda mais. É este o sentido deste documento: sustentar a ética inclusiva das diferenças e aprofundar suas conquistas. (Propostas dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental e para a Nacional, 2010).

Lobosque (2001) aponta cinco princípios do movimento antimanicomial: 1) consideração da dimensão da subjetividade nas experiências da loucura em particular e na luta política em geral; 2) defesa da extinção do hospital psiquiátrico e sua substituição por um modelo assistencial radicalmente diverso; 3) a abordagem das experiências da loucura deve apontar para a sua presença e produção no espaço da cultura; 4) independência em relação ao Estado ou partidos, sua organização é autônoma; 5) aliança com outros segmentos da sociedade civil na luta política por transformações estruturais da sociedade.

---

<sup>8</sup> A IV Conferência Estadual de Saúde Mental ocorreu em Belo Horizonte, de 13 a 15 de maio de 2010, com o objetivo de debater temas relevantes para o campo da Saúde Mental, assim como os avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Mental, na perspectiva da intersetorialidade, com ênfase nos direitos humanos, educação, assistência social, cultura, justiça, trabalho, entre outros. (Regimento da Conferência, 2010)

<sup>9</sup> As entidades mineiras que assinam esse documento são: A Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM), a Associação de Trabalho e Produção Solidária (SURICATO), a Associação Verde Esperança e o Fórum Mineiro de Saúde Mental, todas ONGs filiadas à Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial. Neste trabalho, pretendemos nos restringir a tratar especificamente da ASSUSSAM.

Tais princípios foram constituídos considerando que o processo de exclusão do louco, como foi apontado por Foucault (2003), não resultou da natureza da loucura em si, mas de uma série de embates e disputas dentro de uma cultura baseada nos pressupostos da racionalidade. Portanto, o movimento antimanicomial, caracterizado como um movimento social, busca transformações tanto no modelo de assistência à pessoa com sofrimento mental, quanto na cultura, marcando presença na cena política.

Os movimentos sociais podem ser definidos a partir de alguns pontos em comum: seu principal objetivo é propiciar que indivíduos, grupos e coletividades se tornem protagonistas de sua história; sua organização é independente e descentralizada; buscam transformações sociais e políticas amplas; defendem o aperfeiçoamento e consolidação do Estado democrático; pautam valores universais como liberdade, igualdade, direitos, solidariedade (Minas Gerais, 2006). Enquanto um sujeito social coletivo, o movimento social deve ser pensado dentro de seu contexto histórico e conjuntural, sendo que sua identidade política pode se alterar de acordo com contextos diversos (Gohn, 2010).

Os movimentos sociais buscam desafiar e desestabilizar a cultura política dominante, ao propor projetos políticos<sup>10</sup> amplos. “Por meio de suas ações, esses movimentos sociais podem levar à criação de arenas públicas não-governamentais ou extra-institucionais que permitam a participação política de grupos subalternos ou excluídos.” (Penna, 2010, p. 298). Assim, a política cultural posta em prática pelos movimentos sociais contesta e visa a dar um novo significado ao político, para além do que é definido por uma “elite democrática”. Dessa forma, ressalta-se que o movimento antimanicomial, como um movimento social, constitui-se por cidadãos que lutam por uma transformação social ampla, indo além das especificidades dos direitos das pessoas com sofrimento mental, buscando o exercício da participação cidadã plena.

O exercício da participação cidadã se dá a partir da sociedade civil, sendo esta concebida, de acordo com Teixeira (1997), como “... uma rede de associações autônomas, com interesses comuns, que devem exercer um controle sobre o Estado, utilizando-se para isto de meios não só institucionais, como não convencionais.” (p. 43). A sociedade civil institucionaliza-se mediante três complexos de direitos fundamentais: direto à reprodução cultural, à integração social e à socialização. Os direitos, mesmo que garantidos em leis, não são suficientes para evitar a exclusão social de grupos minoritários, mas podem se constituir como instrumentos de luta, na medida em que tais grupos acessem espaços públicos e discutam temáticas de

---

<sup>10</sup> “Projetos políticos se referem a conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.” (Dagnino, 2004, p. 98).

interesse. Dessa forma, direitos como os de reunião, de associação e de liberdade de expressão possibilitam que associações voluntárias tematizem questões de interesse geral na esfera pública.

As associações se constituem como a base institucional da sociedade civil. Seu papel na vida política e civil é o de fortalecer a cidadania, renovar sentimentos e ideias (Teixeira, 1997). As associações são geralmente designadas como “sem fins lucrativos” ou “não governamentais”, sendo que essas expressões as caracterizam em sua negatividade em relação ao estatal e econômico. Sua especificidade está nas relações sociais envolvendo indivíduos na busca de objetivos coletivos ou públicos. (Teixeira, 2002). As associações apresentam um caráter privado, o qual deve ser especificado. O privado pode ser entendido tanto como o aspecto econômico, vinculado à apropriação individual e ao lucro, mas também ao aspecto da subjetividade, do mundo da vida como reservatório de tradições e valores utilizados pelo indivíduo no seu cotidiano, sendo esse segundo aspecto o que caracteriza as associações voluntárias. Apesar das associações defenderem direitos individuais, seu caráter privado depende de seus objetivos, pois os direitos individuais se tornam sociais e coletivos, passando assim para a esfera do público. Dessa forma, as associações não representam simplesmente seus associados, um grupo privado, elas exercem papel público, ao defender bens públicos. A ASUSSAM, portanto, é uma associação que se propõe a defender os direitos de seus associados, mas, mais que isso, está integrada a um movimento social amplo, de defesa dos direitos humanos e busca pela dignidade humana, exercendo, assim, um papel público, ao colocar em debate questões sociais e políticas de interesse coletivo.

Habermas (1990) aponta que tais associações descobrem temas de relevância para o conjunto da sociedade, contribuindo para possíveis soluções para os problemas, interpretando valores. As associações também têm uma função de controle social, a qual não é entendida apenas como fiscalização, mas como uma atividade estratégica para monitorar ações e decisões do poder público. O papel das associações apresenta uma perspectiva emancipatória, no sentido de reconstruir uma vida pública democrática, expandindo os espaços públicos da sociedade civil (Teixeira, 2002). “As associações podem exercer um papel significativo no campo da construção da cultura política, na mudança de valores da sociedade, hoje envolvida na apatia e no individualismo.” (p. 87).

As associações de usuários e familiares de pessoas com sofrimento mental vêm se constituindo como fortes atores no processo de reforma psiquiátrica. Vasconcelos & Rodrigues (2010) apontam que há escassez de estudos sobre organizações de usuários e familiares em saúde mental no Brasil e enfatizam a importância de fomentar a organização e a

luta dos usuários e familiares, apontando para a perspectiva ético-política de base que identifica, nos atores sociais mais diretamente oprimidos, os principais sujeitos políticos no processo de superação mais radical das diferentes formas de opressão.

Ao analisar o perfil da maioria das associações de usuários no Brasil, Vasconcelos (2009) assim as descreve:

... perfil típico e mais freqüente de dispositivo associativo no Brasil: associação mista (usuários, familiares, e técnicos), fundada depois de 1992, criada a partir de e ligada a um CAPS, com um funcionamento central baseado em plantão ou atendimento regular por técnico do CAPS e membro da associação, com uma reunião quinzenal ou mensal, cobrando uma contribuição financeira quase simbólica (2 a 5 reais), apoiando a reforma psiquiátrica, expressando sua missão em termos da defesa dos direitos do usuário e familiar, e desenvolvendo pelo menos alguma oficina, projeto ou atividade de trabalho e geração de renda. (p. 5)

Vasconcelos & Rodrigues (2010) verificaram que as iniciativas são geralmente induzidas por profissionais a partir das discussões e da cultura política gerada dentro dos movimentos de reforma psiquiátrica e antimanicomial e que um dos problemas principais de tais associações está em suas bases de sustentação econômica, organizacional e política. Muitas vezes, as associações são ligadas a serviços (CAPS, por exemplo) têm como fonte de recursos as coordenações de saúde mental municipais, estaduais e nacional comprometidas com a reforma ou as organizações corporativas de profissionais. Os autores salientam para os riscos de se estabelecer uma relação de dependência dessas associações em relação aos seus parceiros, governo e entidades profissionais, o que poderia promover certa fragilidade organizacional das bases do movimento, mas apontam que há algumas associações com estrutura organizativa e consciência política mais avançada (Vasconcelos & Rodrigues, 2010).

A seguir, apresentamos a Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG), associação mineira composta exclusivamente por usuários, com a qual estivemos envolvidos para o desenvolvimento deste estudo.

## **5.1 A ASUSSAM/MG – Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais**

A Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM-MG) <sup>11</sup> foi fundada em 15 de março de 1994, no Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário, então localizado no Hospital Raul Soares.

O Estatuto da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais ASUSSAM/MG (n/d) define que a diretoria executiva da entidade deve ser composta exclusivamente por usuários e que o Conselho Fiscal é aberto à participação de usuários, familiares, técnicos e simpatizantes à luta antimanicomial (Ferreira, Sena, Carvalho & Braga, 2008). A posse da primeira diretoria ocorreu em 12 de maio de 1994, em sessão solene na Câmara Municipal de Belo Horizonte, como relatam os próprios usuários, em artigo publicado (Ferreira, Sena, Carvalho & Braga, 2008). As finalidades da entidade, conforme mencionado, são: a) cultivar a mais ampla e perfeita cordialidade entre seus sócios; b) promover atividades sociais, culturais e desportivas; c) fazer cumprir as deliberações da Carta de Direitos e Deveres dos Usuários e Familiares dos Serviços de Saúde Mental; d) divulgar e defender os princípios e propostas do Movimento da Luta Antimanicomial; e) sensibilizar os familiares para garantir participação efetiva e defesa dos princípios da Luta Antimanicomial; f) promover ações preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica; g) organizar serviços de documentação e informação; h) promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais.

A partir de seus objetivos, a Associação propõe projetos políticos (Dagnino, 2004) que se inserem na proposta de fortalecimento da cidadania e de transformação da dinâmica social e política. Seus objetivos não se restringem à defesa de direitos de um grupo específico, mas visam à construção de novos horizontes nas relações sociais, permeados pelos valores universais dos direitos humanos.

O estatuto da entidade preconiza que a Associação é constituída por número ilimitado de associados, sendo que esses não devem responder pelas obrigações da entidade, nem utilizar seus símbolos ou falar em seu nome sem expressa autorização da diretoria. A diretoria é

---

<sup>11</sup> Agradecemos à Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG), sobretudo ao presidente da entidade, quem contribuiu para a escrita deste material, realizando a leitura e oferecendo informações sobre a estrutura da entidade. O texto é resultado da observação participante desenvolvida ao longo do processo de pesquisa.

composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros, tendo um mandato de dois anos, com apenas uma reeleição. A diretoria é eleita ordinariamente em processo eleitoral previsto no estatuto da entidade, em que o voto é direto, secreto e individual. Compõe ainda a administração da entidade, o conselho fiscal, sendo composto por seis membros eleitos individualmente pela diretoria no momento da posse. A Assembleia Geral elege, extraordinariamente, os substitutos a cargos vacantes da diretoria.

Atualmente, todos os membros da diretoria e do conselho fiscal são usuários dos serviços de saúde mental. Não realizamos, em nossa pesquisa, um levantamento em relação ao perfil socioeconômico dos membros da entidade. Podemos afirmar, a partir da observação participante, que há uma distribuição homogênea em termos de gênero e raça entre os membros da entidade. As idades variam desde adultos jovens até idosos (pessoas acima de 60 anos). O nível de escolaridade entre os associados também tem variações consideráveis, desde membros que não sabem ler e escrever, até membros com curso superior completo, passando por aqueles que têm formação de nível médio e curso superior incompleto. Quanto à renda, também é variável. É importante salientar que todos os membros da Associação são usuários de serviços públicos de saúde mental. As reuniões de diretoria ocorrem com uma média de sete a dez pessoas.

Conforme apontado no estatuto da entidade (n/d), são possíveis fontes de recurso financeiro da Associação: contribuições de associados ou colaboradores, doações, subvenções destinadas pelo poder público, rendas originárias de seus projetos, bens de outras instituições congêneres que venham a ser extintas, recursos provenientes de vendas de publicações ou outros bens produzidos pela Associação, receita proveniente de contratos e convênios de prestação de serviços.

A entidade tem parcerias<sup>12</sup> com diversas entidades da sociedade civil, como o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Parceria também ocorre com organizações profissionais como o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, que tem acompanhado a estruturação da entidade, oferecendo infraestrutura (espaço físico para reuniões, utilização de computadores, internet, material de escritório) e apoio técnico. Tais parcerias com organizações que contam em sua

---

<sup>12</sup> Salienta-se que todas as parcerias citadas no texto se dão durante o período de observação participante no qual estivemos acompanhando as atividades da ASUSSAM, de forma que não fazemos referência a parcerias anteriores nem posteriores ao período da pesquisa.

composição com técnicos simpatizantes às propostas da reforma psiquiátrica levam a discussões polêmicas sobre o caráter de tutela ou de apoio que pode ser aplicado a essa relação. Ferreira, Sena, Carvalho & Braga (2008) explicitam que é importante discernir o papel dos parceiros e adotar uma visão otimista em relação à independência administrativa da Associação, consolidando e conciliando as parcerias existentes e as que podem vir a ser feitas.

A Associação também desenvolve parceria com a Coordenação Municipal de Saúde Mental de Belo Horizonte. Segundo Ferreira et al. (2008), a parceria da entidade com o Estado propicia conquistas de suas propostas e permite a prática do controle social. A Associação, na busca por seus objetivos, manifesta sua insatisfação e objeção aos gestores públicos nos casos em que estes venham a se opor aos princípios da luta antimanicomial (Ferreira, Sena, Carvalho e Braga, 2008). Dessa forma, a relação de parceria com a gestão pública pode ocorrer, mas pontos de divergência e de convergência fazem parte do constante processo deliberativo de negociações entre sociedade civil e Estado.

A participação da ASUSSAM em Conferências Municipais de Saúde foi importante na medida em que aproximou atores da sociedade civil das estruturas e decisões do Estado, abrindo possibilidade para que pessoas com sofrimento mental pudessem participar como conselheiras de Conselhos Municipais de Saúde, e colocando, assim, a temática da saúde mental na pauta dos conselhos de forma mais evidente. Ferreira, Sena, Carvalho & Braga (2008) apontam a II Conferência Municipal de Saúde Mental de Belo Horizonte (2001) como importante evento que possibilitou tanto a implementação de assistência 24 horas em serviços substitutivos de saúde mental, quanto a constituição da Comissão de Reforma Psiquiátrica<sup>13</sup> no Conselho Municipal de Saúde, da qual a ASUSSAM participa com um membro efetivo e um suplente. Percebemos, a partir disso, que os membros da ASUSSAM puderam exercer a participação cidadã, como proposta por Teixeira (1997), tomando parte no processo político-social através da expressão de seus interesses e seus valores, e também exercendo a cidadania no que tange a dimensão de busca pela igualdade de direitos, enfatizando também os seus deveres e responsabilidades. Identifica-se, ainda, a concretização da função de controle social, que o potencial do associativismo na sociedade civil pode propiciar, através do monitoramento e participação ativa na construção de políticas públicas.

Participamos de 13 reuniões da diretoria da ASUSSAM, entre 17 de maio de 2011, quando fomos para estabelecer um contato inicial com o grupo, até o dia 10 de setembro de 2012,

---

<sup>13</sup> A Comissão de Reforma Psiquiátrica do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte é regulamentada pela Resolução CMS-105/2003.

quando encerramos nossa pesquisa de campo. As reuniões da Associação, atualmente, ocorrem no espaço físico do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e se desenvolvem com estrutura organizada. Há um momento inicial com leitura da ata da reunião anterior, quando os membros discutem o que está escrito na ata, que é feita por uma das secretárias da Associação, fazem correções quando necessário e por fim assinam a ata. Em seguida, é aberto espaço para os informes, em que todo tipo de informe é dado, como relatos de participação dos membros em espaços públicos ou eventos diversos em que tenham representado a entidade; informes sobre eventos ocorridos em outros espaços (serviços substitutivos, seminários, instituições universitárias), desde festas e confraternizações até palestras e reuniões com temáticas políticas; convites para eventos artísticos, debates políticos, confraternizações; informações sobre membros que estão ausentes das reuniões sendo justificadas suas faltas. Por fim, é discutida a pauta, que é proposta pelos próprios membros da Associação.

Notou-se, durante o período em que estivemos presentes nas reuniões da Associação, que a presença de membros do Conselho Regional de Psicologia não é constante nas reuniões, sendo participações pontuais, muitas das vezes para fazer um convite para algum evento. A reunião da diretoria da entidade só ocorre se houver quórum mínimo de três membros da diretoria presentes. Muitas vezes, um membro da Associação tem a função de inscrever os interessados em falar, organizando o processo de comunicação no grupo. O presidente coordena a reunião. As secretárias organizam as atas das reuniões, fazem a interface com o Conselho Regional de Psicologia na organização da estrutura física da reunião, e as tesoureiras organizam e prestam contas dos recursos e das atividades desenvolvidas pela Associação, com elaboração de relatórios de atividades ao final de cada gestão de diretoria.

Os membros da Associação estão inseridos em diversos espaços políticos e culturais da sociedade, levantando a temática da saúde mental por onde circulam. Alguns integrantes são representantes dos usuários em instâncias políticas deliberativas de relevância na política de saúde mental, como a Comissão de Reforma Psiquiátrica do Conselho Estadual de Saúde, por exemplo. Participam também de Conferências de Saúde e de Fóruns, como o Fórum Mineiro de Saúde Mental e a Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas. Além disso, os membros da Associação também se inserem em projetos culturais que não estão diretamente vinculados à Associação, como grupos de teatro, produção literária, produção musical.

Participamos de alguns eventos nos quais estavam presentes os membros da Associação. Em julho de 2011 e em maio de 2012, alguns integrantes da ASUSSAM participaram da

Semana de Saúde Mental<sup>14</sup> da Universidade Federal de Minas Gerais. No ano de 2012, uma das integrantes da Associação foi convidada para falar aos estudantes no debate intitulado: “Por que defender a Luta Antimanicomial?”. Ainda na UFMG, convidamos os membros da entidade para uma aula para os alunos da graduação em Psicologia, em que puderam contar aos estudantes sobre suas experiências como militantes da luta antimanicomial e sobre a ASUSSAM. Nesse evento, estudantes e membros da ASUSSAM puderam estabelecer um contato de aprendizado. Uma das integrantes da Associação, após essa aula, mandou-nos um e-mail, no qual expunha sua opinião sobre a experiência:

Achei Ótimo! Já transmiti para Stella minha impressão (*sic*) sobre a oportunidade da Aula. Foi Maravilhoso poder expressar algo que pode contribuir com Profissionais Novinhos em Folha. [...] Abraços, E.. (e-mail recebido em 30 de setembro de 2011)

Acompanhamos os membros da ASUSSAM também em uma aula pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, organizada pela Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política sobre Drogas<sup>15</sup>, e no Fórum sobre drogas realizado pela mesma entidade no Centro de Referência em Saúde Mental/ Álcool e outras Drogas (CERSAM/AD) de Belo Horizonte. Esse fórum contou com a participação de representantes da ASUSSAM, e representantes de coordenações de saúde mental (nacional e municipal), bem como representantes de serviços de saúde mental voltados para usuários de álcool e outras drogas (CERSAM/AD e Consultório de Rua), além dos usuários dos serviços, inclusive vindos de outras cidades de Minas Gerais.

Por fim, estivemos presentes na abertura da II Mostra de Arte Insensata<sup>16</sup> de Belo Horizonte, em que o presidente da ASUSSAM participou da mesa de abertura, e a entidade

<sup>14</sup> Evento organizado pelo Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental da UFMG, sendo composto pela ASUSSAM, pelo Fórum Mineiro de Formação em Saúde Mental (FOFO) e pelo Coletivo Espaço Saúde.

<sup>15</sup> Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política sobre Drogas (FMDDH) trabalha na organização e direcionamento do debate público, construindo ações e estratégias de lutas sobre as políticas sobre drogas, baseando-se nos princípios dos direitos humanos. Sua coordenação é composta pelas seguintes entidades parceiras: ASUSSAM, Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Material Reciclável (CNDDH), Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS/MG), Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade Grupo Solidariadae BH, e Instituto de Direitos Humanos (IDH). (Belo Horizonte, panfleto da FMDDH, 2012).

<sup>16</sup> “Mostra de Arte Insensata é uma iniciativa da Política de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, existente há 19 anos, que propõe um encontro com a cidade para trazer um novo olhar sobre a loucura a partir dos produtos estéticos e artísticos produzidos nos Centros de Convivência e em outros serviços da rede de saúde mental do município. É uma proposta de diálogo com a sociedade sobre o lugar da arte e sua intercessão com a loucura.” (Belo Horizonte, 2012). “A Mostra de Arte Insensata é o instante de apresentação e registro de parte das inúmeras produções que a luta antimanicomial tornou possível...” (Silva, 2012, p. 4).

participou como parceira na organização do evento. Além desses eventos, estivemos presentes em sete reuniões do Fórum Mineiro de Saúde Mental, que, como já foi mencionado, é uma entidade relevante no cenário da luta antimanicomial mineira e nacional, da qual alguns membros da ASUSSAM também participam. Dessa forma, buscamos apresentar o amplo leque de espaços sociais e políticos por onde circulam os membros da ASUSSAM, levantando o debate sobre a saúde mental em tais instâncias, como representantes dos usuários, defendendo seus interesses e colocando suas posições e opiniões políticas.

Vasconcelos (2007) elaborou uma tipologia das associações de usuários e familiares no campo da saúde mental no Brasil. Segundo o autor, poderíamos considerar cinco perfis de associações: 1) de ajuda mútua; 2) de suporte mútuo; 3) de defesa de direitos; 4) de transformação do estigma e dependência na relação com a loucura e o louco na sociedade; 5) e de participação no sistema de saúde/saúde mental e militância social mais ampla.

Considerando a tipologia de perfis de associações elaborada por Vasconcelos (2007), a ASUSSAM se caracterizaria de modo muito específico ou mesmo polivalente. Não seria uma associação de “ajuda mútua” ou “suporte mútuo”, por não possuir grupos de trocas de experiências e ajuda emocional estruturados, ou atividades de cuidado e suporte concreto na vida cotidiana. A questão do suporte mútuo ocorre informalmente. Não há propostas ou orientações específicas sobre cuidado da pessoa com sofrimento mental, mas no cotidiano das relações entre os membros há uma interação que permite o suporte mútuo entre os membros, através dos cuidados que eles têm uns com os outros. Citamos aqui um episódio ocorrido a partir de nossa interação com os membros da Associação, um exemplo para ilustrar a noção que estamos entendendo como “suporte mútuo”. Quando uma das pessoas da Associação passou por um período de crise de sofrimento mental, necessitando se afastar das atividades da entidade por alguns meses, o grupo combinou que uma das usuárias, membro da diretoria, iria ser responsável por acompanhar o estado de saúde daquela pessoa, dando informações ao restante do grupo sobre sua evolução, mantendo também a companheira informada sobre o que acontecia na Associação, e organizando encontros de pessoas interessadas em visitá-la, na intenção de mantê-la em contato com a rede social que ela já tinha estabelecido. Nós, quando tivemos a informação de que uma das usuárias estava afastada das atividades por motivo de saúde, realizamos a visita à sua casa através da intermediação dessa pessoa do grupo que ficara responsável por acompanhar a colega. Entendemos, portanto, que as relações ali estabelecidas proporcionam um suporte aos membros do grupo, ainda que tal suporte não ocorra de forma sistematizada.

Poderíamos enquadrar os objetivos da ASUSSAM em um perfil de associação de “defesa de direitos”, capacitando os usuários a defenderem seus direitos, através de elaboração de cartilhas<sup>17</sup>, participação em eventos, convocação de fóruns de políticas públicas reunindo diversos atores. Além disso, pode ser entendida como uma associação de “transformação do estigma e dependência na relação com a loucura e o louco na sociedade” – seus membros participam de movimentos culturais em toda a cidade, mostrando outro olhar sobre a loucura através de atividades culturais diversas, além das atividades políticas. Ainda tomando a classificação de Vasconcelos (2007), ela poderia ser entendida como associação de “participação no sistema de saúde/saúde mental e militância social mais ampla”, pois seus membros participam de instâncias de controle social, como os conselhos municipais e estaduais de saúde, estimulam a participação cidadã na comunidade, e participam em campanhas e reivindicações por mudanças mais globais nas políticas e legislação em saúde, saúde mental e outras políticas sociais.

Segundo Ferreira, Sena, Carvalho & Braga (2008), os propósitos perseguidos pela entidade são amplos e só podem ser realizados na medida em que os usuários se unem e acreditam na possibilidade das transformações dos serviços assistenciais e no reconhecimento da pessoa com sofrimento mental como cidadã, portadora dos direitos sociais básicos.

Buscamos apresentar a ASUSSAM em seu aspecto de constituição institucional e salientamos que não pretendemos aqui esgotar a discussão sobre uma instituição tão rica e dinâmica. A seguir, pretendemos trazer à tona algumas perspectivas colocadas pelos membros da Associação sobre como eles percebem alguns pontos institucionais da entidade.

## **5.2 A ASUSSAM sob a perspectiva de seus membros**

A percepção que os membros da Associação têm em relação à entidade e ao trabalho que eles mesmos vêm desenvolvendo pode ser bastante rica para entendermos o processo de construção e amadurecimento de uma instituição como esta, que, como vimos, surge a partir de um movimento social e representa um grupo historicamente excluído, que vem ganhando espaço na esfera pública ao longo das últimas décadas, colocando em pauta temáticas de

---

<sup>17</sup> A cartilha denominada “Saúde Mental em Letras Mineiras” foi desenvolvida a partir de uma ação conjunta entre a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP/MG) e a ASUSSAM, no intuito de ser um texto feito por usuários e para usuários, com apoio do Grupo de Produção Temática em Saúde Mental da ESP/MG.

relevância sobre processos de igualdade social e democracia, com vistas a projetos de emancipação e de dignidade humana.

Acreditamos ser importante mostrar que há visões críticas dentro do grupo, críticas internas que podem possibilitar crescimento e amadurecimento da instituição como entidade de defesa de direitos autônoma. Veremos, em alguns depoimentos, como os membros percebem as fragilidades políticas e econômicas da Associação. Assim, mostramos também que uma entidade como esta, que surgiu muito apoiada por outras instituições mais organizadas e fortes politicamente, pode desenvolver sua autonomia, inclusive a partir de críticas internas.

Trazemos para esse debate as contribuições de dois membros que foram por nós entrevistados, José e Flávia. Selecionamos os seus depoimentos por acharmos que são pontos de vista críticos e que podem contribuir para o amadurecimento da entidade. É importante pontuar que as opiniões apresentadas são dos dois entrevistados e não condizem necessariamente com as opiniões de outros membros do grupo, de forma que mostramos aqui apenas alguns pontos de vista, para enriquecer a descrição sobre a ASUSSAM e não nos propomos a fazer uma análise objetiva da efetividade das ações da entidade.

Vasconcelos (2009), ao falar sobre o perfil das associações de usuários de serviços de saúde mental no Brasil, aponta alguns aspectos que dificultam a atuação de tais entidades. Ele afirma que um dos problemas principais das associações de usuários e familiares e do próprio movimento antimanicomial está em suas bases de sustentação econômica, organizacional e política. O autor demonstra que muitos dos recursos de tais associações vêm de coordenações de saúde mental comprometidas com a reforma psiquiátrica e salienta que essa dependência é problemática para a continuidade da entidade. Ele mostra, também, que é comum a vinculação de tais entidades com corporações profissionais e, novamente, afirma que isso pode se constituir como risco. “Isso gera dependência em relação aos recursos de seus aparelhos institucionais, centralização política nos principais detentores de cargos e lideranças, descolamento das bases do movimento e continuidade da concentração do poder nas mãos dos profissionais.” (Vasconcelos, 2009, p. 2).

A ASUSSAM, atualmente, tem parcerias tanto com a Coordenação Municipal de Saúde Mental de Belo Horizonte, contando com o recebimento de vales-transporte para a circulação dos membros que exercem funções ligadas à Associação, quanto com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP), que oferece espaço e infraestrutura básica para a realização das reuniões, entre outras instituições. Não nos propomos aqui a fazer uma discussão sobre os aspectos estruturais, organizacionais e sociopolíticos que permeiam tais

parcerias. Propomo-nos a manter o foco no aspecto subjetivo vinculado ao seu contexto social, no sentido de observarmos qual é a percepção que os membros da Associação têm relação aos aspectos institucionais da entidade, na forma como está atualmente constituída.

José diz da parceria entre a Associação e o CRP/MG, apresentando sua opinião sobre o fato de a ASUSSAM não ter uma sede própria, realizando suas reuniões de diretoria no espaço do Conselho:

*Agora nós temos uma sede, que é aqui, praticamente aqui a sede da ASUSSAM, no CRP. Mas aqui a estrutura é toda psicológica, e nós somos tutelados pelos psicólogos, e apesar de tudo não mudou nada. Nós estamos lobotomizados, porque nós não temos uma expressão, nós não temos voz. Não é porque a gente não quer não.... A ASUSSAM é uma organização séria, competente, muito criança, 18 aninhos, não sabe nada da vida, é virgem, não desmamou ainda. Quando ela desmamar vai ser quando ela tiver a sede, a estrutura, um lote: 'Aqui chama ASUSSAM'. Mesmo que seja um lote de dois metros quadrados, que caiba uma pessoa. Não uma pessoa não, duas pessoas, onde existe duas pessoas conversando há diálogo. Então, um lugar onde tenha duas pessoas.... Ela é virgem, ela não tem dinheiro, não tem infraestrutura porque ela não tem uma sede. Apesar daqui parecer uma sede, aqui é a sede do CRP. Aquela bandeira é do CRP, ela é sua, porque você é psicóloga, você pode pegar ela e levar pra sua casa, na maior.*

Para José, a importância de ter uma sede própria está ligada à autonomia da associação e também ao potencial de constituição de identidade coletiva que uma instituição pode propiciar. Ao dizer que a entrevistadora pode levar a bandeira do CRP para a sua casa, por ser uma psicóloga, ele aponta para o aspecto de identidade e pertencimento. O sentimento de pertencimento a um grupo social é potencializado pelo espaço físico que esse grupo tem para se organizar. José tem uma visão crítica em relação ao relacionamento tutelar que a Associação tem com o CRP e considera que isso dificulta a possibilidade de maior expressão e talvez atuação da entidade em um âmbito mais amplo que seja de sua competência. Para ele, a aquisição de uma sede propiciaria aquisição de recursos e potencializaria a autonomia da entidade, o que ele denominou processo de “*desmamar*”.

Flávia, outra integrante do grupo, compara a ASUSSAM com outra associação da qual participa. Também é uma associação de familiares e usuários de serviços de saúde mental, atuante em Minas Gerais. Flávia faz essa comparação para mostrar que a ASUSSAM ainda não tem a autonomia jurídica suficiente e necessária para promover atividades de defesa de direitos que ela, Flávia, considera importantes.

*A associação V. E.<sup>18</sup> tem força política porque ela é uma associação, ela tem o CNPJ. Então, juridicamente ela tem mais respeito, ela consegue dinheiro, verba, recurso pra projeto, porque ela tem CNPJ. E ela presta conta pra receita federal. Então, ela é um órgão político, coisa que a ASUSSAM não é. Ela é registrada, mas ela não tem força política pra fazer uma oficina, pra gerar uma oficina de produção e renda, pra criar um*

<sup>18</sup> A Associação V. E. é também composta por familiares e usuários de serviços de saúde mental do Estado de Minas Gerais, e não será identificada neste trabalho.

*projeto, pra colocar os usuários pra concorrer... em prêmios... E, pra fazer alguma coisa pelo usuário, ela tem que ter um CNPJ. Porque não existe ONG lutar pelo direito do usuário se nem ela não tem um CNPJ, porque dentro dos trâmites da lei, ela já está irregular. Não tem sede própria, ela não responde por ela mesma, judicialmente não responde.*

Flávia considera que uma associação, para ser considerado um “*órgão político*”, precisa ter existência jurídica. A formalização da entidade, “*nos trâmites da lei*”, é essencial para a força política, ou seja, a capacidade de ação política efetiva diante dos demais órgãos públicos e da sociedade. Para ela, a autonomia da entidade está relacionada ao seu registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pois, assim, ela poderá adquirir recursos para convênios e parcerias com outros órgãos, poderá também responder juridicamente em ações políticas de denúncias de violação de direitos às pessoas com sofrimento mental, por exemplo. Em relação à sede própria, ela salienta:

*Sede já tem no Conselho Regional de Psicologia, né. Só que uma ONG sem CNPJ não existe. Aqui dentro do conselho ela não pode fazer oficina com os usuários, ela não tem uma sede pra receber, ela tem uma sede pra fazer reunião, pra fazer oficina ela não tem. Porque o mais importante para um cidadão em situação de sofrimento mental é a desenvoltura da inserção social.*

Aqui, a necessidade de sede própria está ligada ao objetivo de promoção da inserção social. A entidade, na opinião de Flávia, teria como função desenvolver tal objetivo através de oficinas. Flávia mostra que, sem espaço físico, fica difícil a promoção de atividades mais amplas pela Associação. Observamos que, nas reuniões da ASUSSAM, os membros discutem as atribuições da entidade, estando com um constante incômodo em relação ao fato de, atualmente, estarem realizando reuniões de diretoria quinzenais, além de outras atividades, mas acreditam que poderiam expandir seu campo de atuação. Uma das atividades muito comentada nas reuniões são as reuniões itinerantes. Em períodos anteriores, a Associação tinha essa prática, os membros iam até os serviços de saúde mental para conversar com os usuários, prática que se perdeu há algum tempo.

A autonomia jurídica e estrutural são questões discutidas e vislumbradas por alguns integrantes da Associação. Percebemos que, apesar de sua dependência estrutural em relação a instituições parceiras, os membros têm clareza de seu papel de controle social e de sua autonomia como entidade da sociedade civil separada das demais instituições parceiras. Em uma das reuniões, os usuários discutiram sobre a atuação da Associação em um evento realizado na cidade de Belo Horizonte, em parceria com a Coordenação Municipal de Saúde Mental e outras instituições, a Mostra de Arte Insensata. Nesse evento, que visa apresentar trabalhos artísticos desenvolvidos pelos usuários de saúde mental nos serviços substitutivos,

algumas obras de arte produzidas pelos usuários são colocadas na exposição ao público e vendidas também. Foi colocado, durante a reunião da Associação, que seria função da ASUSSAM acompanhar a venda dos produtos artísticos produzidos pelos usuários e expostos na Mostra, de modo a defender os interesses dos usuários.

Assim, podemos perceber a postura crítica de alguns membros da Associação, que aparece em suas opiniões sobre a estrutura, o funcionamento e as atribuições da entidade para que ela seja efetiva e alcance seus objetivos.

A participação política da ASUSSAM, como seus membros colocam em artigo por eles publicado (Ferreira, Sena, Carvalho & Braga, 2008), permite a conquista de direitos e de autonomia por parte das pessoas com sofrimento mental, o que aponta para os ganhos político-sociais e também subjetivos das pessoas.

Com a participação dos usuários na cena pública e centros de decisões vê-se a conquista crescente de seus direitos e de sua autonomia... Esse protagonismo tem ganhado espaço em um regime democrático, em que a ASUSSAM, representando os usuários, tem podido cobrar do Poder Público as ações da Reforma Psiquiátrica condizentes aos princípios da luta Antimanicomial: lutando pelos direitos humanos, dentre eles, a liberdade e a cidadania. (p. 233)

Observa-se que as potencialidades do associativismo, nesse caso, possibilitam desenvolvimento de cidadania, no sentido amplo e democrático do termo. As ações da associação, além do aspecto cívico, que abrange representação em instâncias políticas formais com efetiva contribuição nas discussões sobre saúde mental e políticas públicas, são ações voltadas para a expressão, o “fazer parte”, que Teixeira (1997) salienta. Os membros da associação estão incluídos na cidade através de suas ações, não só políticas, mas culturais e sociais. Nossas observações nas atividades da associação nos permitiram considerar que participar de um espaço deliberativo propicia o desenvolvimento de autonomia nos indivíduos e, dialeticamente, contribui para o processo de emancipação da sociedade que, como afirma Habermas (1983), é um caminho duro e incerto. Diante das dificuldades e incertezas, ainda é possível acreditar no caminho de emancipação. Como os próprios membros da associação afirmam: “... a mudança social só ocorrerá na medida da nossa liberdade interior.” (Ferreira, Sena, Carvalho & Braga, 2008, p. 233). Dessa forma, entendemos que, além do desenvolvimento social, político e cultural que as associações de pessoas com sofrimento mental podem proporcionar para a sociedade, aspectos subjetivos importantes também são desenvolvidos nesse processo. Com essa perspectiva de conquista de liberdade interior, passamos ao próximo capítulo, para discutirmos os aspectos subjetivos envolvidos na ação política, conforme proposto na Teoria do Reconhecimento.



## 6 TEORIA DO RECONHECIMENTO

### 6.1 A Teoria do Reconhecimento

Retomando ao objetivo da pesquisa, o de compreender os sentidos subjetivos produzidos nas experiências de participação política para as pessoas com sofrimento mental, encontramos na Teoria do Reconhecimento uma possibilidade para a discussão que envolve aspectos subjetivos da participação política. Acreditamos que a perspectiva de Honneth (2009) sobre as lutas por reconhecimento pode enriquecer a discussão sobre sentidos subjetivos da participação política, uma vez que ele enfatiza aspectos da autorrealização como sendo imprescindíveis aos processos de reconhecimento intersubjetivo.

Buscamos, neste capítulo, discutir teoricamente a questão da luta por reconhecimento como possibilidade de compreensão do fenômeno da participação política na contemporaneidade (Souza, 2000) e mais especificamente a dos portadores de sofrimento mental. Apresentamos a proposta de Honneth sobre reconhecimento e, ao final, apresentamos brevemente algumas críticas e divergências propostas por Fraser (2001; 2007) ao trabalho de Honneth. O autor trabalha sob o enfoque da Teoria Crítica, a qual tem como princípios a orientação para a emancipação, que permite compreender a sociedade em seu conjunto, e o comportamento crítico relativo ao conhecimento e à realidade social (Nobre, 2009).

A noção de luta por reconhecimento se desenvolve diante da constituição das sociedades modernas, nas novas configurações de democracia e cidadania (Mattos, 2006). As democracias modernas se viram diante de uma configuração da esfera pública que implicasse em busca pela dignidade humana, como projeto de sociedade, e realização da igualdade de direitos. A luta por reconhecimento social “... pode ser interpretada como sinônimo da história das demandas por inclusão na esfera pública das sociedades ocidentais.” (Mattos, 2006, p. 11).

Honneth (2009) desenvolve sua teoria, sobretudo, a partir das críticas que elaborou em relação ao trabalho desenvolvido por Habermas, propondo um novo rumo à teoria social crítica. As críticas a Habermas estão relacionadas ao caráter dual de sociedade estabelecido pelo autor, uma sociedade posta entre estruturas (mundo da vida e sistemas; ou racionalidade estratégica e racionalidade comunicativa). Nessa proposta teórica, a racionalidade estratégica estaria vinculada à ação instrumental, orientada para o êxito, cuja lógica caracteriza o domínio

social dos sistemas econômico e político. Por outro lado, a racionalidade comunicativa, vinculada à ação comunicativa, seria orientada para o entendimento e sua lógica caracterizaria o mundo da vida (Goulart, 2010a).

Honneth (citado por Nobre & Repa, 2003) localiza, a partir disso, o que ele chama de *déficit* sociológico da Teoria Crítica, uma vez que a concepção de sociedade colocada entre as estruturas político-econômicas determinantes de um lado e a socialização do indivíduo de outro não leva em conta a ação social como mediador necessário, tampouco o conflito social aparece como estruturante da intersubjetividade. Dessa forma, em relação à construção teórica de Habermas, Honneth (2003) aponta que o seu *déficit* sociológico está inscrito na “... tendência a subestimar em todas as ordens sociais o seu caráter determinado por conflitos e negociações” (Honneth citado por Nobre & Repa, 2003, s/p)<sup>19</sup>. O autor defende que a base da interação social é o conflito e sua gramática é a luta por reconhecimento (Nobre, 2009). Assim, a proposta teórica de Honneth está ancorada no processo de construção social da identidade, em que a teoria da ação social tem como sua gramática o processo de luta pela construção da identidade (Nobre, 2009).

Honneth (2009) procura ampliar o quadro de análise habermasiano, ao propor o foco nas condições intersubjetivas do reconhecimento, descentrando da noção de competências comunicativas, proposto por Habermas. Como aponta Voirol (2008), na proposta honnethiana, os atores sociais não esperam apenas “... que seus enunciados encontrem lugar no processo de argumentação, mas também que toda sua pessoa seja considerada de maneira positiva.” (p. 45).<sup>20</sup> Honneth (2009) contribui ao propor que os conflitos sociais são essencialmente baseados em uma luta por reconhecimento social e que essa luta é o motor de mudanças sociais.

Segundo Neto (2008), Honneth responde à questão fundamental do porquê os homens se engajam em movimentos sociais, ao considerar a existência da necessidade de reconhecimento no plano dos discursos intersubjetivos e que, no momento em que há o reconhecimento coletivo de uma mesma demanda social, tal demanda se converte em luta social. Souza (2000) aponta que Honneth desenvolve uma teoria sociológica do reconhecimento que leva em conta a importância do elemento afetivo e motivacional da ação social.

---

<sup>19</sup> As críticas e discussões sobre a proposta teórica habermasiana, sobretudo em relação ao processo de deliberação, estão apresentadas no Capítulo 2 desta dissertação.

<sup>20</sup> Não nos cabe aqui apresentar todo o quadro teórico desenvolvido por Habermas. Para maior entendimento do confronto entre as propostas habermasianas e honnethianas, consultar Nobre (2003), Voirol (2008).

Antes de seguirmos na apresentação do quadro teórico do autor, voltaremos aos trabalhos que influenciaram sua produção, na intenção de compreendermos o caminho por ele traçado em sua elaboração.

### ***6.1.1 Principais influências teóricas: Hegel e Mead***

Para desenvolver seu modelo teórico, Honneth (2009) recorreu a diversos autores como Kant, Marx, Sorel, Sartre, Dewey. Apresentaremos, porém, aqueles que selecionamos como influências mais marcantes no pensamento do autor: Hegel, Mead e Winnicott. As contribuições de Hegel estão relacionadas aos estudos no período em que o filósofo começava a desenvolver uma teoria do reconhecimento baseada em três formas distintas de reconhecimento intersubjetivo. Os estudos de Hegel propunham uma nova forma de pensamento político, contraposto às principais influências da época: Hobbes e Maquiavel. Ambos, considerando suas particularidades, apontavam para a luta por autoconservação como determinante do campo de ação social. Tal perspectiva se caracterizava por ser uma visão atomística, ao conceber a sociedade como formada por indivíduos isolados em constante estado de guerra, tendo suas relações mediadas pelo contrato social. Hegel se contrapôs a tal visão, trazendo a proposta de uma sociedade composta como uma unidade ética de todos; dessa forma, ele substituíam categorias atomísticas por categorias baseadas no vínculo social (Mattos, 2006). Hegel propôs os vínculos éticos como ponto inicial de uma filosofia política. As atitudes éticas seriam aquelas voltadas para a comunidade (Honneth, 2009). O conflito, como proposto por Hegel em contraposição a Hobbes, seria um elemento constitutivo da vida social, na medida em que possibilita a constituição de relações sociais cada vez mais desenvolvidas. Hegel apresentava, como ponto central para o desenvolvimento da autonomia individual, o reconhecimento mútuo e considerava a esfera da eticidade como caracterizada por práticas sociais que se distinguem por processos de reconhecimento e autorrealização (Honneth, 2009).

Hegel propôs a existência de três formas de reconhecimento às quais estariam atreladas diferentes dimensões da autorrealização e às quais estariam relacionadas instituições específicas. Para ele, um ser humano autorrealizado deve obter reconhecimento nessas três dimensões. As três formas de reconhecimento apontadas por Hegel foram o amor, as relações jurídicas e a solidariedade. A dimensão do amor permite o desenvolvimento da autoconfiança

e tem como instituição primordial a família. A segunda dimensão abarca as relações jurídicas de direito, através das quais cada pessoa pode experimentar o respeito como autorrealização e tem como instituição relacionada a sociedade civil. E a terceira é a dimensão das relações de solidariedade, que diz respeito à constituição da autoestima como autorrealização, tem o Estado como instituição correspondente. Para Hegel, o ser humano se realiza se tiver o reconhecimento nessas três dimensões e as formas de reconhecimento se constituem em etapas necessárias para o desenvolvimento das autorrelações práticas que lhes concernem (Mattos, 2006).

Honneth (2009) se inspira nos trabalhos de Hegel de seu período inicial, pois o filósofo prosseguiu com seus estudos na direção do desenvolvimento de uma teoria filosófica da consciência, e a partir daí ele mudaria os rumos de sua produção teórica. Para Honneth (2009), são os primeiros estudos de Hegel que lhe ajudam a desenvolver sua teoria. Do pensamento hegeliano, Honneth manteve a noção da existência de um contexto normativo preexistente como dado primário para a prática social e política, bem como de uma concepção dialógica e intersubjetiva da formação da identidade social e cultural (Souza, 2000).

Dando continuidade a seu projeto teórico, Honneth (2009) buscou uma possibilidade empírica de construção teórica e encontrou na Psicologia Social de Mead os pressupostos empíricos para desenvolver seu quadro teórico. A intenção de Honneth (2009), como aponta Motta (2006), seria a “... de recuperar as dimensões do reconhecimento empiricamente à luz da teoria de Mead para depois saber se essas formas de reconhecimento deixam-se ordenar por formas recíprocas de desrespeito.” (p. 87).

A ideia central de Mead apontava para o fato de que o indivíduo só toma consciência de si mesmo na condição de objeto. O autor buscou entender como um sujeito pode alcançar uma consciência do significado social de suas ações práticas. A psicologia social de Mead aponta que o sujeito toma consciência do que seu gesto significa para o outro ao produzir em si mesmo um comportamento de resposta. Os conceitos de *Me* e *Eu* são essenciais na obra de Mead para a compreensão de sua perspectiva teórica. O *Me* “... representa a imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo tão logo aprenda a perceber-se da perspectiva de uma outra pessoa.” (Honneth, 2009, p. 133). O *Eu* é a fonte não regulamentada de todas as ações atuais do sujeito. O *Eu* se refere à instância da personalidade que responde criativamente aos problemas práticos. Entre o *Eu* e o *Me* há uma relação comparável à de parceiros em um diálogo. Essas instâncias estão em conflito, uma vez que o *Eu* deseja se contrapor às expectativas sociais incorporadas pelo *Me*. O conceito de outro generalizado, desenvolvido

por Mead (1968), ajuda a compreender tal conflito, que explica o desenvolvimento moral dos indivíduos e das sociedades.

La comunidad o grupo social organizado que proporciona al individuo su unidad de persona pueden ser llamados ‘el otro generalizado’. La actitud del otro generalizado es la actitud de toda la comunidad.... Esa incorporacion de las actividades amplias de cualquiera de los individuos involucrados o incluidos em ese todo es, en otras palabras, la base esencial y prerequisite para el plen desarrollo de la persona de ese individuo. (p. 184-185).<sup>21</sup>

Tal conceito é constituído a partir da constatação de que o processo de socialização se efetua na forma de uma interiorização de normas de ação, provenientes da generalização das expectativas de comportamento dos membros da sociedade. Assim, o indivíduo adquire a capacidade de participar das interações normativas de seu meio ao internalizar tais expectativas. Dessa forma, o *Eu* luta por manter sua singularidade enquanto o *Me* incorpora, em defesa da coletividade, as normas convencionais. Ocorre, então, uma tensão entre a vontade global internalizada, *Me*, e as pretensões de individualidade, *Eu* (Honneth, 2009).

O conceito de eticidade intersubjetiva desenvolvido por Mead corresponde à capacidade do indivíduo de desenvolver sua identidade ao aprender a própria ação a partir da perspectiva do outro. Mead concebe a identidade social e a autorrelação como processos inerentes à capacidade de interação com o outro (Honneth, 2009).

Assim como Hegel, Mead concebe a ampliação dos conteúdos do reconhecimento jurídico como um processo da evolução moral das sociedades, como demonstra Honneth (2009):

Da mesma maneira que Hegel, Mead também vê como motor dessas modificações geridas uma luta através da qual os sujeitos procuram ininterruptamente ampliar a extensão dos direitos que lhes são intersubjetivamente garantidos e, nesse sentido, elevar o grau de autonomia pessoal; a liberação histórica da individualidade se efetua por isso, para os dois pensadores, como uma luta por reconhecimento de longo alcance. (p. 145)

Assim, Honneth (2009) conclui, a partir de Mead e Hegel, que o desenvolvimento do reconhecimento no âmbito social é acompanhado do desenvolvimento da autonomia pessoal. Mead também busca discutir as relações de reconhecimento que vão para além do jurídico, que apontam para a valoração de capacidades particulares. Quanto a esse ponto, Mead aponta

---

<sup>21</sup> “A comunidade ou grupo social organizado que proporciona ao indivíduo sua unidade de pessoa podem ser chamados “outro generalizado”. A atitude do outro generalizado é a atitude de toda a comunidade .... Essa incorporação das atividades amplas de qualquer dos indivíduos envolvidos ou incluídos nesse todo é, em outras palavras, a base essencial e pré-requisito para o pleno desenvolvimento da pessoa desse indivíduo.” (tradução nossa).

para o vínculo entre a autorrealização e a experiência do trabalho socialmente útil como forma de proporcionar ao indivíduo consciência de sua capacidade particular. Nesse ponto da discussão, Honneth (2009) já não mais concorda com Mead, uma vez que o que é considerado de modo geral como uma contribuição laboral socialmente útil é regulado pelas convicções éticas que dão caráter individual às formas de vida na sociedade. Então, a divisão funcional do trabalho não pode ser considerada um sistema axiologicamente neutro, a valorização das funções do trabalho depende das finalidades abrangentes de uma coletividade. Portanto, tal experiência não é o que permite ao indivíduo alcançar o reconhecimento de suas propriedades particulares (Honneth, 2009).

### ***6.1.2 Contribuições do pensamento de Winnicott e a questão do sofrimento mental***

Winnicott surge como contribuição para Honneth (2009) pensar a questão das relações primárias de amor como formas de reconhecimento. A questão de Winnicott se refere à constituição da interação através da qual mãe e filho se separam do estado indiferenciado de modo a aprenderem a se aceitar e se amar como pessoas independentes (Honneth, 2009). Winnicott concebe o processo de amadurecimento infantil através da cooperação intersubjetiva entre mãe e filho, uma vez que "... eles de certo modo precisam aprender do respectivo outro como eles têm de diferenciar-se em seres autônomos (Honneth, 2009, p. 165). Winnicott elabora um quadro teórico no qual diferencia diversas fases do amadurecimento na relação mãe-bebê, que se divide em estágios de dependência absoluta, dependência relativa e independência.

No estágio de dependência absoluta, mãe e bebê vivem um estado de dependência mútua, no qual a mãe se identifica projetivamente com o bebê e vivencia um estado carencial como uma necessidade de seu próprio estado psicológico. O bebê, por sua vez, vivencia um estado de desamparo, dependendo de demonstrações de amor da mãe (Dias, 2003). Esse estado de fusão, no qual mãe e bebê formam uma unidade simbiótica, evolui para os estágios de separação (Honneth, 2009).

No estágio de dependência relativa, a mãe já não pode estar à inteira disposição da criança, e isso é vivenciado como desilusão para o bebê. A criança, nesse estágio, começa a desenvolver alguma autonomia de ação, e precisa reconhecer o objeto mãe como um ser com direito próprio. Essa nova experiência afetiva é elaborada a partir de dois mecanismos

psíquicos, a “destruição” e os “fenômenos transicionais”. O bebê dirige atos agressivos à mãe, rebelando-se contra a perda da onipotência e, ao tentar destruí-la, ele percebe que depende de atenção amorosa de um outro que é independente. Os fenômenos transicionais contribuem no processo de amadurecimento, uma vez que os objetos transicionais assumem formações substitutivas da mãe, para o qual podem ser direcionados investimentos afetivos tanto de ternura, quanto de destruição (Honneth, 2009).

Assim, a criança vai desenvolvendo a capacidade de estar só, ao confiar que, mesmo distante do objeto investido afetivamente, ainda mantém seu investimento, gerando uma relação de confiança na dedicação afetiva da pessoa amada. Desenvolve-se, então, a autoconfiança: “...espécie de autorrelação a que um sujeito pode chegar quando se sabe amado por uma pessoa vivenciada como independente, pela qual ele sente, também de sua parte, afeição ou amor.” (Honneth, 2009, p. 173). Honneth aponta o desenvolvimento primário da capacidade de autoconfiança como base das relações sociais entre adultos. Assim, esse nível de reconhecimento seria responsável pelos demais, tanto pelo autorrespeito, quanto pelo desenvolvimento da autonomia necessária para a participação social (Lima, 2010).

Diante da importância do desenvolvimento afetivo no quadro teórico de Honneth (2009), colocamo-nos a questão de pensar a especificidade da pessoa com sofrimento mental como sujeito atuante em relações intersubjetivas. O autor chega a discutir brevemente casos de “patologias do relacionamento”, referindo-se a estudos de Jessica Benjamin, mas não prossegue com a discussão na obra “Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” (2009), abordando que a experiência intersubjetiva das relações de amor “... constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito”. (Honneth, 2009, p. 177).

Para Winnicott, as bases da saúde psíquica são estabelecidas no início da vida. Os quadros de distúrbios neuróticos são desenvolvidos posteriormente e, portanto, a neurose significa que a criança passou pelos estágios iniciais, realizando conquistas básicas para se integrar em uma unidade separando *eu* e *não-eu*. Já as psicoses seriam manifestações de alguma perturbação nesse período de desenvolvimento primitivo, estando relacionadas a um fracasso ambiental na facilitação das conquistas dos estágios iniciais (Dias, 2003).

Nas psicoses, as defesas são de tal natureza que paralizam a tendência ao amadurecimento. Winnicott (1983) aponta que os distúrbios compreendidos sob o espectro da psicose são produzidos por anormalidades ambientais. “Falhas do ambiente favorável resultam em falhas no desenvolvimento da personalidade do indivíduo e no estabelecimento do self do indivíduo, e o resultado é chamado esquizofrenia.” (p. 124). Por não terem chegado a conquistar a

identidade unitária, os psicóticos vivenciam conflitos entre o viver e o não viver. Questionamos, portanto, se na psicose há uma “falha” no processo de amadurecimento, de constituição de autonomia e autoconfiança a partir da relação com a mãe suficientemente boa com o ambiente, como podem indivíduos psicóticos evoluir para as demais formas de reconhecimento e de autorrelações práticas?

Segundo Marinucci (2012), as relações primárias de amor se constituiriam como uma dimensão pré-política do reconhecimento, de forma que o desrespeito privado, para ganhar relevância pública, deveria ser exposto por sujeitos que se sentem moralmente capazes de evidenciar seu sofrimento. Assim, para a autora, um ponto polêmico da obra de Honneth seria que “... ele estaria indicando que a muitas pessoas faltariam condições psíquicas de se envolverem em embates sociais nos quais seu sofrimento fosse exposto.” (p. 7). A autora trata da luta por reconhecimento de autistas e, ao se colocar tais questionamentos, ela salienta que o autista deve ser concebido como alguém capaz de estabelecer contato social e, portanto, de reconhecer intersubjetivamente o outro. Marinucci (2012) aponta como a psicanálise evidencia a condição do autista como uma falha no percurso do reconhecimento mútuo entre mãe e filho, de modo que ele se mantém na relação simbiótica com a mãe. Porém, para a autora, é importante reconhecer os sujeitos autistas como capazes de autoexpressão. “Negar a consideração de sujeito àqueles definidos como autistas por uma falha constitutiva do *self* é tratar como postulado irrevogável as premissas psicanalíticas e idealizar a autonomia como um dado primário e fixo das disputas políticas.” [grifo da autora] (p. 10).

Apesar de a perspectiva winnicottiana apontar para uma “falha” no processo de amadurecimento da pessoa que vem a desenvolver transtornos psicóticos, observa-se que as relações afetivas podem se desenvolver em outros âmbitos. Como apontado por Honneth (2009), Hegel considerava como relações de amor as relações de amizade e familiares, indo para além da relação primitiva dos estágios iniciais de amadurecimento do bebê. A concepção de relação amorosa deve ser considerada de forma ampliada, para pensarmos o processo de reconhecimento nas pessoas com sofrimento mental.

Devemos esclarecer, portanto, que, no presente estudo, não pretendemos diferenciar quadros de neuroses e quadros de psicoses, tampouco enquadrar os sujeitos entrevistados em diagnósticos psicanalíticos ou psiquiátricos. Partiremos da compreensão de que a pessoa com sofrimento mental pode ter vivenciado dificuldades em suas relações de confiança nos primórdios da vida relacional ou ainda em momentos posteriores do desenvolvimento, como aponta Winnicott (1983), mas consideraremos o sofrimento mental como “existência-sofrimento” (Rotelli, 1990).

Greco (2001) afirma que o campo da saúde mental apresenta um jogo de forças entre três modelos prevalentes: a psiquiatria biológica, a psiquiatria democrática e a psicanálise. Cada modelo trabalha com um objeto específico. O primeiro considera a doença mental em seus desarranjos bioquímicos e genéticos; o segundo tem como objeto o homem em sua existência-sofrimento, considerando aspectos da exclusão social e da constituição de direitos humanos; e o terceiro modelo trabalha com a noção do sujeito do inconsciente, sujeitos em relação no jogo simbólico.<sup>22</sup>

Rotelli (1990), ao tratar da questão da desinstitucionalização da loucura, aponta que o objeto da psiquiatria não pode nem deve ser a doença (entendida como algo que está no corpo ou no psiquismo de uma pessoa), mas sim a “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social” (p. 90). Dessa forma, o autor pontua que não se trata de uma questão de cura, mas de emancipação, não se tratando de uma reparação, mas de reprodução social das pessoas. Assim, como demonstra Rotelli (1990), “A doença foi por um período colocada entre parênteses para favorecer a manifestação da real existência da pessoa aos olhos de um psiquiatra finalmente participante.” (p. 29). Em relação ao que se definiria como “terapêutico” no trabalho com pessoas com sofrimento mental, o autor aponta:

Estamos sempre mais convencidos de que o trabalho terapêutico seja este trabalho de desinstitucionalização voltado para reconstruir as pessoas como atores sociais, para impedir-lhes o sufocamento sob o papel, o comportamento, a identidade estereotipada e introjetada que é a máscara que se sobrepõe à dos doentes (p. 94).

Lobosque (2001) salienta que há duas concepções teóricas distintas do sofrimento psíquico que predominam no movimento antimanicomial, a psicanalítica, que oferece a psicose como concepção específica e precisa do sofrimento mental, e a fenomenológico-existencial, que oferece o conceito de sofrimento-existência dos sujeitos em sua relação com o corpo social. A autora critica a segunda concepção por colocar o psíquico em um certo *continuum* com o social, sem considerar o psíquico como objeto próprio de um campo do saber. Porém, ambas concepções questionam o biologicismo e rompem com a noção de doença mental. Lobosque (2001) coloca, por fim, que não há um consenso, no movimento antimanicomial, quanto à importância de uma concepção teórica consensual do sofrimento psíquico e, para a autora, não há necessidade de tal consenso, uma vez que divergências são cabíveis dentro de um mesmo movimento político.

---

<sup>22</sup> Greco (2001) aborda a psicanálise em uma vertente lacaniana, a qual se distingue da winnicottiana.

Consideramos importante abrir este parêntese sobre as diversas concepções de sofrimento mental para demonstrarmos que não há um consenso em relação ao que seja o sofrimento mental, de modo que não haveria uma especificidade em relação à participação política de pessoas com sofrimento mental em comparação com outros grupos sociais que também lutam por reconhecimento na esfera pública. Apontamos, portanto, que a participação política das pessoas com sofrimento mental, em certa medida, desafia os pressupostos colocados por Honneth (2009) em relação à sua concepção winnicottiana de estruturação das relações primárias de amor vinculadas à constituição de autoconfiança.

## 6.2 Teoria do Reconhecimento e a noção de desrespeito

Para Honneth (2009), tanto Hegel, quanto Mead coincidem ao tentar localizar os diversos modelos de reconhecimento nas respectivas esferas de reprodução social. Por outro lado, Honneth (2009) aponta que nem Hegel nem Mead desenvolveram a questão central a qual ele se propõe a responder: “... como a experiência de desrespeito está ancorada nas vivências afetivas dos sujeitos humanos, de modo que possa dar, no plano motivacional, o impulso para a resistência social e para o conflito, mais precisamente, para uma luta por reconhecimento?” (p. 214).

Dessa forma, Honneth (2009) inclui um aspecto novo às discussões sobre relações de reconhecimento, o desrespeito. Ele responde à questão elaborando um quadro teórico que visa a demonstrar que as lutas por reconhecimento, baseadas no conflito gerado por relações de desrespeito, são motor moral do desenvolvimento social. O reconhecimento, então, é estabelecido no interior das relações intersubjetivas e se relaciona com a construção identitária dos indivíduos de modo que cada forma de reconhecimento se vincula a uma forma de autorrelação prática necessária para a constituição dos indivíduos.

Honneth (2009) propõe três padrões de reconhecimento e a cada forma de reconhecimento recíproco estaria relacionada uma etapa da autorrelação prática do ser humano. Por fim, a cada uma dessas formas teríamos como contraponto respectivamente uma determinada forma de desrespeito.

A primeira forma de reconhecimento que, segundo Honneth (2009), antecede as outras é a dimensão das *relações primárias de amor*, que levam à constituição da *autoconfiança* como autorrelação prática e teriam como forma de desrespeito as *situações de violação e maus*

*tratos*. As relações amorosas representariam, como foi visto na proposta winnicottiana, relações simbióticas quebradas pelo reconhecimento da autonomia do outro. Sendo assim, a independência do indivíduo só seria possível na medida em que houver a segurança emotiva de que a pessoa amada preserva sua afeição por ele. Mattos (2006) aponta a tortura como a primeira forma de desrespeito à autonomia individual sobre o corpo, de modo o que, “com a tortura é destruída a autoconfiança...” (p. 95). A tortura é uma forma de desrespeito vivenciada por muitas das pessoas com sofrimento mental que passaram por tratamentos em manicômios.

A segunda forma de reconhecimento é a das *relações jurídicas de direito*, que levam à constituição do *autorrespeito* e têm como forma de desrespeito as situações de *exclusão e privação de direitos*. O respeito social faz surgir a consciência de respeito a si próprio, porque merece o respeito de todos os outros (Honneth, 2009). O autor coloca que o autorrespeito está para a relação jurídica assim como a autoconfiança está para as relações amorosas. Enquanto o segundo faz surgir a consciência de poder respeitar a si próprio por merecer o respeito dos outros, o primeiro tipo de relação citado propicia o fundamento psíquico para a confiança em si a partir da confiança no outro. A denegação do reconhecimento nas relações jurídicas leva à perda das possibilidades de autorrespeito individual. Salienta-se o caráter público do direito como importante fator, que confere força ao indivíduo para a constituição do autorrespeito. Assim, Honneth (2009) coloca que “... com a atividade facultativa de reclamar direitos, é dado ao indivíduo um meio de expressão simbólica, cuja efetividade social pode demonstrar-lhe reiteradamente que ele encontra reconhecimento universal como pessoa moralmente imputável.” (p. 197). O não reconhecimento no âmbito dos direitos está presente em muitas das experiências das pessoas com sofrimento mental, uma vez que, apesar da existência de uma legislação que visa à defesa de direitos e à garantia de tratamento digno para essas pessoas, as relações sociais ainda mantêm e reproduzem a exclusão desse grupo. Podemos ver que muitas pessoas com sofrimento mental têm sua autonomia restringida, mesmo por familiares que, em um discurso de proteção, acabam por impedir o exercício de direitos civis e sociais básicos, como o de ir e vir, por exemplo.

A terceira forma, a das *relações sociais de solidariedade*, leva à constituição da *autoestima* e têm como situação de desrespeito correspondente a *degradação e ofensa à dignidade humana*, impossibilitando sujeitos de atribuir qualquer valor social às suas próprias capacidades. A estima social permite ao sujeito se referir positivamente às suas capacidades e propriedades concretas e se orientar pelas “capacidades biograficamente desenvolvidas do indivíduo” (Honneth, 2009, p. 205). Para Honneth, tanto Hegel, através da noção de

“eticidade”, como Mead, por meio da ideia de “divisão democrática do trabalho”, tentaram caracterizar o que ele denominou “comunidade de valores”. As capacidades das pessoas são julgadas intersubjetivamente, a partir de valores culturalmente definidos. Assim, pressupõe-se um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores orientada por objetivos comuns.

Em relação às manifestações dos movimentos sociais na luta por reconhecimento, na dimensão da estima social, Honneth (2009) aponta que há uma luta permanente, na qual grupos diversos procuram elevar o valor das capacidades associadas à sua forma de vida, através dos meios da força simbólica.

...quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros. (p. 207-208).

O autor salienta que, com a individualização advinda da modernização da sociedade, o indivíduo não necessitaria mais de atribuir a um grupo inteiro a estima social, podendo atribuir suas capacidades a si mesmo, o que constitui, então, a autoestima ou sentimento de próprio valor. As relações solidárias, portanto, não apenas despertam tolerância com a particularidade do outro, mas sim o interesse afetivo por tal particularidade, possibilitando, assim, que todo sujeito tenha a chance de experienciar suas realizações e capacidades como valiosas para a sociedade. Honneth (2009), então, defende que as relações de reconhecimento no âmbito da estima social devem ser simétricas, salientando que não se trata de uma simetria quantitativa, na qual todos seriam igualmente estimados; simétrico, nesse caso, significa que: “... todo sujeito recebe a chance, sem graduações coletivas, de experienciar a si mesmo em suas próprias realizações e capacidades como valioso para a sociedade.” (Honneth, 2009, p. 211).

Assim, tanto no caso do reconhecimento jurídico, quanto da estima social, o indivíduo é respeitado em virtude de determinadas propriedades. Mas, no primeiro caso, é a propriedade universal que faz dele uma pessoa, enquanto no segundo, são propriedades particulares que o caracterizam e diferenciam de outras pessoas.

Após desenvolver a estruturação teórica das três formas de reconhecimento, Honneth (2009) procura demonstrar que, quando as expectativas de reconhecimento, ligadas na psique às condições de formação da identidade pessoal, são desapontadas pela sociedade, é desencadeado o sentimento de desrespeito, que se torna “... a base motivacional de resistência

coletiva quando o sujeito é capaz de articulá-los em um quadro de interpretação intersubjetivo que os comprova como típicos de um grupo inteiro.” (p. 258). Dessa forma, experiências de desrespeito, até então desagregadas e privadamente elaboradas, articulam-se coletivamente e se tornam motivos morais de uma luta coletiva por reconhecimento. Os sentimentos coletivos de injustiça e desrespeito, desencadeados pela denegação das possibilidades de reconhecimento nas três dimensões, tornam-se impulsionadores para os conflitos.

Honneth (2009) argumenta que “... as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento.” (p. 220). O conceito de luta social desenvolvido pelo autor pode ser interpretado como “uma força estruturante na evolução moral da sociedade.” (p. 156). Mattos (2006) aponta a luta social elaborada na concepção de Honneth como correspondendo a um: “... processo prático no qual as experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir como motivos da ação, na exigência coletiva para relações ampliadas de reconhecimento.” (Mattos, 2006, p. 138).

Honneth (2009) aponta, portanto, o desrespeito como motivação que impulsiona as lutas por reconhecimento e que as três formas de reconhecimento são necessárias para o desenvolvimento de autorrelações práticas que possibilitam construções identitárias e mobilizações sociais de indivíduos que compartilham tais sentimentos e experiências. Diante da discussão sobre desrespeito proposta por Honneth (2009), procuramos articulá-la com a noção de estigma, desenvolvida por Goffman (2004), para pensarmos como as relações sociais que constituem o estigma contribuem para as relações de desrespeito.

### **6.3 As vivências de desrespeito das pessoas com sofrimento mental e a noção de estigma**

Para pensarmos as vivências de desrespeito vividas por pessoas com sofrimento mental, buscamos considerar a questão do estigma que os envolve. Para entender o estigma, na perspectiva de Goffman (1988/2004), devemos compreender que o estigma não envolve o conjunto de indivíduos concretos, que podem ser divididos em duas “pilhas”, as de estigmatizados e as de normais. Deve ser entendido como um processo social em que os indivíduos representam papéis, podendo cada indivíduo representar ambos os papéis dependendo da situação.

Segundo Goffman (2004), os primeiros aspectos que permitem prever e categorizar os atributos de alguém desconhecido constituem os aspectos da identidade social dos indivíduos. Quando tais atributos são pertencentes à pessoa, essa é denominada identidade social real. Por outro lado, há a identidade social virtual, a qual é baseada nas expectativas normativas que são construídas em relação a determinadas categorias nas quais as pessoas são colocadas. O estigma está na discrepância entre identidade social real e virtual. Quando um estranho é caracterizado como possuidor de atributos que o torna diferente, incluído em alguma categoria desvalorizada, esse estranho deixará de ser considerado como criatura comum e total, sendo reduzido a uma pessoa diminuída, portanto, estigmatizada. “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo.” (Goffman, 2004, p. 6).

O estigma relacionado à pessoa com sofrimento mental é caracterizado, segundo Goffman (2004), pelo tipo de estigma relacionado a “culpas de caráter individual” (p. 7), que são percebidas como “... vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade...” (p. 7). O autor aponta que o indivíduo estigmatizado costuma ter as mesmas crenças a seu próprio respeito que aqueles que o estigmatizam. Os padrões que ele incorporou da sociedade o fazem crer ser verdade que ele está abaixo do que poderia ser. Tal afirmação de Goffman (2004) vai ao encontro ao que Mead coloca como o processo de internalização das normas e expectativas sociais pelo *Me*.

Goffman (2004) trabalha com três dimensões distintas da identidade. A primeira é a identidade social, que já foi mencionada. A segunda, a identidade pessoal, que está relacionada à pressuposição de que o indivíduo é diferenciado de todos os outros, mesmo pertencendo a determinada categoria, tendo uma biografia única e tendo maior controle sobre as informações em relação a si mesmo que quer compartilhar, o que possibilita que ele possa manipular o estigma. A identidade social se refere a papéis que o indivíduo pode sustentar; já a identidade pessoal está sob controle do indivíduo. Ambas, tanto a social, quanto a pessoal, são parte de definições de outras pessoas em relação ao indivíduo. Já a terceira, a identidade do eu, é reflexiva e subjetiva. Apesar de construir sua identidade a partir do material elaborado pelos outros, ainda assim, o indivíduo tem liberdade em relação ao que elabora, constituindo sua identidade do eu.

Outro ponto levantado por Goffman (2004) em relação ao estigma é a vergonha. “A vergonha se torna uma possibilidade central que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não portador dele.” (p. 10). Observa-se que Honneth (2009) também aponta o sentimento de vergonha com relevância em sua obra, como um dos sentimentos morais de caráter mais aberto, sendo que o conteúdo

emocional da vergonha consiste, por um lado, no rebaixamento do próprio valor, mas pode, por outro lado, quando compartilhado, ser um sentimento que impulsiona à ação social. A tensão afetiva relacionada ao sofrimento de humilhações leva o indivíduo a reencontrar a possibilidade de ação ativa.

Em relação ao tratamento social dado às pessoas que são ex-pacientes de hospitais psiquiátricos, Goffman (2004) afirma que são tratadas “... com tato, como se fossem sadias, quando na realidade há dúvidas sobre isso.” (p. 38). Para o autor, o ex-paciente mental acaba por esconder, ou encobrir, informações sobre sua identidade social verdadeira, aceitando um tratamento baseado em falsas suposições a seu respeito, desacreditando seu eu. O estigma da pessoa com sofrimento mental não é visível. A esses casos, Goffman (2004) denomina desacreditáveis, ou seja, aqueles que têm um estigma invisível, que pode vir a aparecer em situações sociais e que, muitas vezes, o indivíduo tenta encobrir.

Poderíamos considerar, então, que a pessoa estigmatizada passa por situações de desrespeito, podendo ser em distintos âmbitos, como colocado por Honneth (2009), nas relações de violência e maus-tratos, de denegação de direitos e de ofensa à sua dignidade.

Relacionando com as propostas da luta antimanicomial, podemos apontar como as experiências de institucionalização das pessoas com sofrimento mental podem ser representativas de situações de desrespeito e estigmatização. Basaglia (1972) apresenta as diversas formas de violência e abuso que podem ocorrer em instituições que se baseiam em distribuição de papéis e separação entre detentores e não detentores do poder, como são os casos de hospitais psiquiátricos, escolas, prisões. Tais instituições possibilitam a mitificação da violência através da técnica, que a justifica. Nos casos de instituições psiquiátricas, o autor coloca: “Sua tarefa [dos profissionais de saúde mental] que se chama terapêutica orientadora – consiste em preparar os indivíduos para que aceitem suas condições de objetos da violência.” (p. 8). Assim, um ato terapêutico acrítico, pode ser um ato de violência a fim de controlar aqueles que já vêm sendo violentados, portanto, um ato de desrespeito.

As pessoas aprisionadas em instituições violentas entram em um estado de degradação, objetificação e de aniquilamento o que é, antes, produto da ação destrutiva da instituição, e não condições de um estado mórbido relacionado a uma doença mental. (Basaglia, 1972). Podemos ainda nos referir à pessoa estigmatizada que, mesmo estando fora das instituições, pode vir a se isolar, tornando-se desconfiada, deprimida, hostil, ansiosa e confusa (Goffman, 2004), sendo também objetificada segundo uma condição de doente mental.

A tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa contra sua vontade gera alto grau de humilhação. Está ligado ao sentimento de estar sujeito à vontade de outro, sem proteção,

tendo ferida a relação de confiança, que é aprendida através do amor, levando à perda de confiança em si e no mundo (Honneth, 2009).

Basaglia (1972) coloca que, ao se deparar com sua condição de objeto, sentindo, então, a injustiça de tal condição, o doente pode manifestar reações de agressividade, que mais uma vez, podem ser consideradas como condições da doença mental. Podemos visualizar, em Basaglia (1972), a potencialidade do conflito quando o autor afirma: “Esta agressividade.... permitirá instaurar uma tensão recíproca, que atualmente pode servir para romper os laços de autoridade e paternalismo que representam, até agora, uma causa de institucionalização...” (p. 24). Basaglia (1972) propõe a reabilitação do doente mental institucionalizado, despertando nele um sentimento de oposição ao poder que o institucionalizou.

Com o despertar desse sentimento, o vazio emocional no qual o doente viveu durante anos se encherá novamente com as forças pessoais de reação e de conflito, a agressividade, que – por si só – poderá servir de ponto de apoio para sua reabilitação. (p. 26).

Goffman (2004), enfatizando as pessoas estigmatizadas, também aponta saídas encontradas por essas pessoas no âmbito público. Quando elas têm a oportunidade de representar seu grupo, falam em nome dos estigmatizados e podem se absorver tanto em tais atividades que Goffman (2004) os caracteriza como “profissionais”. A eles pode ser confiada a carreira de representantes de sua categoria. São considerados como heróis da adaptação, admirados. Essa saída, que podemos encontrar entre as pessoas que se envolvem politicamente em movimentos sociais, pode apontar para a busca não só de direitos, mas de estima social, como descrito na Teoria do Reconhecimento. Goffman (2004) salienta, porém, que a representação através dos “profissionais” não é a única forma de os estigmatizados denunciarem sua situação de vida. O autor aponta que a cada evento no qual alguém do grupo estigmatizado se sobressai, com atributos positivos ou negativos, o estigmatizado acaba por receber o crédito, ou descrédito, daqueles que pertencem a essa categoria.

Goffman (2004) aponta que os estigmatizados aprendem a manipular a tensão gerada nos contatos sociais com os ditos normais. Para além da possibilidade de “profissionalização”, tornando-se um representante de um grupo estigmatizado, eles podem encontrar outras formas de lidar com o estigma. Através do controle da informação, podem esconder, mostrar, usar de recursos humorísticos, serem gentis ou hostis diante das reações dos ditos normais frente ao estigma.

Dessa forma, encontramos tanto no trabalho de Basaglia (1972) sobre a violência nas instituições, quanto no trabalho de Goffman (2004) sobre o estigma, algumas formas

cotidianas de situações de desrespeito. Sobretudo nas apreciações de Basaglia (1972), encontramos uma proposta de utilização da situação de desrespeito como força motriz para o que o autor denomina reabilitação, e podemos relacioná-la com o desenvolvimento de autonomia e autorrelações positivas, como propõe Honneth (2009).

Salienta-se que a noção de reabilitação aqui é entendida como um processo que leva ao exercício pleno de cidadania, possibilitando a restauração de autonomia e de funções na comunidade (Saraceno, 2001b Pitta, 2001). E não como um processo “ortopédico”, que visa a uma recuperação de faculdades físicas ou psíquicas daqueles considerados incapacitados (Pitta, 2001).

#### **6.4 A constituição de identidades políticas e de políticas de identidade a partir das lutas por reconhecimento na esfera pública**

Como aponta Caldeira (2008), em seu estudo sobre a participação política de jovens, a participação em espaços políticos pode contribuir nas trajetórias de reconhecimento social dos indivíduos. Assim, o reconhecimento pode ser motivação para as lutas políticas, mas também os espaços construídos de lutas políticas podem ser espaços de reconhecimento e de constituição de identidades. Porém, devemos estar atentos e observar com críticas as expectativas de que tais espaços de lutas sejam sempre espaços de emancipação.

Lima (2010) pontua que a esfera pública é a arena em que se discute a “...luta pela afirmação e pelo desenvolvimento de identidades coletivas, que tanto podem controlar as condições de vida de seus membros quanto podem mediar e potencializar o desenvolvimento de identidades políticas.” (p. 185). É importante observar que mesmo os grupos que lutam por reconhecimento de determinadas políticas de identidade podem acabar gerando situações de opressão à identidade, “...que aparecem nos momentos em que a individualidade de determinado sujeito é massacrada pelo grupo...” (p. 186).

Almeida citado por Lima (2010) salienta a importância de se diferenciar, por um lado, as políticas de identidade que, em algumas situações, podem obedecer a razões político-estratégicas de determinados atores sociais, e, por outro lado, as identidades políticas, que permitem entender as metamorfoses que acontecem nesses mesmos grupos e enxergá-los como espaços democráticos que também podem se transformar, na medida em que interesses individuais mobilizam os interesses grupais. Assim, ao se referir a políticas de identidade

como instrumentos de regulação, Lima (2010) está se referindo a situações nas quais tais políticas são utilizadas de forma ideológica, para manter uma realidade instituída e que acabam impossibilitando a expressão de subjetividades individuais.

Existe, portanto, um perigo de que algumas políticas de identidade acabem por fragmentar as diversas formas de preconceito e desrespeito, negando que as lutas por reconhecimento sejam por reconhecimento da dignidade humana, e não pela valorização de grupos específicos. As políticas de identidade, portanto, podem ter tanto um sentido emancipatório, quando ampliam as possibilidades de existência na sociedade e garantem direitos, quanto um sentido regulatório, quando aprisionam indivíduos em uma única representação possível de sua identidade, através de procedimentos normativos (Lima, 2010).

Na mesma direção da crítica às políticas de identidade, Calder (2011), se referindo às políticas de identidade elaboradas em relação às pessoas com deficiências na Inglaterra, critica o modelo social de políticas de identidade que visa à mobilização de grupos de deficientes que assim se identificam. Para o autor, o apelo das políticas de identidade para a identidade de grupo e expressão coletiva pode ser problemático, na medida em que essencializa tais identidades, considerando como se fossem comuns as experiências de todas as pessoas com deficiências. Ele questiona se haveria um jeito de ser que fosse típico da pessoa com deficiência e demonstra que alguns sujeitos podem muito bem querer resistir a tal identificação.

Goffman (2004), ao tratar sobre o sujeito estigmatizado e as políticas de identidade, salienta a contradição que, muitas vezes, pode acontecer, pois, por um lado, é dito ao sujeito que ele é igual a todos e, por outro, que ele é diferente. Assim, o indivíduo é colocado em uma arena de discussões referentes ao que ele deveria pensar de si mesmo, ou seja, em relação à sua identidade do eu.

Torna-se, portanto, essencial considerar a noção de identidade para se pensar a questão do reconhecimento e das políticas elaboradas a partir das lutas por reconhecimento. Para Taylor (2000), a identidade é considerada como constituída a partir do reconhecimento ou pela ausência dele. Nesse último caso, pode levar a danos reais àquele que tem seu reconhecimento negado, gerando distorções e aprisionamentos a identidades redutoras, depreciativas, levando, portanto, a situações de opressão. O autor chega a relacionar a produção de identidade com o sentido das aspirações humanas: “Consideremos o que queremos dizer com identidade. Trata-se de quem somos, ‘de onde viemos’. Como tal, ela é o pano de fundo contra o qual nossos gostos, desejos e aspirações fazem sentido.” (p. 247).

A noção de identidade proposta por Ciampa (1989) contribui para pensarmos o reconhecimento na perspectiva emancipatória. Para o autor, a identidade é “... considerada um processo, ao qual o autor dá o nome de *metamorfose*, que descreve a constituição de uma identidade, que representa a pessoa e a engendra.” [grifo do autor] (p. 243). Sendo assim, “... a identidade é expressão de várias personagens, e a articulação dessas personagens é a expressão do Eu.” (Lima, 2010, p. 144). Nessa perspectiva, a noção de identidade tida como estabilidade é criticada e o que se propõe é que ela seja compreendida como metamorfose humana em busca de emancipação, que é, por sua vez, luta por reconhecimento. Ciampa (1994) salienta o caráter político e social da identidade, não apenas científico.

Para Ciampa (1994), a identidade como metamorfose se constitui na unidade de três categorias: atividade, consciência e identidade. Na medida em que ocorrem transformações em uma categoria, ocorrem nas outras também. A atividade está ligada à identidade na medida em que a atividade se coisifica sob a forma de uma personagem, que subsiste independente da atividade. O que pode ser observado na análise de Ciampa em relação a Severino. O uso da expressão “Severino é lavrador” em vez de “Severino lava a terra”, demonstra como a atividade se torna predicado e personagem: “Severino é lavrador, mas já não lava” (p. 133). Dessa forma, a identidade é posta sob a forma de personagem. Ciampa (1994) demonstra que, em alguns casos, o indivíduo não consegue se manter reproduzindo uma identidade ligada a uma atividade, a qual se torna algo que adquire caráter de poder para ele e, assim, ocorre o que denomina fetichismo da personagem, que oculta a natureza da identidade como metamorfose e gera a identidade-mito. O autor salienta que a identidade deve ser sempre analisada no seu contexto histórico e social. Dessa forma, observa que a sociedade capitalista na qual vivemos traz consequências para a constituição de identidades, tendendo a reduzir a identidade a personagens fetichizados que negam sua totalidade em favor do capital.

Tal cenário – de produção de identidades fetichizadas e aprisionadas, impedidas de exercer o processo de metamorfose – propicia o que Lima (2010) aponta como reconhecimento perverso, o qual “... reduz as infinitas possibilidades de criação das personagens à representação de uma identidade fetichizada, estigmatizada.” (p. 230). O reconhecimento perverso de identidades desconsidera a totalidade da história do indivíduo. Como salienta Lima (2010), nesses casos, as políticas de identidade podem acabar estabelecendo pontos fixos (identidades idealizadas, fetichizadas), criando critérios e orientações que os indivíduos acabam por seguir, caso queiram ser reconhecidos. Diante disso, devemos estar atentos às

formas de reconhecimento que podem se desenrolar em um espaço público, que podem ser tanto emancipatórias, quanto perversas.

### 6.5 Críticas e discussões sobre a noção de reconhecimento

Abordamos aqui os debates em torno da Teoria do Reconhecimento. Enfocaremos as críticas a Honneth (2009) desenvolvidas por Fraser (2001; 2003; 2007). A autora se opõe ao paradigma identitário da teoria do reconhecimento de Honneth, uma vez que, para ela, a justiça deve ser medida não pela autorrealização, como sugere o paradigma identitário, mas pela paridade de participação, e esse seria o critério moral para julgar os conflitos sociais, como pode ser visto em sua abordagem: “O ponto central da minha estratégia é romper com o modelo padrão de reconhecimento, o da ‘identidade’”. (Fraser, 2007, p. 107). Para a autora, a reparação dos danos do não reconhecimento, na perspectiva identitária, requer a união dos membros do grupo em torno de remodelar uma identidade coletiva, propiciando as políticas de identidade. Fraser (2007) propõe, então, o modelo de paridade de participação, baseado na noção de *status*.

A minha proposta é tratar o reconhecimento como uma questão de *status social*. Dessa perspectiva – que eu chamarei de *modelo de status* – o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social [grifos da autora] (p. 107).

Assim, o não reconhecimento significaria subordinação social, privação da participação na vida social, e não a depreciação e deformidade de identidade de grupos.

Em sua crítica, Fraser (2007) afirma que o reconhecimento, para Honneth (2009), é uma questão de autorrealização e o não reconhecimento seria o impedimento de sujeitos se constituírem identitariamente através de distorções nas autorrelações práticas. Ela propõe que o reconhecimento deve ser questão de justiça, sendo que o não reconhecimento seria a negação aos indivíduos da participação como membros integrais na interação social. A concepção de justiça para Fraser (2007) tem como critério a paridade participativa, sendo, para tanto, necessárias duas condições: condições objetivas, que garantam distribuição de recursos materiais, e condições intersubjetivas, que garantam padrões institucionalizados de valorização cultural. Na segunda condição, todos os integrantes da interação social teriam igual oportunidade para alcançar a estima social. Fraser (2003) critica a concepção de estima social de Honneth, por considerar que ele coloca a estima social como mais uma dimensão

intersubjetiva necessária ao processo de autorrealização e formação identitária, sendo que todos deveriam, então, ser estimados socialmente, o que conduziria à luta por valorização cultural de grupos. Porém, para Honneth (2009) a estima não se reduz à valorização de grupos culturais, estando relacionada a realizações individuais que propiciem alguma contribuição à sociedade, independente de pertencimento grupal.

Mendonça (2009a), ao discutir as críticas ao modelo de reconhecimento de Honneth, salienta para a importância de se compreender que a suposta essencialização da identidade na teoria de Honneth (2009) não condiz com suas intenções. As críticas de Fraser (2003) citada por Mendonça (2009a) negligenciam um aspecto fundamental da teoria de Honneth (2009), a intersubjetividade. Focam no aspecto da identidade e autorrealização, esvaziando o conceito para uma simples luta por autodeterminação (Mendonça, 2009a). A luta intersubjetiva é construída na relação com o outro. As identidades não estão postas de antemão, são construídas na ação conjunta. “A idéia chave para a teoria do reconhecimento é, portanto, a de *relação* e não a de autodeterminação e soberania...” [grifo do autor] (Mendonça, 2009a, p. 147). A teoria de Honneth (2009) não busca efetivamente promover valorização de grupos culturais, a política de reconhecimento é diferente de políticas de identidades grupais (Mendonça, 2009a). Taylor (2000), ao tratar sobre as políticas do reconhecimento, afirma que ela significa duas coisas distintas, porém, vinculadas. Uma política da dignidade igual, que vem da noção de universalismo da dignidade de todos os cidadãos, e uma política da diferença, que tem também uma base universalista, ao defender que todos têm o direito de ter reconhecida sua identidade. A primeira é criticada por, na intenção de não discriminar, acabar se tornando cega às diferenças. Já a segunda redefine a não discriminação, propondo que as diferenças sejam a base para a conquista da igualdade de dignidade, evitando a homogeneização ou a submissão de uma cultura a outra, hegemônica, que pretende a universalização de seus padrões culturais. A política do reconhecimento, porém, não é apenas a proposta de valorização de identidades culturais com igual valoração. O que o autor defende é um pressuposto, baseado no princípio do igual respeito, de que “... todas as culturas humanas que animaram sociedades inteiras por um período de tempo têm alguma coisa a dizer a todos os seres humanos.” (p. 269).

Fraser (2007) também questiona como seria possível distinguir as reivindicações por reconhecimento justificadas das que não o são. Para a autora, colocar a noção de identidade no cerne da Teoria do Reconhecimento impede de se discernir entre lutas justificáveis e injustificáveis. A autora defende que reivindicações por estima social não seriam um critério válido para avaliar se uma determinada demanda seria justificável ou não. Para ela, o critério

para justificar demandas por reconhecimento deve ser o critério da paridade participativa. O reconhecimento deve ser uma questão de justiça, não de autorrealização. O não reconhecimento seria uma violação à justiça por impedir a paridade de participação na vida social (Fraser, 2007). Porém, como demonstra Mendonça (2009b), Honneth não defende que todas as reivindicações são justificáveis simplesmente por serem demandas por reconhecimento de identidade de grupos. Referindo-se a Honneth, Mendonça (2009b) aponta que em uma democracia “... o indivíduo só se mantém como cidadão no grau em que reconhece os direitos de todos os outros que pertencem a essa mesma comunidade.” (p. 76). Portanto, para Honneth, nem todas as reivindicações seriam justificáveis, somente as que são produzidas em relações intersubjetivas que levam em consideração o outro.

Fraser (2001) ainda critica a não consideração dos aspectos econômicos na Teoria do Reconhecimento de Honneth. A autora propõe a distinção em dois paradigmas de justiça: redistribuição e reconhecimento. Ela compreende duas formas de injustiça: a socioeconômica, enraizada na estrutura político-econômica da sociedade, e a cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de interpretação e comunicação. Ela propõe dois remédios distintos para cada tipo de injustiça: a redistribuição para a injustiça econômica e o reconhecimento para a injustiça cultural. Ela salienta que essa distinção é analítica, já que na prática ambas estão interligadas (Fraser, 2001). Honneth (2003), por sua vez, critica Fraser por considerar como lutas sociais apenas aquelas institucionalizadas em movimentos sociais, desconsiderando as dimensões cotidianas de injustiça em relações não institucionalizadas. Para ele, mesmo as injustiças distributivas devem ser entendidas como expressão do desrespeito social institucionalizado. Mendonça (2009b) menciona que a perspectiva de Honneth seria mais ampliada, ao situar tanto os conflitos culturais, quanto os econômicos no interior de uma gramática moral. O que conduz a ideia de reconhecimento é a noção de moral e não de cultura. Sendo assim, a categoria reconhecimento seria ampla o bastante para abarcar as demandas por redistribuição.

As discussões em torno da teoria do reconhecimento feitas por Honneth e Fraser são bastante amplas. As propostas de Fraser em relação a se pensar o modelo de paridade participativa, as questões de redistribuição e as concepções de injustiça são muito ricas, porém, buscamos aqui realizar um recorte teórico para pensarmos a realidade empírica a qual nos propomos a investigar. Escolhemos, portanto, trabalhar com o ponto de vista do reconhecimento como autorrealização, uma vez que essa perspectiva é justamente a que nos interessa ao pensarmos os sentidos subjetivos envolvidos no processo de participação política.



## 7 SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS

### 7.1 Produção de sentidos

A Teoria do Reconhecimento em Honneth (2009), como vimos no capítulo anterior, trabalha com a noção de identidade, salientando que não se trata de algo estático e definitivo, mas sim de algo processual, que se constrói constantemente durante as interações sociais. A noção de identidade como metamorfose, como proposto por Ciampa (1989), também nos auxilia no entendimento dessa concepção. Para tratarmos da ideia de identidade na perspectiva do Reconhecimento e dos aspectos subjetivos de uma experiência sociopolítica, como é nossa proposta, torna-se necessário escolhermos uma visão de sujeito, de subjetividade e de produção de sentidos. Optamos por trabalhar com a perspectiva da Teoria da Subjetividade, elaborada por González Rey (2005a), destacando sua concepção de sentidos subjetivos.

A produção de sentidos pode ser considerada a partir de perspectivas teóricas diversas. Uma das quais salientamos é a perspectiva utilizada por Spink e Medrado (2004), que se apoia no construcionismo social. Em seus estudos sobre produção de sentidos e práticas discursivas, Spink e Medrado (2004) apresentam o conceito de sentido como:

... uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (p. 41).

Tal perspectiva considera três dimensões fundamentais para a pesquisa em produção de sentidos no cotidiano e análises de práticas discursivas: linguagem, história e pessoa. A concepção de linguagem adotada por Spink e Medrado (2004) é a linguagem em uso, entendendo-a como prática social. O discurso é um conceito que remete ao uso institucionalizado da linguagem, que pode ser usado de diversas formas por diferentes grupos sociais. O discurso aponta para uma estrutura de reprodução social, apesar de considerar também as diversidades. Já a prática discursiva são momentos de ressignificações, rupturas e produção de sentidos, sendo definidas como linguagem em ação, isto é: “... maneira a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (p. 45). Os autores apontam que a compreensão de sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes, sendo as vozes os interlocutores, ou seja, as pessoas presentes no diálogo,

que podem estar “presentes” também em cada sujeito através da sua memória. Além disso, o sentido decorre do uso que é feito de repertórios interpretativos, sendo esses as unidades de construção das práticas discursivas. É por meio deles que é possível a compreensão da estabilidade e da variabilidade das produções linguísticas humanas.

Acrescente-se a essa perspectiva que o sentido é dado pelo contexto em que é utilizado, dentro de relações estabelecidas convencionalmente. Álvaro e Garrido (2006) exemplificam com o uso da expressão “bom dia”. Ela é utilizada em um contexto, como forma de saudação. Se utilizada fora do estabelecido, ela perde seu significado, as regras de seu uso são estabelecidas pelos jogos de linguagem. Os autores ainda salientam que, quando um indivíduo reclama para si um ponto de vista, como sendo sua crença, não devemos interpretá-lo como um discernimento introspectivo, mas como um posicionamento resultado de um determinado momento e de determinados processos de interação (Álvaro & Garrido, 2006).

Nessa perspectiva, a compreensão de como os sentidos circulam na sociedade depende também da compreensão das interfaces entre tempo longo, tempo vivido e tempo curto, sendo a pesquisa em produção de sentidos um empreendimento necessariamente sócio-histórico. O tempo longo compreende o domínio das relações culturais que formam os discursos de uma dada época, antecedem a vivência da pessoa e se faz presente através das instituições, convenções e normas. Já o tempo vivido possibilita a resignificação desses conteúdos históricos e culturais a partir dos processos de socialização, nas experiências pessoais. Por fim, o tempo curto é aquele que possibilita o entendimento da dinâmica da produção de sentidos, pois é o momento concreto da vida social, em que estão presentes a combinação das vozes ativadas pela memória cultural de tempo longo e as vozes da memória afetiva do tempo vivido.

A perspectiva construcionista utiliza o termo “pessoa”, pois busca enfatizar a dialogia e pensar em pessoa a partir da noção de relação, o que é coerente com a discussão anteriormente feita acerca de reconhecimento. Como afirmam Spink e Medrado (2004): “A pessoa, no jogo das relações sociais, está inserida em um constante processo de negociação, desenvolvendo trocas simbólicas, em um espaço de intersubjetividade ou, mais precisamente, de interpessoalidade.” (p. 55). O construcionismo social busca identificar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem. O foco da produção de conhecimento está na interanimação dialógica, no espaço da interpessoalidade, da relação com o outro. (Spink & Medrado, 2004).

Sob óptica contrastante daquela do construcionismo, encontramos em González Rey (2005a) uma noção de produção de sentidos calcada na psicologia com enfoque histórico-

-cultural e na perspectiva da complexidade (González Rey, 2005a). O enfoque histórico-cultural apresenta uma compreensão dialética da relação entre o sujeito individual e a vida social. A dialética favoreceu a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade ao explicar que os sistemas evoluem dentro de contradições geradas por eles. Já a proposta da complexidade visa a demonstrar o caráter contraditório, irracional e dinâmico dos processos subjetivos (Silva, 2008)<sup>23</sup>.

O autor levanta críticas à perspectiva do construcionismo social, salientando a complexidade de tal tarefa. González Rey (2005a) coloca que, tanto nas narrativas, que são coconstruídas, quanto nas expressões discursivas (advindas do discurso, que é prévio ao sujeito, de natureza ideológica e que condiciona tais narrativas), o sujeito aparece sem história constitutiva própria, a ideia de subjetividade desaparece. Assim, o sujeito é determinado, sem capacidade generativa dentro do contexto de sua ação. “Os autores construcionistas negam a subjetividade como forma de organização que não se reduz às práticas discursivas atuais nas quais o sujeito está implicado.... O sujeito fica atrelado ao domínio das narrativas...” (González Rey, 2005a, p. 156). A subjetividade é entendida pelo autor como “... sistema de sentidos subjetivos e significações, com suas formas de organização articuladas permanentemente na dimensão processual das formas de atividade do sujeito e das organizações e instituições sociais nas quais atua em diversos contextos culturais.” (p. 155).

## **7.2 A produção de sentidos subjetivos na perspectiva da Teoria da Subjetividade**

Para González Rey (2005a), é necessário reconhecer a constituição subjetiva do sujeito considerando-o em sua historicidade, em seu caráter singular, intra/intersubjetivo. Em referência ao construcionismo, o autor salienta que: “O sentido fica definido, para os autores construcionistas, para aqueles que usam o termo, como um processo contextual que nada tem a ver com os núcleos de organização subjetiva da experiência histórica do sujeito.” (p. 156). Ele aponta, então, para a morte do sujeito no construcionismo, ao negar sua capacidade generativa e criativa na teoria social. “O indivíduo, em lugar de aparecer como sujeito, aparece como uma expressão vazia das posições que assume dentro dos processos dialógicos

---

<sup>23</sup> Ao apresentarmos a perspectiva de produção de sentidos e subjetividade em González Rey, citaremos também os estudos desenvolvidos por Silva (2008) sobre os sentidos subjetivos produzidos por adolescentes com câncer e os estudos de Gallert (2010) sobre os sentidos subjetivos de professores frente às adversidades em sua prática de ensino. Ambas as autoras desenvolveram suas pesquisas sob o enfoque de González Rey (2005a; 2005b).

em que se desenvolve...” (p. 161). Um importante aspecto que se perde no construcionismo é a emocionalidade. Para González Rey (2005a), tal perspectiva teórica propõe um sujeito emocionalmente vazio. A produção permanente de emoções é algo que caracteriza o sujeito, sendo a emocionalidade um aspecto essencial da produção de sentidos subjetivos, os quais são responsáveis pela capacidade generativa do sujeito.

A Teoria da Subjetividade desenvolvida por González Rey (2005a), em termos epistemológicos, apresenta algumas características: a subjetividade representa uma realidade que não é acessível diretamente ao investigador, tampouco é padronizada ou generalizada; as configurações de sentidos são formações psíquicas em constante desenvolvimento; o investigador deve transitar na experiência do sujeito através de espaços conversacionais e de expressão para alcançar os sentidos subjetivos.

O sentido subjetivo é uma categoria dentro da teoria da subjetividade de González Rey, sendo construído a partir do conceito de Vygotsky (1987), no qual o sentido é compreendido como:

...um agregado de todos os fatores psicológicos que surgem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluída e complexa que tem inúmeras zonas que variam em sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala. É a mais estável, unificada e precisa dessas zonas (p. 275-276).

Nessa perspectiva, o sujeito assume papel central e sua constituição se dá na relação entre aspectos simbólicos e emoções. Os sentidos subjetivos elaborados pelos sujeitos podem se manifestar de maneiras diversas no cotidiano, através de gestos, silêncios, falas. Assim, para González Rey (2005a), o sentido subjetivo é caracterizado como “... a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções em um mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro.” (p. 127).

O sentido deve ser diferenciado do significado, uma vez que o significado está relacionado a definições convencionalmente elaboradas em contextos sociais, históricos e culturais determinados no uso da linguagem. Como afirma Gallert (2010), diferentemente do significado “... o sentido une os processos simbólicos e as emoções, constituindo-se como próprio e singular em cada pessoa a partir das vivências da sua história de vida, sendo, portanto, mais complexo do que o significado”. (p. 24).

Dessa forma, o sentido inclui a expressão da emocionalidade da pessoa, tornando-se mais complexa sua análise. A emocionalidade é a condição emocional dominante que acompanha o sujeito em sua ação cotidiana (González Rey, 2005a).

O estudo dos sentidos subjetivos possibilita compreender a significação humana de fenômenos sociais, sendo a significação entendida como os processos em que estão implicados aspectos cognitivos e uma variedade de elementos como a emocionalidade, a história do sujeito, valores, crenças, momento atual, representações sociais etc. (Silva, 2008).

A produção de sentidos subjetivos é outra categoria na teoria desenvolvida por González Rey (2005a). Ela possibilita os “... movimentos, rupturas, continuidades, descontinuidades e transformações na vida social, pois as pessoas são sujeitos ativos e criativos nos diferentes espaços em que atuam.” (Gallert, 2010, p. 24). Dessa forma, a produção de sentidos possibilita a produção de novas opções de uso da linguagem e de operações que mudam o sentido da linguagem, abrindo para alternativas construtivas da realidade.

Nessa teoria, a subjetividade é entendida como “... um sistema aberto, pluridimensional, complexo e em constante desenvolvimento, que define sua qualidade por meio de uma multiplicidade diferenciada de configurações, as quais não se repetem em cada sujeito ou instância social concreta que a constitui.” (González Rey, 2004, p. 119). O autor divide a subjetividade em individual e social. A subjetividade individual se expressa na construção teórica da personalidade e do sujeito, constitui-se de maneira histórica em cada indivíduo. A social existe em uma multiplicidade de cenários, como família, instituições, grupos e na integração entre esses espaços, constitui-se, de modos distintos, em cada sujeito individual (González Rey, 2004). O indivíduo é constituído em um processo dialético entre social e individual, emoções e pensamentos. Assim, o sujeito se constitui na subjetividade individual e na subjetividade social, ambas indissociáveis.

Ao apresentar o conceito de subjetividade social, González Rey (2005a) propõe romper com a noção de que subjetividade é um fenômeno individual, e colocá-la como um sistema complexo, produzido simultaneamente nos níveis individual e social, sem perder de vista o sujeito singular. O indivíduo constitui e é constituído pela subjetividade social. González Rey (2005a) define a subjetividade social como “... complexo sistema da configuração subjetiva dos diferentes espaços da vida social que, em sua expressão, se articulam estreitamente entre si, definindo complexas configurações subjetivas na organização.” (p. 203). O conceito de subjetividade social visa a explicar a complexidade sistêmica do funcionamento dos vários espaços sociais, tentando superar a forma fragmentada e isolada com que a psicologia tratava alguns desses espaços (Silva, 2008). “A subjetividade social integra os elementos de sentido subjetivo que, produzidos nas diferentes zonas da vida social da pessoa, se fazem presentes nos processos de relação que caracterizam qualquer grupo...” (González Rey, 2005a, p. 215). A subjetividade social aparece de forma diferenciada nas expressões de cada sujeito concreto.

A subjetividade individual do sujeito está atravessada permanentemente pela subjetividade social. Como demonstra Silva (2008): “A subjetividade individual refere-se aos processos e formas de produção subjetiva que contradiz e confronta, permanentemente, os espaços sociais de subjetivação.” (p. 30). Dois elementos se integram entre si no desenvolvimento da subjetividade individual: a personalidade e o sujeito, sendo que um é momento constituinte do outro. A personalidade deixa de ser compreendida como um sistema intrapsíquico de unidades invariáveis, e é entendida como “... sistema subjetivo auto-organizador da experiência histórica do sujeito concreto...” (González Rey, 2005a, p. 241). Ela é constituída pelas configurações subjetivas. A noção de sujeito, inspirada na concepção dialética do homem, considera sua história de vida, experiências e fenômenos socioculturais que se integram em um mesmo sistema. Seguindo as referências conceituais de González Rey (2005a), Silva (2008) aponta que:

Considera-se como sujeito a pessoa capaz de gerar um espaço próprio de subjetivação nos diferentes momentos de sua vida. O sujeito está além das normas formais estabelecidas e gera espaços próprios de subjetivação, propiciando um desenvolvimento ativo e diferenciado nos espaços da subjetividade social. (p. 31)

O sujeito ativo apresenta capacidade de construção consciente como momento de seus processos de subjetivação, o que não implica que esses se ajustem a um exercício da razão. O processo de exercício da atividade consciente, pensante, reflexiva do sujeito é um processo de sentido. Na ação do sujeito se expressa a processualidade da subjetividade individual. “A categoria de sujeito implica necessariamente a de participação.” (González Rey, 2005a, p. 238). O caráter social da subjetividade individual está na prática social. Por meio do pensamento e do exercício de novas práticas sociais, o sujeito pode enfrentar posições anteriores e assumir novas posições dentro dos contextos sociais no qual se desenvolve, assim, González Rey (2005) pretende demonstrar que a posição do sujeito é de emancipação, não ficando restrita à sujeição da linguagem, em referência à sua crítica ao construcionismo social.

A subjetividade individual apresenta um aspecto fundamental, a esfera afetiva. Em relação às emoções, González Rey (2005) afirma que: “As emoções são registros complexos que com desenvolvimento da condição cultural do homem passam a ser uma forma de expressão humana ante situações de natureza cultural que surgem em sistemas de relações e práticas sociais” (p. 243). As emoções estão estritamente associadas às ações. Os registros emocionais que se integram em diversos momentos da atividade do sujeito são variáveis, assim, a

motivação passa a ser compreendida como a integração de sentidos subjetivos de diferentes procedências.

As configurações subjetivas são as formas mais complexas de organização dos sentidos subjetivos. Elas se constituem como “... um núcleo dinâmico de organização que se nutre de sentidos subjetivos muito diversos, procedentes de diferentes zonas da experiência social e individual.” (González Rey, 2005a, p. 204). A configuração de sentido é um sistema em que vários sentidos subjetivos estão presentes e foram constituídos em diferentes momentos da vida do sujeito, podendo participar direta ou indiretamente na ação atual desse sujeito (González Rey, 2005a).

Em nosso trabalho, buscaremos identificar as zonas de sentido que integram os sentidos subjetivos envolvidos na prática da participação política para as pessoas entrevistadas. Como aborda Marques (2010), tais zonas de sentido, também denominadas eixos ou núcleos de sentido, correspondem a um “... agrupamento de conteúdos subjetivos afins e comprometidos mutuamente, percebidos pelo pesquisador, os quais visam a sinalizar, delinear as particularidades do sujeito pesquisado, tornando possível o avanço de entendimento do pesquisador em seu processo de descobertas sobre a subjetividade em foco.” (p. 32).

Marques (2010) integra os conceitos de personalidade, configuração subjetiva, zonas de sentido e sentido subjetivo:

A personalidade é um sistema maior em relação a configurações subjetivas, já que possui uma constituição mais estável e até mais explícita ao sujeito. As configurações subjetivas são mais variadas em um único sujeito; um mesmo sujeito pode possuir várias configurações subjetivas relacionadas às várias zonas de sentido subjetivo de sua vida. Ou melhor, o sujeito possui várias configurações, várias zonas de sentido, entretanto uma personalidade predominante, que embora passível de ajustes e modificações, apresenta uma estabilidade maior em relação a outros constituintes de subjetividade (p. 34).

Os conceitos trazidos por González Rey (2005a) relativos à subjetividade precisam ser articulados à noção de identidade que a Teoria do Reconhecimento enfatiza. González Rey (2005a) menciona o conceito de identidade em seu trabalho quando se refere a Martin Baró (citado por González Rey, 2005a) e a compreensão dialética entre individual e social que esse autor propunha em seus trabalhos:

... a identidade pessoal se forma na confluência de uma série de forças sociais que operam sobre o indivíduo e diante das quais o indivíduo atua e se faz a si mesmo. Ao atuar, o indivíduo gera uma realidade e a conhece como tal, porém, por sua vez, a ação se torna possível pelas forças sociais que se renovam no indivíduo. (p. 201)

Ewald e Soares (2007), realizando uma revisão bibliográfica sobre a questão da identidade e da subjetividade, apontam que a identidade corresponderia a “... zonas de interseções de vários tipos e tamanhos, pois são zonas de compartilhamento intersubjetivo com um grupo.... mas onde, também, sempre haverá o espaço da singularidade.” (p. 24). Buscando a articulação entre identidade e subjetividade, Ewald e Soares (2007) demonstram que a subjetividade poderia ser definida como o fundamento da identidade, tanto social, quanto individual, referindo-se ao sentido da palavra traduzida do grego para o latim como *subiectum*, ou seja, aquilo que é fundamental, mas permanece subjacente. Assim, para os autores “subjetividade diz respeito à constituição, isto é, ao fundamento, aquilo que viabiliza essas identidades, mas que fica subjacente.” (p. 24). Ciampa (1994), ao tratar das identidades, afirma que: “No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela.” (p. 127).

Consideramos, portanto, que o conceito de sujeito enfocado por González Rey (2005a), como sendo capaz de gerar espaços próprios de subjetivação, e a noção de identidade, em uma perspectiva de metamorfose (Ciampa, 1989), são conceitos que podem ser articulados.

A partir dessa perspectiva de subjetividade e de identidade, focando, sobretudo, no conceito de sentidos subjetivos definido por González Rey (2005a) e articulando com elementos teóricos do reconhecimento, pretendemos, no próximo capítulo, compreender os sentidos subjetivos possíveis que permeiam a prática de participação política das pessoas com sofrimento mental na Associação da qual fazem parte.

## **8 OS ELEMENTOS DE SENTIDOS SUBJETIVOS IMPLICADOS NO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

A experiência de participação política para as pessoas com sofrimento mental integrantes da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG) é permeada por elementos afetivos, memórias de histórias passadas e sonhos para o futuro. Como veremos nos depoimentos de nossos entrevistados, os sentidos subjetivos são múltiplos, mas há também aspectos em comum que estruturam a vivência em grupo.

Apresentaremos, a seguir, elementos que constituem sentidos subjetivos envolvidos na experiência de participação política para as pessoas com sofrimento mental que foram entrevistadas. Manteremos o foco no conceito de sentidos subjetivos apresentado por González Rey (2005) e chamaremos para o diálogo a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009) para pensarmos o entrelaçamento entre as dimensões política, social e subjetiva nos processos de conflitos e lutas sociais.

Consideramos o aspecto dialético entre social e individual e entendemos a subjetividade como “... um sistema gerado na vida social como produção de caminhos simbólico-emocionais nas histórias das pessoas e das diferentes instâncias sociais que se tecem de forma viva e cambiante na definição do social.” (González Rey, 2011, p. 118). Os sistemas subjetivos se organizam em cada momento atual da experiência vivida e a trama simbólico-emocional que aí se desenvolve é tida como uma produção do sujeito, e não como um reflexo do social em um indivíduo tido como passivo ante os discursos que o perpassam.

As categorias de análise apresentam os sentidos subjetivos permeados por uma discussão articulada com aspectos da Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2009) e conceitos a ela relacionados. Seleccionamos depoimentos que consideramos representativos para as questões a serem discutidas, sempre tendo em vista que cada depoimento constitui uma produção de sentidos subjetivos para o depoente e, portanto, não visamos à generalização de temáticas, mas apresentação de possíveis zonas de sentido. Observaremos, como menciona Mendonça (2009b), que os domínios do reconhecimento, na prática, encontram-se imbricados, cruzando-se o tempo todo nos depoimentos das pessoas que trazem suas demandas e suas concepções subjetivas em relação à experiência de participação política e demais experiências relacionadas. “O importante é perceber que uma mesma fala pode ser edificada com base em mais de um domínio [do reconhecimento].” (Mendonça, 2009b, p. 319).

Para dialogarmos com Honneth (2009), precisamos deixar claros alguns aspectos de sua proposta, que poderiam ser mal interpretados. Primeiramente, aspectos afetivos e identitários não são requisitos prévios para que ocorra uma luta política, mas sim aspetos inerentes ao próprio processo político. Segundo, as lutas por reconhecimento não são lutas por afirmação de identidades de grupos, mas sim lutas por alteração nas gramáticas morais que regem as relações sociais. Dessa forma, não consideramos identidades como essências em si mesmas, mas como processos que se constituem constantemente em interação com os outros, como metamorfoses (Ciampa, 1989). Abordaremos não só as dimensões das relações de amor, jurídicas e de solidariedade, mas também salientaremos aspectos relativos às vivências de desrespeito e aos processos de constituição de identidades.

Consideramos que cada uma das categorias apresentadas se constitui como uma zona de sentido relativa à produção de sentidos subjetivos no espaço público da Associação. Cada zona de sentido corresponde a um agrupamento de conteúdos subjetivos afins que são percebidos pelo pesquisador, que possibilitam a abertura para novos campos de inteligibilidade teórica, abrindo para novos espaços de significação acerca do campo estudado.

Trabalharemos com perspectivas de identidade e de subjetividade. Apesar de ambas as noções se constituírem como construções teóricas próprias, ambas prezam pela construção que o sujeito faz sobre si, levando em consideração aspectos sociais, culturais e históricos que interferem nos processos de identificação e subjetividade nos sujeitos de pesquisa (Pereira & Neto, 2008).

Para compreendermos os sentidos subjetivos envolvidos na participação política, buscamos conhecer a trajetória dos indivíduos nesse processo. As dinâmicas conversacionais sempre tinham início com o questionamento sobre como cada entrevistado começou a se envolver com a ASUSSAM. Então, apresentaremos as falas de todos os entrevistados, apenas na primeira categoria de análise, para que assim se apresentem aos leitores. Salientamos que os nomes dos entrevistados foram alterados para garantir o sigilo das informações, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos entrevistados. Nas categorias de análise posteriormente apresentadas, não trabalharemos com as falas de todos os entrevistados: serão selecionadas aquelas que consideramos interessantes para evidenciar a discussão proposta. Realizamos a dinâmica conversacional com seis pessoas, as quais chamamos pelos nomes de: Antônio, Anastácia, José, Flávia, Silvana e Aline. Todos membros da diretoria da ASUSSAM, exceto um, que é membro do conselho fiscal da entidade. Algumas das entrevistas/conversas foram realizadas nas casas das pessoas, e outras

foram feitas no espaço do Conselho Regional de Psicologia. Lembramos ao leitor que a estrutura, o funcionamento e a organização da entidade foram apresentados detalhadamente no quinto capítulo dessa dissertação.

### 8.1 A trajetória rumo à participação política

Começamos com o depoimento de Aline, membro da ASUSSAM desde 2011, que nos apresenta uma narrativa na qual expõe sua trajetória.

*Eu tinha uma psicóloga amiga minha [e] ela falou que tinha me visto descabelada pela rua afora, que eu tava com um comportamento esquisito na rua. Aí, ela me encaminhou pro Centro de Convivência e eu fui porque eu tava muito ansiosa. Eu tava perdida. Do Centro de Convivência, eu comecei a conhecer muitas pessoas lá dentro. Fui participando das reuniões, indo ao cinema, participando de palestras. Até que eu fui convidada a participar da ASUSSAM pelo A. M.... Conheci ele no Fórum Mineiro de Saúde Mental. Porque eu fui encaminhada pro Fórum. No Fórum eu conheci o A. Nós saímos algumas vezes, conversamos. Aí ele me convidou pra ASUSSAM, porque ele é o vice-presidente, né, da ASUSSAM.*

Nessa fala, aparece o elemento das relações entre os usuários dos serviços de saúde mental. O convite para participar da Associação veio de outro usuário, também envolvido no movimento, um militante. Percebemos que Aline faz uso do termo “*fui encaminhada*”, o que remete à terminologia da saúde pública, de encaminhamentos que ocorrem entre serviços da rede de saúde pública. O Fórum Mineiro, apesar de ser um movimento social, é colocado, em sua fala, como uma instância quase que contínua à rede pública de saúde, nesse caso. A partir do acompanhamento das reuniões da Associação, podemos perceber que os membros conhecem sua posição como sociedade civil organizada, mas, ainda assim, termos usados nos serviços públicos, como “*encaminhamento*” aparecem nas falas de alguns dos entrevistados. Isso não significa que a entrevistada não saiba diferenciar a posição da Associação e dos serviços públicos de saúde, apenas sugere uma aproximação, o que discutiremos adiante.

O Centro de Convivência aparece, portanto, em sua fala, como ponto importante de aquisição de cidadania e ponto de partida para busca de informações sobre diversos eventos nos quais a pessoa pode se socializar:

*... Porque lá [o Centro de Convivência] é um lugar que eu busco uma certa cidadania, porque lá você fica sabendo de palestras, de encontros, de reuniões, de passeios. É lá que é o ponto de partida.*

Para Aline, “*uma certa cidadania*” parece implicar em um processo de participação não apenas política, mas na vida social como um todo, indo de encontro à noção da nova cidadania que, como discutimos anteriormente, vai além da relação indivíduo-Estado, abarcando as relações sociais. Trataremos do entendimento acerca da cidadania para Aline mais adiante, em outra categoria de análise, em que enfocaremos a forma como os entrevistados compreendem a aquisição de cidadania através da participação política.

Anastácia, por sua vez, apresenta sua trajetória de envolvimento com a participação política de forma detalhada, em que podemos apreender elementos importantes de sentidos subjetivos presentes no seu processo, os quais incluem o aspecto da crença espiritual como mobilizador e o aspecto da relação com a rede de saúde e os profissionais que estimularam o seu processo.

*O início foi meio empurrado, sabe? Porque eu estava vivendo um momento em que eu não acreditava em soluções para todos os sistemas na Terra, tendo um momento de desistência.... Eu achei que os sistemas todos estavam caindo e se desmoronando. E que a única coisa era uma volta prometida de Jesus.... Então Jesus começou a me empurrar pra rede [de serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico]: “Vai na reunião, Anastácia, vai na reunião da ASUSSAM!”.... Foi assim: eu fui pra marcha de 2009 em Brasília e lá houve um esticar do meu entendimento da necessidade de uma militância, no que tange ao tratamento na saúde mental, porque eu vi que, se fez uma marcha com a participação de mais de 3.000 pessoas reivindicando coisas, é porque alguma coisa não tava boa. Eu tive que sair daquele meu marasmo e fazer alguma coisa.... [para]Essa marcha eu fui empurrada também. Empurrada pela minha psicóloga. Eu amo ela, minha psicóloga P.A. Tem todo meu amor, todo meu carinho.... Então, ela falou: “Anastácia, vai pra marcha. Não tem desculpa”. Porque eu já tinha dentro de mim que tava tendo essa coisa me movimentando pra esse lado.... É um impulso interior, Carolina, dentro de você. Entendeu? Um despertar, uma luzinha que te fala que você tem necessidade na sua vida de passar por essa coisa, que pra mim chama rede. Entendeu?.... Então, eu fui convidada e também estimulada, vamos dizer assim, pela minha psicóloga e pela AM, nossa psiquiatra. Ela é militante também, é linda, e ela me incentivou a ir pro Fórum, pelo menos. Fui pro Fórum. Ela era coordenadora do Fórum nessa época. Aí depois do fórum, ela foi me cumprimentar de estar ali etc. Ela falou: “Anastácia, anda pelos lugares onde esse povo anda, você vai gostar, você vai sentir bem.” Eu falei: “Que lugares são esses, A?” Aí ela falou assim: “Vou te apresentar pra uma pessoa que sabe desses lugares”. Me apresentou pra S. ... A S. anotou meu telefone e falou: “Quando tiver reunião da ASUSSAM, eu te levo”.*

A trajetória de Anastácia começa a partir de incentivos de profissionais da saúde mental, militantes, e a convite de usuários que já estavam envolvidos com o movimento antimanicomial. Um aspecto que encontramos tanto na fala de Anastácia, quanto na de Aline é a continuidade entre serviço de saúde pública e o movimento social. Observa-se que a entrevistada afirma que precisa passar por uma coisa que se chama “*rede*”, o que aponta para um entendimento dela de que há alguma continuidade entre a rede de serviços substitutivos e o movimento social da luta antimanicomial. As vivências subjetivas nos serviços da rede de saúde mental têm relevância para ela, e são enfatizadas mesmo quando se pretende falar da experiência no movimento social.

A marcha para Brasília a qual ela se refere, ocorreu em 2009, foi organizada pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) em parceria com outras entidades. Visava à defesa dos direitos dos usuários de serviços de saúde mental e a efetiva implantação de uma reforma psiquiátrica antimanicomial que garantisse transformações estruturais através de políticas públicas em diversos âmbitos, não apenas na saúde, mas também na assistência social, justiça, cultura etc. Assim como no relato de Aline, o Centro de Convivência aparece também na fala de Anastácia, mas com outro lugar em sua trajetória:

*O Centro de Convivência eu fui antes da... não, fui na mesma época. Aí que é legal! Para eu ir na marcha eu precisava ter acesso ao Centro de Convivência.... Quem era só do centro de saúde não ia, não tinha vaga.... Aí tive que tomar a iniciativa.*

Nesse caso, o Centro de Convivência aparece como espaço intermediário para realizar o planejamento de ir à marcha, que era seu interesse principal. Anastácia, então, apesar de uma resistência inicial em participar das atividades do Centro de Convivência, só passou a fazê-lo a partir do momento em que algo oferecido fazia para ela algum sentido. Ou seja, a possibilidade de ir à marcha estava em consonância com seus questionamentos sobre o “*desmoronamento dos sistemas na Terra*”. Não aprofundamos nesses questionamentos mas percebe-se que vislumbrar a participação em um movimento coletivo que reivindicava e questionava um sistema estabelecido, no caso, o sistema de saúde mental, vai de encontro à possibilidade dela, como sujeito ativo, sair do “*marasmo*”, assim, estaria fazendo alguma coisa por si mesma e pelo grupo do qual começava a se sentir parte. Dizemos “*grupo do qual ela começava a sentir-se parte*”, a partir do que ela mesma nos traz, da sua trajetória de construção de identidade social:

*Eu já tive preconceito de ter problema de saúde mental, hoje eu tenho honra de ter problema.... Eu não fui ao Centro de Convivência por preconceito de mim e de lidar com a loucura, entendeu? Eu não gostaria de começar esse trem de lidar com a loucura, por puro preconceito.*

Assim, Anastácia precisou encarar seus próprios preconceitos em relação à loucura, desconstruir a percepção pessoal da estigmatização do louco, para construir sua própria identidade social como usuária de serviços de saúde mental. Ao que parece, no caso de Anastácia, a construção de uma identidade de “*louca*” trouxe alguma possibilidade de emancipação, no sentido de que ela se sentiu parte de um grupo que realizava ações políticas que iam ao encontro da sua necessidade de questionamento do seu mundo subjetivo naquele momento de sua existência. Dessa forma, nesse caso específico, a constituição identitária de

“louca” foi mais um processo de metamorfose em busca de emancipação, do que de constituição de uma identidade pressuposta, atrelada a políticas de identidade.

Antônio faz um relato linear e objetivo. Em seu depoimento, aparecem aspectos do envolvimento com serviços abertos como entrada para conhecer a militância política. O envolvimento com atividades laborativas, no caso, ser monitor em um Centro de Convivência e ter participado da Suricato<sup>24</sup>, aparece como fator importante em sua trajetória política e pessoal. Observa-se que ele designa a militância como trabalho.

*A: Em 1980, eu comecei a fazer tratamento psiquiátrico, 80, 81, por aí. E aí tive dez internações em hospitais psiquiátricos. Por volta da década de 92, eu comecei a frequentar o Hospital Galba Veloso, tendo atividades em oficinas terapêuticas. Eu fixei na oficina de marcenaria artesanal.... Por volta da década de 90 mesmo, fui encaminhado pro centro de saúde.... Nesse intervalo, na década de 90, como te falei, comecei a frequentar as oficinas terapêuticas do Galba Veloso, até 94, de 92 a 94. Em 95, continuei o tratamento de saúde. Saí da oficina terapêutica e fui encaminhado para o Centro de Convivência na Pampulha.... Ele tinha sido recém-inaugurado. Fui o primeiro inscrito no Centro de Convivência Pampulha e a gerente me convidou, já nesse início, a fazer um trabalho de monitoria.... monitorar as oficinas. Aí eu comecei a frequentar o Centro de Convivência e ministrar as oficinas de marcenaria artesanal. E onde estou até hoje, ministrando ainda as oficinas. No Centro de Convivência, eu conheci o trabalho da militância da luta antimanicomial. Trabalhei na Suricato durante oito anos. A Suricato é um empreendimento solidário para o usuário de saúde mental. Foram oito anos na Suricato, eu cumpri dois mandatos como subcoordenador e um como coordenador.... Juntamente com esse trabalho eu também fiquei conhecendo a ASUSSAM e participei de dois mandatos na diretoria da ASUSSAM.*

*C: Então você foi convidado para participar?*

*A: É fui convidado, o presidente da ASUSSAM naquela época me convidou para fazer parte da chapa que ele tava organizando para concorrer nas eleições. Ele era usuário do Centro de Convivência Pampulha, a gente era colega e ele me convidou pra fazer parte dessa chapa, eu aceitei, e depois ele faleceu, mais tarde.*

Mais uma vez o envolvimento com o Centro de Convivência e o convite partindo de colegas usuários são caminhos percorridos para chegar ao envolvimento com a Associação. No caso de Antônio, observa-se que os aspectos laborativos, desde seu envolvimento com a cooperativa de economia solidária, passando por sua função de monitor no Centro de Convivência, apontam que a questão do trabalho se constitui como elemento importante na sua subjetividade individual. Assim, o trabalho, nesse caso, é vivenciado como contribuição socialmente útil, promove aquisição de estima social e se constitui como possibilidade de autorrealização.

Observa-se, no caso de Antônio, como no de Aline, o envolvimento com outros usuários, que já eram militantes, como processo de incentivo, estímulo e identificação com o outro no campo da igualdade.

---

<sup>24</sup> Associação de Trabalho e Produção Solidária (SURICATO) foi constituída em 2004 pelos usuários dos serviços de saúde mental na cidade de Belo Horizonte em parceria com o Fórum Mineiro de Saúde Mental. (Ribeiro et al., 2008).

José está na associação desde sua fundação, ele nos conta, através de sua narrativa pessoal, como se deu a constituição da entidade. Salienta-se que não pretendemos apresentar informações objetivas e históricas sobre o surgimento da Associação, nossa apresentação se restringe à narração subjetiva de um dos integrantes:

*... por nós não posso falar, posso responder por mim, por mim atualmente, e não naquela época. Naquela época eu era um cara dopado de remédio, isso em 94, quando foi fundada a ASUSSAM, era dopado de remédio. Eu era capacho, eu era pau mandato, eu não tinha consciência política nenhuma, não tinha personalidade, eu não era nem esquizofrênico, agora eu tenho sete esquizofrênicos, um pra cada dia da semana....*

*A ASUSSAM surgiu o seguinte, tava eu e o G. sentado num banco fumando um cigarro: “precisamos defender nossos direitos, estamos sendo maltratados, tratados feito cachorro, estão fazendo psicocirurgia na maioria das pessoas que estão começando a ter lucidez”. E quando a pessoa começava ficar curada, não era aposentada, ou era aposentada, corria o risco de se curar lucidamente e ter uma participação política real, em 94, a pessoa era psicocirurgiada.... O G. F. [primeiro presidente da ASUSSAM] frequentava o Arthur Bispo do Rosário, no Instituto Raul Soares, e eu frequentava o hospital-dia. Nós nos encontramos pra brigar um com o outro, porque tinha uma briga entre o Arthur Bispo, que não tinha comida, não tinha remédio.... e o hospital-dia [que] era patrocinado pelo governo.... que fornecia remédio, café da manhã, café da tarde, almoço, janta e ainda dava cigarro picado pra gente.... Foi o primeiro hospital-dia que surgiu aqui em Belo Horizonte. Não tinha a luta antimanicomial ainda. Existiam os hospícios. O hospital-dia [do Instituto Raul Soares] por incrível que pareça, foi a célula da qual brotou o primeiro sistema alternativo de tratamento.... Um dia ele [G. F.] falou assim: “José, eles tão querendo me lobotomizar, eles tão me dando choque, o que nós vamos fazer?”. “Vamos fazer uma organização pra defender nossos direitos, despistados, vamos trabalhar igual mineiro, em silêncio”.*

José aborda a organização solidarística dos usuários a partir de um processo de conflito. O potencial conflito entre dois usuários, indignados com condições diversas de tratamento nos serviços (hospital-dia do Instituto Raul Soares e o Centro de Convivência Arthur Bispo do Rosário, que funcionava dentro do mesmo hospital, e atualmente é um Centro de Convivência da rede de saúde mental do SUS), levou à união dentro de uma mesma demanda por dignidade no tratamento das pessoas com sofrimento mental.

José menciona o papel do hospital-dia do Instituto Raul Soares no processo de reforma psiquiátrica em Minas Gerais. Como constatou Goulart et al. (2006b), este hospital-dia foi implantado em 1985:

O hospital-dia representa o avanço na busca pela reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar. O programa terapêutico do HEIRS [Hospital Escola Instituto Raul Soares] surge, então, com uma proposta de tratamento dentro da comunidade terapêutica, que possibilitava ao paciente tornar-se um participante mais ativo no próprio tratamento e dos outros usuários. Para isso era necessário um trabalho constante de discussão e uma ênfase na reabilitação ativa do paciente e na democratização nas relações paciente/profissional (p. 7).

As autoras, em seu trabalho sobre a articulação entre a história da reforma psiquiátrica mineira e a história do Instituto Raul Soares<sup>25</sup>, demonstram que existiam críticas ao modelo assistencial psiquiátrico dentro do próprio hospital e tentativas de construção de novos modelos. Isso pode ser constatado na fala de José, que foi usuário desse serviço e nos conta, a partir de seu ponto de vista, como este hospital-dia foi um dispositivo que visava a uma forma alternativa de tratamento à pessoa com sofrimento mental. Um processo que pode parecer contraditório, como José pontua em sua expressão “*por incrível que pareça*”, mas que demonstra o potencial crítico e conflitivo no interior de uma estrutura institucionalizada. José, como usuário, observava e vivenciava as mudanças e contradições que vinham ocorrendo, os tratamentos tradicionais coexistindo com as ideias reformistas. Ele se inseriu nesse contexto, colocou-se na cena de forma ativa, buscou o compartilhamento com outros usuários, buscaram se organizar de forma institucionalizada, constituindo uma associação.

Silvana apresenta uma narrativa permeada por personagens que, mesmo tendo existência real na sua experiência, remete-nos a um imaginário sobre a loucura e as vivências de uma jovem que cresceu em uma família tradicional do interior de Minas Gerais. Ela começa nossa conversa relatando sua convivência, na época de juventude, com uma senhora louca e solitária em sua pequena cidade natal.

*Eu tomava conta da G. Pipoca. A G. Pipoca era uma louca que saía pelas ruas do Serro, xingando todo mundo. Eu ainda não tinha enlouquecido. Ninguém queria saber da G. Pipoca.... Todos os domingos eu ia no casebre dela lá no morro bicentenário. O B. é o córrego dos quatro vinténs, onde a Maria Joaquina achou a maior pepita de ouro. Então eu atravessava o córrego, subia o morro e chegava no casebre a G. Pipoca. Ela era louquinha, mas me recebia com carinho. Eu assentava no fogão dela, fogão coberto de barro branco.... A casinha dela era um quarto e a cozinha, era só isso. E ela era branquinha, cheia de verrugas pelo corpo.*

O relato de Silvana começa com as lembranças de G. Pipoca e como ela se relacionava com essa personagem de sua juventude, tendo aí, talvez, seu primeiro contato com a imagem da loucura. O “*carinho*” marca o elemento emocional vivenciado por ela nessa experiência e sua atitude é benevolente. O relato de sua experiência de primeiros contatos com o movimento antimanicomial, como em outras conversas, remete ao estímulo de um profissional.

*Há dez anos atrás. Quando eu me internei, Dr. E. era residente no IPSEMG [Instituto de Previdência Social do Estado de Minas Gerais], me levou pra luta antimanicomial.... ele nos levou numa reunião do Fórum Mineiro. Eu fui sem saber de nada, observando, ouvindo, reunia num lugar pequeno, tudo amontoado.... Já participei da primeira reunião, eu fui com dor. Eu tava deprimida.*

---

<sup>25</sup> Cf. Goulart et al. (2006b).

Por fim, Flávia nos conta sobre seu envolvimento com outra associação, anterior à ASUSSAM. Seu relacionamento com outros usuários também foi importante para começar a se envolver na luta antimanicomial.

*Sou presidente da associação dos usuários dos serviços de saúde mental do IPSEMG, fui internada no 11º andar por doze vezes, no hospital do IPSEMG e era paciente da C. V. Ficava em permanência-dia. Aí aconteciam as reuniões da V. E., que é associação dos usuários e familiares dos serviços de saúde mental do IPSEMG.... Aí eu comecei a participar da associação V. E., na qual conheci a [Silvana], comecei a fazer uma amizade com a [Silvana]. Ela começou a me falar da associação, qual que era a razão fundamental da associação, porque ela existia. Aí eu comecei a me interessar pela associação, pela questão da saúde mental....*

*Aí me candidatei ao cargo de tesoureira. A chapa que eu candidatei foi eleita. Aí houve várias reuniões com a Coordenação Estadual de Saúde Mental. Na época a M. E. era gestora. Aí teve um dia que eu saí com a M. E., conversando comigo ela me indicou o SUS para tratar. Foi em 2009 que eu comecei a me tratar no SUS. Aí eu me candidatei ao cargo de presidente. Fui eleita, no qual estou no meu terceiro mandato.... Eu comecei a entender os meus direitos como cidadã, como usuária dos serviços de saúde mental. Aí eu comecei a entender os meus direitos e comecei a lutar pelos meus direitos e pelos dos outros também que lá [no IPSEMG] permaneciam....*

*Aí eu comecei, depois disso, Carolina, a frequentar o Fórum Mineiro de Saúde Mental, comecei a participar das reuniões da ASUSSAM, que é a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado de Minas Gerais. Aí fui convidada pelo A. M., usuário também dos serviços, a participar da chapa, aí eu participei, a chapa foi eleita e estou, né, nessa diretoria da ASUSSAM.*

Observa-se que Flávia descreve sua trajetória de participação política entrecruzada com sua trajetória de tratamento no IPSEMG e no SUS. Seu envolvimento com a associação V. E. precede o envolvimento com a ASUSSAM e com o Fórum Mineiro de Saúde Mental e lhe aparece como lugar de aprendizado, em que ela começou a “entender” seus direitos. A relação de amizade com outra usuária, também membro da ASUSSAM, foi ponto de partida para desenvolver o interesse pelas questões políticas da saúde mental. E, mais uma vez, o convite de um usuário da ASUSSAM foi a sua forma de ingresso na entidade.

Diante da diversidade de trajetórias, cada qual com sua singularidade, salientamos dois aspectos em relação à entrada dessas pessoas no campo da ação política através do envolvimento com a ASUSSAM.

Primeiramente, as relações com serviços substitutivos, com profissionais e com outros usuários de serviços substitutivos de saúde mental engajados no movimento social, que estimularam a iniciativa de alguns entrevistados no processo de participação política. Inclusive, alguns entrevistados utilizaram terminologias que parecem levar a uma noção de continuidade entre os serviços não hospitalares de saúde mental e o movimento social da luta antimanicomial. Em vários relatos, os processos de tratamento foram mencionados articulados

ao processo de envolvimento com o movimento social. A proposta da Reforma Psiquiátrica, que visa, sobretudo, à garantia de cidadania aos usuários, permite o cruzamento entre movimento social e serviço público de saúde mental em um campo de significação comum:

... a clínica, tal como é concebida aqui, não se desvincula da política, nem tem com ela uma relação apenas exterior. Política e subjetividade são aspectos estreitamente ligados – e talvez se possa atribuir à incompreensão dessa ligação o insucesso de muitas tentativas de Reformas Sanitária e Psiquiátrica. É impossível, afinal, tratar um sujeito como tal, se não o consideramos como um cidadão; igualmente, o reconhecimento de sua cidadania não pode ser feito quando desconhecemos as questões subjetivas que lhe são próprias (Minas Gerais, 2006, p. 49).

Dessa forma, identifica-se, nas narrativas construídas pelas pessoas, o cruzamento das dimensões política e subjetiva ao longo das trajetórias de participação política. Ao acompanharmos o trabalho da Associação, observamos que os membros conhecem bem seu papel como sociedade civil organizada, separada do Estado e dos serviços de saúde pública oferecidos. Entretanto, mesmo assim, alguns dos entrevistados usaram termos próprios da rede de saúde para se referir ao movimento social, como *“fui encaminhada para o Fórum”*, por exemplo, apontando para a adoção de um termo da linguagem específica de um espaço (a rede de saúde pública) em um contexto diverso (o movimento social).

O segundo aspecto salientado na questão da trajetória dos entrevistados está no fato de que todos, sem exceção e cada um em sua condição subjetiva, mencionaram, em sua fala, algo relacionado ao seu estado de saúde mental e emocional antes de começar a participar politicamente. Alguns falaram sobre seu processo de forma mais explícita, como Aline, Anastácia, Silvana e José. Palavras como *“comportamento esquisito”*, *“desistência”*, *“desmoronamento”*, *“dor”*, *“dopado de remédio”*, foram utilizadas para apontar o estado emocional no qual se encontravam. Antônio e Flávia citaram quantas vezes já haviam sido internados, apontando para a intensidade de sofrimento contido nessa experiência e para a dificuldade de se colocar como pessoas autônomas no convívio social tendo em vista as experiências de internação e estigmatização relacionada ao processo de internamento. González Rey (2005a) aponta que *“A saúde, física e mental, está muito relacionada à capacidade do sujeito de produzir sentidos ante seus conflitos”* (p. 239). Aqui, observamos que as pessoas estavam passando por momentos de conflito interior e buscavam formas de se reorganizar, buscavam novos sentidos e, se pensarmos como González Rey, a busca por novos horizontes de inserção social indicaria já um processo de saúde mental, uma busca por produção de sentido em momentos de rupturas e crises.

Observa-se aí que os entrevistados fazem uma relação entre sua condição subjetiva antes e depois de começar a se envolver politicamente. Como veremos adiante, essa comparação, que é feita de forma indireta, construída na narrativa de cada pessoa, pode ser resultado de processos de reconhecimento e constituição de identidade e de relações positivas que propiciaram mudanças na posição subjetiva de cada entrevistado, como salienta Honneth (2009): “... o engajamento nas ações políticas possui para os envolvidos também a função de arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado e de lhes proporcionar, por conseguinte, uma autorrelação nova e positiva.” (Honneth, 2009, p. 259). Como exemplo para compreender esse processo, vemos a frase de Anastácia: “*Eu tive que sair daquele meu marasmo e fazer alguma coisa.*”

Em terceiro lugar, podemos perceber o processo de constituição de identidade pelo qual os entrevistados foram passando ao longo de sua trajetória. Podemos perceber que algum processo de metamorfose foi possível, mesmo que não tenhamos feito uma análise mais profunda de cada história apresentada. Mas podemos perceber que eles se apresentam hoje com uma identidade diversa daquela com a qual se apresentavam antes de começarem seu envolvimento com serviços substitutivos e com o movimento político. Como pode ser exemplificado pela fala de José: “... *posso responder por mim, por mim atualmente, e não naquela época*”.

Poderíamos considerar que tal processo foi possível tendo em vista a inserção em um grupo social. Um grupo não existia pronto, mas também foi se constituindo como grupo a partir das contribuições dos seus membros.

## **8.2 Desrespeito e estigmatização: experiências que marcam os sujeitos e mobilizam para a ação política**

As experiências de desrespeito são fundamentais na discussão sobre reconhecimento proposta por Honneth (2009). Constituem-se como formas de reconhecimento recusado e, quando compartilhadas por um grupo, tornam-se motivação para a luta por reconhecimento no âmbito público.

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto

de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. (p. 213)

Tais experiências são intrínsecas às formas como se estabelecem as interações sociais em cada sociedade, porém, são vividas subjetivamente por cada pessoa a partir de sua configuração subjetiva. Como poderemos ver no depoimento de Flávia, o impedimento de exercício de sua cidadania como pessoa capaz de fazer escolhas e realizar planos pessoais se constitui como experiência de desrespeito que é devastadora para a pessoa. A experiência de desrespeito se apresenta em uma ruptura de normas que se pressupõe que sejam válidas. A conversa com Flávia sobre sua experiência em relação ao seu acesso ao curso universitário nos mostra como a experiência de desrespeito pode ser vivenciada no âmbito pessoal.

*C: O que você estudou?*

*F: Assistente social, só que eu não terminei devido ao problema de saúde. Eu não pude estudar porque nessa época tinha muita burocracia, então teve uma unanimidade que eu não poderia estudar devido à agressividade, devido aos surtos que [eu] tinha.*

*C: O que você achou disso tudo? Como foi isso pra você?*

*F: Pra mim isso foi um choque, né. Foi um choque onde eu fiquei, no ano de 2004, internada por quatro vezes. Onde eu tentei autoextermínio por várias vezes. Isso é o que está no prontuário, mas eu mesma não lembro de nada não. Fala que eu tentei autoextermínio, mas eu não lembro que tentei nada não. Mas foi muito difícil, isso é uma coisa que marca até hoje, que dói ainda, porque eu fui impedida de exercer meu direito de plena cidadania.*

O impedimento de realizar seu plano de cursar a faculdade de Assistência Social é uma forma de violência, tão violenta quanto a própria internação psiquiátrica, uma vez impede a pessoa de exercer a sua autonomia, suas escolhas não só como cidadã, mas também como sujeito em seu processo de desenvolvimento pessoal, levando a uma sensação de aniquilamento de si tão intensa que, no caso de Flávia, culminou com processo de sofrimento mental intenso, crises, tentativas de autoextermínio e, em um círculo vicioso, mais aniquilamento através da internação psiquiátrica. Honneth (2009) aponta que a experiência de desrespeito, o sofrimento da tortura ou da violação estão sempre acompanhados de “... um colapso dramático da confiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na própria autossegurança.” (p. 216). Salientamos que essa é a reação vivenciada por Flávia, sujeitos diversos teriam reações diversas. Mas o que pretendemos mostrar é como o desrespeito pode ser vivido no âmbito subjetivo, podendo, a princípio, minar possibilidades de autorrealização. Como veremos no depoimento adiante, a dimensão das relações jurídicas, constituindo autorrespeito, são de extrema importância para se construir uma saída dessa condição de

aniquilamento como sujeito, como pode ser visto na fala de Flávia, ao ser questionada se houve diferença na forma como as pessoas a viam antes e depois de se tornar militante da luta antimanicomial:

*F: Tem uma grande diferença, porque antes eu era vista como uma coitada. As pessoas pisavam em mim igual se pisa em cachorro, ninguém me respeitava porque eu não sabia nem os meus direitos. Então, falava assim: “Essa aí é louca mesmo, tudo que fizer tá bom pra ela.” Hoje não, hoje eu não vivo dopada de medicação, igual eu vivia atrás, caindo na rua parecendo bêbada. Hoje não, eu sei lutar pelos meus direitos, sei me defender, as pessoas me veem com mais respeito.... eu hoje me vejo assim. Mas aquele detalhe, né, Carolina, o que a gente passa, fica um vazio lá dentro. Você pode fazer análise com psicólogo o resto da sua vida, o que passou fica.... A gente trata, trata, trata, mas o que acontece lá atrás, uma tortura é uma agressão psicológica pro resto da vida, é uma marca que a gente carrega nas costas pro resto da vida....*

*C: Qual o sentimento que te vem?*

*F: Muita tristeza e angústia, vontade de lutar para que outras pessoas não venham a passar pelo que eu passei, que venham a ser tratadas com dignidade, com respeito, como todo cidadão merece ser tratado, é isso aí.*

A dimensão das relações de respeito, relacionada ao âmbito jurídico na Teoria do Reconhecimento, aparece aqui como importante elemento de ruptura com o círculo vicioso de aniquilamento do sujeito nas situações de desrespeito vivenciadas. Nesse depoimento, portanto, as vivências de desrespeito afetam não só o autorrespeito, como possibilidade de participar em pé de igualdade com os demais membros da sociedade, mas também a autoconfiança, como apresentado na expressão de “vazio lá dentro”, indicando o aspecto afetivo implicado na experiência.

Observamos, aqui, que ao se envolver politicamente, através da participação nas associações e do conhecimento adquirido sobre seus direitos, o sentimento de indignação moral vai ampliando, sendo transformado em ação política. Ao articular “tristeza e angústia”, que marcam a experiência subjetiva de desrespeito, com “vontade de lutar”, que marca a experiência compartilhada de luta por reconhecimento, podemos perceber a relação entre o desrespeito vivido individualmente e a potencial constituição do conflito social. Honneth (2009) defende que o compartilhamento das experiências de desrespeito podem ser motores para os conflitos sociais. Dessa forma:

*... se um semelhante estado de inibição da ação é superado agora pelo engajamento na resistência comum, abre-se assim para o indivíduo uma forma de manifestação com base na qual ele pode convencer-se indiretamente do valor moral ou social de si próprio. (p. 259).*

Observa-se ainda que a entrevistada se sentia desrespeitada quando não conhecia seus direitos. Mesmo quando tais direitos já estavam instituídos no plano jurídico, para ela, era

como se ainda não fizessem parte de seu mundo subjetivo. Foi preciso que ela se apropriasse daqueles direitos como seus para, então, lutar. Ou seja, a existência jurídica real de uma dada legislação, a qual visa à garantia universal de igualdade e dignidade, não basta para a constituição do autorrespeito ou das relações mútuas de respeito, é preciso o conhecimento cognitivo de tais direitos, e aí a participação política tem papel fundamental. A participação política, como produto secundário dos direitos liberais de liberdade (Honneth, 2009), além de ser um direito adquirido, constitui-se, portanto, como meio para a aquisição de novos direitos e para o conhecimento das garantias jurídicas às quais a pessoa pode recorrer para “*se defender*”, como nos demonstra Flávia. Poderíamos entender o “*se defender*” como a noção do autorrespeito constituído a partir das relações de reconhecimento mútuo na sociedade; sentir-se como alguém capaz de se defender seria sentir-se respeitado juridicamente, portanto, menos vulnerável nas condições de disparidade das interações sociais. Considerando a perspectiva subjetiva, a participação política pode contribuir na aquisição de autonomia e autorrespeito.

Outros entrevistados também nos mostraram, através de seus depoimentos, que as experiências de desrespeito por eles vivenciadas no âmbito das interações sociais, relacionadas ao estigma do sofrimento mental, mobilizam intensamente afetos e podem se tornar motivos para a ação política. Escolhemos apresentar o depoimento de Flávia porque ele ilustra a potência de uma vivência de desrespeito e estigmatização, podendo tanto provocar prejuízos à aquisição de autorrelações positivas na constituição identitária dos sujeitos, como mobilizar afetos que podem potencializar a capacidade de ação política, ou seja, de luta por reconhecimento.

### **8.3 Relações familiares e crenças religiosas: valores pessoais que acompanham a prática política**

Esta categoria está ligada à dimensão afetiva, ou seja, às trajetórias afetivas que cada membro traz para o grupo a partir de outros espaços de sociabilidade, como família e religiosidade.

Na inter-relação que se estabelece entre subjetividade social e subjetividade individual, os elementos de sentido subjetivo que constituem a subjetividade social de um determinado espaço social são produzidos nas diversas zonas da vida social da pessoa. Por sua vez, a

subjetividade individual de cada pessoa está atravessada pela subjetividade social dos espaços por onde circula (González Rey, 2005a). Considerando isso, encontramos, nos depoimentos dos entrevistados, importantes referências às vivências familiares e religiosas – ou transcendentais para sermos mais abrangentes – as quais têm forte relação com a ação política que desenvolvem, dotando de sentidos subjetivos esta prática.

Silvana, ao falar sobre o seu interesse pela luta por direitos e dignidade das pessoas, nos mostra como os valores familiares estão entranhados em sua experiência e constituem elementos de sentidos subjetivos para sua participação política como um todo:

*Nós aprendemos [o engajamento político] com meu pai e minha mãe. Meu pai foi vereador [por] 20 anos na minha terra, veio de Petrolina, descobriu um crime de peculato do prefeito da cidade.... Minha mãe era secretária da União Democrática Nacional, era secretária do partido do meu pai.*

Ela relata explicitamente o motivo pelo qual, em suas palavras, “surtou”, e que a levaram a um sofrimento intenso: a morte de seu irmão, em 1968. Um jovem advogado, militante político contra o governo ditatorial. Segundo ela, a “primeira vítima da ditadura em Minas Gerais”. Seu depoimento demonstra a importância do envolvimento com questões políticas na história de sua família. A carga afetiva que esse episódio carrega enche de sentidos subjetivos o processo de participação política de Silvana, como podemos ver em um pequeno trecho do material literário que ela nos presenteou quando a visitamos em sua casa: “Sou militante da luta antimanicomial. Até hoje velo o meu irmão. Levantei e levanto várias hipóteses sobre a morte dele.”

A identidade como militante da luta antimanicomial vem acompanhada diretamente da lembrança da morte do irmão. O amor como componente da relação que Silvana estabelece com o irmão permeia os sentidos subjetivos que ela dá a seu envolvimento político. Ela mantém a bandeira da liberdade e dignidade das pessoas, tal qual o irmão fazia em outro contexto, mas com os mesmos ideais. Fazer parte do movimento antimanicomial parece lhe propiciar uma contínua luta que atravessa gerações em sua família.

Antônio, em sua fala, demonstra como os valores familiares e de crença religiosa são fundamentais para dar sentido ao seu projeto de participação política:

*É mesmo um sentido de resposta que a gente dá a um chamado. Às vezes, a gente acha que não, mas aquilo que a gente está vivenciando muitas vezes na vida, a gente às vezes não percebe, através das situações, como cristão que sou, sou católico, que a gente vê isso como um chamado de Deus.*

O exercício da atividade política, para Antônio, é vivenciado como um “*chamado de Deus*”, como a realização de uma proposta que transcende o âmbito político, permeado por valores que foram aprendidos em sua vivência como católico. Ao ser questionado sobre a sua motivação em participar da militância política na luta antimanicomial, ele salienta a importância de sua fé:

*Pois é, uma das coisas principais eu tenho dito muitas vezes é a questão da fé. Essa espiritualidade, essa religiosidade que eu trago comigo, acho que faz uma diferença, e a gente sabe disso. Atualmente, nas pesquisas que são feitas acerca disso, a gente percebe que quem se coloca num nível de visar, vislumbrar uma transcendência, um absoluto, que é Deus, exerce algo, não mágico, mas consciente e racional, uma fé que seja inteligente.*

A vivência familiar também faz parte do conjunto de elementos subjetivos que Antônio compartilha em suas relações sociais, sobretudo no âmbito político, como podemos perceber em seu depoimento:

*Eu acho que a humanidade só se sustenta a partir dessa vivência familiar, são os valores que estão inerentes na família que vão se projetar socialmente. Então, aquilo que a pessoa é dentro da sua casa, na família, vai reproduzindo na sociedade, nas suas relações sociais... A família não deve viver só para dentro de si mesma, só olhando pra si mesma, mas ela deve se abrir para a sociedade, para o mundo, pra dar respostas às demandas do mundo, às demandas sociais. Então, a família que se organizou, que percorreu um caminho de doação, ela deve se abrir num projeto mais amplo, de incluir todas as famílias, todas as pessoas... A gente vai encontrando situações da vida, onde, com esses valores que a gente aprendeu na família e também na religião... um jeito de ser que supere toda questão antiética e destrutiva da dignidade do ser humano, e também de toda a criação.*

Observa-se, na fala de Antônio, uma valorização da família como espaço de construção de valores éticos e que precisam ser expandidos para a sociedade como um todo. É preciso salientar que essa é a experiência subjetiva de Antônio em relação à família e à religiosidade. Outras pessoas poderiam trazer experiências de vivências afetivas negativas no âmbito familiar ou religioso. Mas o que pretendemos mostrar é como, no caso de Antônio, os valores aprendidos nos âmbitos sociais da família e da transcendentalidade espiritual trazem sentidos subjetivos à sua prática política, no sentido de que tais valores possibilitariam a ampliação das relações de solidariedade na sociedade.

O depoimento de Flávia mostra como a vivência afetiva com o pai não só propiciou reconhecimento no âmbito das relações primárias de amor, mas também a garantia jurídica de sua liberdade. Ao falar sobre seu sentimento como militante política atualmente, ela nos conta a sua história com o pai:

*F: Olha, eu sinto livre, igual um passarinho, livre pra voar. Eu sei que vou sair de casa e vou voltar, eu sei que vou sair de casa, eu sei que não vou para um hospício, pelo menos com essa dor na consciência eu sei que pro hospício nunca mais, nunca mais. Porque antes do meu pai morrer ele deixou isso escrito.*

*C: O que ele deixou escrito?*

*F: Foi em juízo, com ajuda de um psiquiatra do IPSEMG, que ninguém mais da minha família teria direito a me internar. Porque todas as minhas internações não foi nenhum dos meus pais que fez.... Não foram os meus pais, foram tias, irmãos, né. Mas nunca foi meu pai. Como rege, tem que ser o pai, caso extremo que é outra pessoa.... Meu pai foi chamado, ele entrou na justiça, foi na justiça, teve uma audiência com o juiz. Ele estava declarando que, se por ventura eu viesse a ter um surto, que eu fosse tratada no SUS, que ele estava deixando em vida o impedimento que eu fosse internada num hospital psiquiátrico. Aí o juiz assinou.... Meu pai me deixou essa liberdade. Antes de morrer ele me deixou essa liberdade, e o juiz concedeu, a justiça federal concedeu.*

A liberdade deixada pelo pai traz aspectos afetivos importantes na constituição da autoconfiança de Flávia e constitui um sentido subjetivo fundamental, que mantém a entrevistada em constante movimento de lutar por sua liberdade, bem como das demais pessoas com sofrimento mental, como mencionado por ela em outros momentos da conversa. Aquisição de autoconfiança e autorrespeito se encontram nesse episódio. Observa-se que há conflitos familiares em sua história, inclusive relatos de opressão e desrespeito, mas a atitude do pai é suficiente para que ela se mantenha firme em sua luta pela liberdade, pelo menos, liberdade de escolha de seu tratamento. Ao impedir que fosse internada novamente, de forma legalmente garantida, Flávia sente-se protegida, tanto pelo pai, quanto pela Justiça. Os aparatos públicos de justiça lhe concedem aquilo que os vínculos afetivos com o pai já potencialmente proporcionavam, a liberdade.

#### **8.4 As relações afetivas dentro e fora do movimento antimanicomial**

Nesta categoria, abordamos as relações afetivas que permeiam o processo de participação política, demonstrando como contraponto, as experiências de desrespeito e estigmatização vivenciadas em espaços sociais fora do espaço do movimento antimanicomial. Trazemos ainda, nesse ponto, a discussão sobre como os entrevistados atribuem significação a tais experiências, tanto em suas vidas particulares, quanto em relação às pessoas com sofrimento mental como grupo.

As emoções, ou os afetos, para Honneth (2009) e para González Rey (2005a), constituem-se como registros extremamente importantes da subjetividade humana. “As emoções representam estados de ativação psíquica e fisiológica, resultantes de complexos registros do organismo ante o social, o psíquico e o fisiológico.” (González Rey, 2005a, p. 242). O caráter

cultural das emoções é salientado, de forma que a emoção não pode ser compreendida apenas em seu aspecto biológico, mas também subjetivo, estando em estreita relação com as ações práticas, as quais caracterizam o sujeito em seu espaço de relações sociais.

Trazemos o depoimento de Aline, que demonstra como as relações afetivas desenvolvidas com as pessoas do movimento antimanicomial produzem sentidos subjetivos em sua experiência, e buscamos demonstrar que há uma contradição nas relações dentro e fora do movimento:

*Então, já é duas pessoas que me mal tratam, menina. Eu não quero ser mal tratada! Porque a gente fica muito vulnerável. Quando a gente é tratada no movimento, a gente é bem tratada no movimento. Mas quando você sai aqui fora tem cada pessoa ruim, você tem que tomar muito cuidado. O tratamento no Centro de Convivência é bom, lá todo mundo vai te respeitar, vai te dar direito a, se você quer chorar, você chora, se você quer ficar alegre você pode ficar, todo mundo te trata com palavras carinhosas, até... Eu falei pra ela [uma colega de Aline] que meu diagnóstico é esquizofrenia e às vezes eu sou muito deprimida, eu deito na cama, fico só na cama. Ela não se ligou nisso, sabe. Falou que eu usava droga, que cigarro é droga, então eu era igual uma pessoa drogada, com cigarro.*

Observa-se que espaços públicos de compartilhamento de ideias, como no caso o espaço do movimento social da luta antimanicomial, podem permitir a construção de novos laços afetivos de amor, mesmo para aquelas pessoas que não encontraram relações afetivas em outros espaços (Mendonça, 2009b). A vivência de estigmatização da pessoa com um diagnóstico de sofrimento mental, como ela nos mostra, ainda está presente de forma contundente nas relações sociais. Aline nos mostra a importância das relações afetivas que se desenvolvem tanto no movimento antimanicomial, quanto nos serviços substitutivos antimanicomiais como fatores importantes de aceitação e de construção de identidade, poder ser quem se é, e, conseqüentemente, de autoconfiança. Mais uma vez, a entrevistada aborda “movimento” e “Centro de Convivência” como espaços similares, ou contínuos, o que já discutimos anteriormente.

Ao ser questionada se ela observava alguma mudança na forma como as demais pessoas da sociedade tratam ou se relacionam com as pessoas com sofrimento mental, Aline nos responde:

*Ah, acho que não. Não, mudou não, sabe por quê? As pessoas nem sabem o que é esquizofrenia direito, só sabem que é uma coisa grave. “Nossa isso é grave, eu vou ficar andando com essa pessoa doida não”. Odeio isso, sabe? Então, mas as pessoas da sociedade tão nem aí. Algumas têm mais sensibilidade.*

Nesse trecho, o preconceito que ela experimenta ao ser rejeitada no convívio social por ser uma “pessoa doida” é vivenciado afetivamente. O preconceito, então, não está ligado apenas

à dimensão da estima social, em que as pessoas poderiam se sentir não estimadas por características particulares, está também ligado à dimensão afetiva. “... ele [o preconceito] afeta profundamente a experiência dos vínculos afetivos fortes e, conseqüentemente a capacidade dos sujeitos de confiar em si mesmos e no mundo que os circunda.” (Mendonça, 2009b, p. 253). Assim, na experiência de Aline, o mundo ainda parece um lugar pouco acolhedor às diferenças, e o espaço do movimento social seria um espaço mais aberto a acolher sua subjetividade de forma mais integral.

Essa percepção subjetiva, de que a sociedade ainda discrimina a pessoa com sofrimento mental não é compartilhada por todos os membros do grupo. Anastácia, por exemplo, tem uma opinião diferente. Ao ser questionada se ela observa alguma mudança no tratamento das pessoas com sofrimento mental pela sociedade, ela nos responde:

*Isso é total, total. Eu tava no ônibus outro dia.... Eu tava sentada junto com uma menina, comecei a falar com ela sobre o movimento. Ela falou assim: “Engraçado, antigamente tinha tanto louco na rua e não tem mais. Onde eles estão?”... Eu falei: “Estão na rede”. “Onde estão os loucos que ficavam nas ruas?”. “Os Centros de Convivência estão cheios, os CERSAMS estão cheios”, falei pra ela. Eles ficam lá pintando, fazendo cerâmica, fazendo literatura, que é o que eu chamo de estar jogando o seu excesso ali, né. Ele sai menos louco cada vez que vai ali....*

Observamos que, para Anastácia, a sociedade tem se mostrado um espaço mais aberto a acolher a pessoa com sofrimento mental de forma diferente de como era antigamente, com redução da estigmatização. Temos a impressão, em sua fala, que “antigamente” os loucos estavam nas ruas, o que parece apontar para uma falta de dignidade, e “atualmente”, após o movimento da reforma psiquiátrica, eles estão nos serviços substitutivos, produzindo arte, podendo exercer sua dignidade.

Em outra ocasião, em um evento realizado na UFMG, em que Anastácia foi convidada a falar aos estudantes, ela salientou a postura afetiva da rede de saúde mental, citando uma frase, a qual ela nos permitiu copiar, e que foi copiada literalmente:

*existe a gentileza. Se você fô gentil, tudo, o sê com o qual você foi gentil vai sê gentil com você. O louco também. Existe então, na rede, a psicologia amorosa, ela não parte de Freud, parte de você.*

A frase apresentada por Anastácia remete ao aspecto intersubjetivo das relações afetivas. A condição intersubjetiva em cada dimensão do reconhecimento é o alicerce da proposta de Honneth (Mendonça, 2009a). Dessa forma, Anastácia nos demonstra que a gentileza é uma via de mão dupla e que essa forma afetiva de relacionamento é característica da “rede”. Obviamente essa é uma concepção subjetiva da entrevista, baseada em suas experiências

peçoais e que não podemos trazer como análise ampla das relações estabelecidas na rede de saúde mental, nem no movimento social. Anastácia também denuncia aí a importância do aspecto afetivo se sobrepondo ao aspecto técnico nas relações entre profissionais de saúde mental e usuários. Ao afirmar que “*a psicologia amorosa não parte de Freud, parte de você*”, ela nos chama a atenção para o fato de que não basta o saber técnico e teórico sobre a psique humana, mas as interações afetivas entre pessoas que constituem aspecto fundamental nos processos de tratamento em saúde mental. Ainda em relação às relações afetivas desenvolvidas no ambiente antimanicomial, Anastácia afirma que:

*A rede<sup>26</sup>, ela tem uma coisa peculiar, que os oficinheiros, os gerentes, os psicólogos, todo mundo da rede tem um trato especial com o usuário, ele tem um tato, ele tem um jeito de tratar o usuário que não choque, entendeu? É carinhoso, sabe?*

O carinho, que aparece também na fala de Aline, é uma expressão de emocionalidade que abriga o caráter afetivo que poderíamos considerar como importante fator de autoconfiança. Assim, tanto Aline, quanto Anastácia enfatizam as relações afetivas positivas construídas no ambiente social antimanicomial (seja a rede de saúde mental, seja o movimento antimanicomial). Porém, Aline contrapõe as vivências afetivas desenvolvidas dentro do grupo, que seriam positivas em relação às vivências afetivas com outros grupos sociais com os quais convive. Já Anastácia percebe de maneira diferente e observa que a sociedade no geral tem começado a, pelo menos, observar mudanças em relação aos lugares ocupados pelas pessoas com sofrimento mental na cidade, sendo espaços de maior dignidade.

## **8.5 As relações jurídicas e as experiências subjetivas de conquista de cidadania**

A participação política entendida como um direito que surge relacionado aos direitos liberais de liberdade sugere que “... a todo membro de uma coletividade política deve caber o direito igual à participação no processo democrático de formação da vontade.” (Honneth, 2009, p. 191). Como já observamos, a participação política não só é um direito garantido, como é o caminho também para a luta por efetivação de tais direitos e conquista de novos.

---

<sup>26</sup> Mais uma vez observamos que a entrevistada fala da “rede”, fazendo referência aos serviços substitutivos em saúde mental, apontando para uma continuidade entre serviços e movimento social antimanicomial.

Abordamos, nesta categoria, a perspectiva das relações jurídicas de direito, entrelaçada à perspectiva da constituição de cidadania. Buscamos observar como os entrevistados compreendem e atribuem sentido às relações de direito e quais os sentidos subjetivos que os entrevistados atribuem às conquistas e objetivos da Associação e do movimento antimanicomial no âmbito sociopolítico. De forma alguma, podemos considerar a concepção de direitos como simplesmente subjetiva. Como aponta Honneth (2009), essa compreende uma construção sócio-histórica que se dá através da interação social e da ação sociopolítica.

Começamos com a apresentação e definição da ASUSSAM dada por José, observando o que ele entende ser a Associação em sua função social e acabamos percebendo que ele, em sua definição, nos mostra também uma concepção mais ampla do movimento antimanicomial:

*A ASUSSAM surgiu com intuito de proteger o portador de sofrimento mental, familiares e simpatizantes. A guerra não é contra os psicólogos, psiquiatras, a guerra é contra essa pessoa que é capaz de pegar e pisar em cima da barata porque tem medo da barata...*

Sua fala nos mostra uma visão ampliada do cenário da luta antimanicomial. Uma perspectiva que vai para além da questão técnica que envolve as práticas dos profissionais de saúde mental, não desconsiderando a importância da discussão sobre o uso instrumental e estratégico das profissões da área da saúde mental, que podem acabar em manutenção da exclusão e estigmatização através do uso acrítico das técnicas psicológicas e psiquiátricas. Para além disso, José nos mostra que a luta da Associação é contra a postura preconceituosa de toda a sociedade, que encontra na prática da segregação a saída para lidar com aquilo que incomoda, que provoca medo, e até repulsa, ou seja, a “barata”.

Esse depoimento nos faz lembrar o manicômio mental descrito por Pelbart (1990). O autor nos chama a atenção para o fato de que, mesmo diante de possibilidades de fim do manicômio físico, há o risco de manutenção do confinamento da desrazão através da manutenção do manicômio mental. Desrazão essa entendida como a alteridade radical que ameaça, que provoca estranheza, que é essencial na constituição da cultura, a qual a loucura acabou por encarnar ao longo do processo histórico. Sendo assim, na crítica do autor, ao procurarmos dar fim aos manicômios, estaríamos correndo o risco de acabar abolindo a diferença, abolindo a desrazão ao tentar integrá-la à cultura racional, de forma a domesticar o que nos parece estranho e ameaçador. Pelbart (1990) propõe, portanto, o fim do manicômio mental, o direito à desrazão. “O direito à desrazão significa poder pensar loucamente, significa poder levar o delírio à praça pública.... significa devolver um direito de cidadania pública ao invisível, ao indizível, e até mesmo, porque não, ao impensável.” (p. 137).

Assim, a metáfora utilizada por José, da luta contra aquele que “*teme a barata*” e por isso precisa aniquilá-la, cabe bem para demonstrar uma noção ampla e clara dos objetivos da luta antimanicomial, em que poderíamos entender “*aquele que teme a barata*” como a sociedade que teme a desrazão como possibilidade ameaçadora e que, por isso, precisa ser aniquilada, excluída do convívio público.

Em relação à concepção subjetiva de cidadania, trouxemos o depoimento de Aline. Observamos que o entendimento sobre o que constitui a cidadania aparece entrelaçando a aspectos afetivos e de inserção social, junto a garantias jurídicas:

*Acho que a cidadania começa dentro de casa, quando sua relação dentro de casa melhora. Minha relação dentro de casa melhorou. Eu hoje faço um curso. Eu consegui um auxílio do INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], porque eu não tinha dinheiro nem pra pegar um ônibus, não tinha. Então, o auxílio está me dando cidadania pra eu poder ir e vir, circular mais. Então hoje eu posso andar mais, eu circulo, eu vou na ASUSSAM, eu converso com as pessoas, eu participo do Sapos e Afogados<sup>27</sup>, eu sou atriz do Sapos, né. Eu entrei pro curso gratuito do SENAC [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial] Eu tô tendo atividades, muitas atividades.*

A cidadania, para Aline, abrange os aspectos tanto de garantia de direitos oferecidos pelo Estado, que lhe propicia a inclusão social, pois lhe permite a circulação pela cidade, permitindo assim o exercício do seu direito à liberdade de ir e vir, como também aspectos de autorrealização, como a possibilidade de frequentar um curso, de conviver e de ser atriz. O aspecto da cidadania aí está para além de relações com o Estado, abrange a noção de nova cidadania (Dagnino, 2004) a qual aponta para novas perspectivas de sociabilidade, não se limitando à aquisição formal e legal de um conjunto de direitos. O reconhecimento jurídico, nesse caso, o benefício financeiro do INSS, torna-se um meio para aquisição de outras tantas formas de inserção social que lhe permitem o desenvolvimento não só de autorrespeito, mas de autoestima, uma vez que se considera estimada socialmente por ser atriz e por suas demais atividades.

Observa-se, então, que, para Aline, a aquisição de cidadania se vincula não só à dimensão do respeito social, da ideia de que ela é respeitada tal qual os demais membros da sociedade, mas a cidadania lhe propicia realizar seus planos para promover sua autoestima, realizando atividades que ela acredita serem valorosas, o que demonstra o imbricamento das diversas dimensões do reconhecimento.

Ao pensarmos nas discussões entre Fraser (2003) e Honneth (2003) sobre reconhecimento e redistribuição, consideramos que a proposta de Honneth – de que as demandas por

---

<sup>27</sup> “Sapos e Afogados” é um grupo de teatro composto por pessoas com sofrimento mental, algumas delas são também membros da ASUSSAM.

redistribuição estão incluídas no quadro de demandas por reconhecimento – é bem apropriada para compreender o entendimento do que é a “*cidadania*” para Aline. Em seu depoimento, podemos observar que a aquisição do benefício financeiro propicia mais do que acesso a bens materiais, propicia a aquisição de autoestima, ao poder realizar seus planos pessoais, tendo a possibilidade de “*circular mais*”. Assim, as reivindicações por redistribuição são sim válidas, necessárias e justas – dentro da perspectiva de justiça de Fraser, de justiça como possibilidade de participação paritária na interação social. Mas, para além de possibilidade de participação social, as demandas por redistribuição possibilitam aos sujeitos a autorrealização, como concebido por Honneth (2003): “... enabling individual self-realization constitutes the real aim of the equal treatment of all subjects in our societies.” (p. 177).<sup>28</sup>

A cidadania, para Aline, abrange ainda o aspecto da mutualidade, do respeito ao outro no processo de construção do autorrespeito. O aspecto de mutualidade necessário para a constituição das relações de reconhecimento aparece no seu depoimento:

*A cidadania também é mais que isso, né. Aquele direito de participar, de estar sendo socializado. E deveres também, cidadania tem deveres. Você não pode jogar um papel de bala na rua. Isso é um dever de cidadania, você deve saber atravessar na faixa de trânsito. Eu acho que tudo isso é cidadania, sabe. Você deve ter consciência de tratar bem o motorista de ônibus, o trocador. Então tem muitos deveres. Eu tenho que escrever a ata [da reunião da Associação] todo mês, tem que digitar, depois eu corrijo, depois escrevo outra vez. Isso é meu dever. Então cidadania tem os seus deveres, né.*

Aqui, observa-se a perspectiva de compromisso com os outros membros da sociedade ou de seu grupo específico, apontando para a premissa da reciprocidade no desenvolvimento das relações de reconhecimento. Reconhecer-se como cidadã de direitos implica em reconhecer também os outros parceiros de interação, na dinâmica do cotidiano, seja dentro do ônibus, seja exercendo sua função na diretoria da Associação. As relações de respeito são necessariamente recíprocas para o desenvolvimento do autorrespeito, e Aline salienta seu comportamento de respeito frente aos outros membros da sociedade, em um sentido de compromisso com a coletividade.

Porém, a vivência da conquista de direitos nas relações jurídicas visando à garantia de reconhecimento nessa dimensão e a aquisição de autorrelações positivas nem sempre é vivenciada dessa forma, diríamos, harmônica.

O depoimento de Flávia nos permite discutir os aspectos do reconhecimento perverso (Lima, 2010) que podem estar envolvidos nas práticas de relações jurídicas de direito. Ela nos

---

<sup>28</sup> “... possibilitar autorrealização individual constitui o real objetivo do tratamento igualitário de todos os sujeitos em nossas sociedades.” [tradução nossa].

conta como foi a experiência de receber o benefício financeiro do INSS, o qual teria direito devido à sua condição de sofrimento mental:

*C: E como foi isso pra você? Receber o benefício.*

*F: Oh, minha filha, ganhei indeferido nove vezes no INSS... Até que um certo dia eu lembrei que eu tinha trabalhado de carteira assinada em 2002, e que eu havia passado na perícia, só que eu nunca tinha chegado a receber pelo INSS. Me encostou, mas nunca chegou a me pagar. Aí eu fui lá na agência do INSS e dei entrada nos papéis. Cheguei lá, minha filha, nesse dia eu dei uma de doida, porque pra conseguir o BPC<sup>29</sup> tem que ser doido. Se não for tem que dar uma de louco, porque vou te falar com você, é fogo. Tive que vestir três blusas, ir de chinelo, entrar com sombrinha, tive que dar uma de psicótica lá dentro. Quando foi na hora da assistente social, falei tudo pra assistente social, minha trajetória de vida do início ao fim, aí ela falou: “Ok”. Aí quando foi no dia da perícia, contei minha trajetória, o perito chorou e me deu um abraço.... Mas antes de dar entrada você tem que mostrar pro INSS que você é doido, e isso aí é a pior coisa que o cidadão tem que fazer...*

Como salienta Lima (2010), as políticas de identidade estabelecem pontos fixos, ou seja, identidades pressupostas, fetichizadas, criando critérios e orientações os quais os indivíduos devem seguir, caso queiram ser reconhecidos. As políticas de identidade podem ser novas formas de opressão, ao aprisionarem identidades pressupostas e impedirem a livre expressão da subjetividade dos sujeitos. Muitas vezes, ao se submeter a tal identidade pressuposta, o indivíduo acaba por se ajustar ao instituído, alienar-se. Mas, percebemos na fala de Flávia, que ela não se aliena na condição pressuposta. Ela busca os recursos aos quais precisa recorrer para adquirir seus direitos, uma vez que o sistema de concessão de benefícios apresenta falhas e pode ser injusto em muitas de suas decisões. Assim, Flávia precisa encenar uma personagem, limitada no tempo e no espaço, para garantir o reconhecimento de seu direito. Um contrato jurídico tal como esse se configura, acaba por pressupor que os sujeitos deixem de lado sua dignidade para sustentar uma encenação limitada no tempo e no espaço, para garantir o reconhecimento de sua dignidade (Lima, 2010). A forma como a prática da requisição de benefícios se instaura acaba por promover uma lógica injusta, como nos mostra Flávia:

---

<sup>29</sup> “O BPC [Benefício de Prestação Continuada] é um benefício da Política de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2012).

*Um médico que te atende há anos, ele sabe dos seus problemas. Agora, um perito que nunca te viu, vê você uma vez só, quem é ele pra falar qual problema você tem, e pra te diagnosticar numa única consulta e pra falar se você tem direito ou não tem? Se a lei visa que todo cidadão que tem transtorno mental tem direito ao benefício, o INSS tem que dar. Uma vez que faz tratamento há mais de três anos, é por direito o Instituto de Previdência dar o benefício ao cidadão, indiferente de CID<sup>30</sup>.*

Aqui, Flávia denuncia como o discurso técnico-científico dos especialistas, construído dentro da lógica da racionalidade instrumental, acaba por não dar conta de proporcionar um reconhecimento da dignidade humana. Como aponta Lima (2010), tal discurso acaba se constituindo em um reconhecimento perverso uma vez que:

*... não se interessa pelo fato de ser produzido a partir de uma interação em que exista uma paridade, mas sim a partir de uma relação de poder na qual o especialista cingidamente utiliza o seu discurso técnico-psicológico para lidar com os problemas trazidos pelos indivíduos que devem se submeter à sua avaliação ou diagnóstico para ter seus direitos de cidadão garantidos.” (p. 300).*

Observamos, ainda a partir desse episódio, o que Mendonça (2009b) já afirmou em relação aos choques que podem haver entre as diversas dimensões do reconhecimento. O processo de aquisição de reconhecimento no âmbito jurídico, em termos práticos, acaba por promover um rebaixamento do reconhecimento no âmbito da estima social, uma vez o sujeito, como é o caso de Flávia, sente que o processo de ir ao INSS e passar pela perícia médica para ser avaliado como merecedor ou não do benefício, é um processo humilhante:

*É uma humilhação. Uma humilhação porque tem muita gente que não tem nada. Porque a diferença, por exemplo, de quem não tem as duas pernas, de um deficiente, pra quem tem um transtorno mental, é muito grande. O deficiente, ele tem a cabeça boa, o portador de sofrimento mental, você nunca sabe daqui a dois minutos como vai estar a memória do cidadão. Então essa forma deles analisarem é muito esquisita, né. Não é a forma correta de se fazer análise não, porque uma pessoa que tem transtorno, pra mim, é pior do que determinadas deficiências, porque varia de humor, de comportamento.*

Assim, a experiência prática de busca de reconhecimento através da relação jurídica de direito, paradoxalmente, torna-se uma vivência de desrespeito, que leva ao sentimento de vergonha ou “vexação” apontado por Honneth (2009), de “*humilhação*”, como colocado por Flávia. A denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa, para o indivíduo “... ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (p. 216). Ao apresentar sua opinião sobre a forma que considera incorreta de “*analisar*” as requisições de benefício, observamos a questão do estigma (Goffman, 2004).

---

<sup>30</sup> CID é a sigla para designar a Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. É publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde, fornecendo códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. (Lista CID 10, 2012).

Partimos do pressuposto de que os profissionais não trabalham com a noção de estigma para realizar suas análises periciais, mas sim com evidências clínicas e classificáveis de acordo com códigos médicos. Porém, a fala de Flávia aponta para o fato de que a pessoa com sofrimento mental carrega um estigma, ou seja, um atributo negativamente valorado pela sociedade, que é “*invisível*” aos olhos. Assim, a avaliação que um profissional faz pode ser injusta. Ao passo que aquelas pessoas que carregam o estigma de forma visível, como o deficiente físico, por exemplo, teriam menor probabilidade de passar por situações vexatórias em processos de avaliação médica pericial, pois sua dificuldade em realizar atividades laborativas ou ter acesso a espaços públicos e exercer sua autonomia, é visível. Flávia, nesse processo comparativo, salienta ainda que as dificuldades para o exercício do trabalho, no caso de pessoas com sofrimento mental, são mais subjetivas, dependem de uma série de fatores e são, por isso, mais delicadas de serem avaliadas. Por isso, voltando ao que ela nos diz no princípio, a saída é fazer arranjos, adicionar atributos visíveis ao seu corpo (três blusas, chinelo e sombrinha) para, assim, se passar por “*doida*” e assegurar o reconhecimento jurídico.

Mas Flávia não se deixou abater pelas reações emotivas negativas vivenciadas no sentimento de vergonha social. O compartilhamento de experiências com outras pessoas com sofrimento mental lhe permitiu compartilhar seu conhecimento e sua estratégia para conquistar o que é direito já adquirido legalmente.

*E depois disso.... depois que eu comecei com esse negócio aí [ receber o benefício] já consegui BPC pra um monte de gente do SUS e do IPSEMG também.*

Conforme aponta Honneth (2009), “... as reações negativas que acompanham no plano psíquico a experiência de desrespeito podem representar de maneira exata a base motivacional afetiva na qual está ancorada a luta por reconhecimento.” (p. 220). Assim, para o autor, a experiência de desrespeito social pode motivar os sujeitos a entrarem, de forma prática, em uma luta por reconhecimento de caráter coletivo. Observamos que esse é o caminho traçado por Flávia, que, mesmo sentindo a dor provocada pela situação de desrespeito, acaba encontrando formas de compartilhar com o coletivo as saídas possíveis para o processo opressivo de requisição de benefícios no INSS.

## 8.6 As relações de solidariedade e a estima social

Diferentemente do reconhecimento jurídico, que pretende expressar propriedades universais que garantam a participação igualitária de todos os membros da coletividade, o reconhecimento no âmbito da estima social “... se aplica às propriedades particulares que caracterizam os seres humanos em suas diferenças pessoais.” (Honneth, 2009, p. 199). A estima social diz respeito a potenciais contribuições sociais e realizações individuais que podem ser apreciadas por uma comunidade de valores. Cada sociedade, em sua autocompreensão cultural, determina os critérios pelos quais se orienta a estima social, sendo essa, portanto, historicamente determinada. Dessa forma, pressupõe-se a constituição de uma comunidade de valores que se orienta por concepções de objetivos comuns. Na proposta de Honneth (2009), cada indivíduo deveria ter a igual oportunidade de ser estimado por suas contribuições sociais, de modo que a estima social tem uma dimensão política que vai além da aquisição de direitos (Mendonça, 2009a). A chance para que cada indivíduo seja estimado socialmente não implica em seu pertencimento a um determinado grupo e, inclusive, o pertencimento a um grupo não pode ser condição prévia de negação da estima. A luta por reconhecimento, portanto, visaria a uma transformação da sociedade para que a estima seja simétrica, ampliando o espectro de contribuições consideradas estimáveis. “Lutas por estima buscam deslocar os quadros interpretativos vigentes para que outras atividades e contribuições sejam percebidas como estimáveis e para que pessoas sistematicamente desrespeitadas sejam vistas como passíveis de estima.” (Mendonça, 2009a, p. 150).

A estima, em Honneth (2009), não se reduz à valorização de grupos culturais, estando relacionada a realizações individuais que propiciem alguma contribuição à sociedade, independente de pertencimento grupal. Sendo assim, não haveria uma proposta de que todos sejam igualmente estimados, mas de que todos tenham igual oportunidade de serem estimados por suas realizações pessoais, independente de seu pertencimento grupal. Como as propriedades que são estimáveis socialmente são histórica e culturalmente determinadas, Honneth (2009) defende a pluralidade de valores na sociedade, de modo a garantir uma maior chance a diferentes indivíduos de terem suas propriedades estimadas.

A noção de solidariedade de Honneth (2009) abarca a sociedade de forma integral, e não restrita a grupos isolados. Dessa forma, a dimensão da solidariedade vai para além de relações solidárias entre membros de um grupo, mas deve abranger as relações entre o indivíduo e a sociedade a partir de suas particularidades e possíveis contribuições sociais. Essa dimensão é

complexa de ser analisada, uma vez que a amplitude das relações solidárias é dificilmente captada nas falas dos entrevistados. As relações solidárias dentro do grupo são mais claramente definidas.

Como veremos na fala de Flávia, a participação política possibilita que ela seja vista pelos demais grupos sociais de forma diferenciada na sociedade, apontando para ganho de estima social e respeito por ser, em suas palavras, “*politizada*”:

*... eu chego em determinado lugar eles falam: “aquela lá é presidente da associação V. E., faz parte do movimento da luta antimanicomial, representa a ASUSSAM, vai no Fórum Mineiro. Toma cuidado.” Eles acham que eu sou até alguém da justiça! [risos] Até cafezinho, minha filha, com pão de queijo sai.... Se eu vou num recinto público, eu sou tratada igual uma rainha.... Quando eles [profissionais dos serviços de saúde pública] veem que a gente está na luta e que a gente não é bobo e que alguém dá ouvido pra gente, eles têm um pouco de receito.... Porque doido é uma coisa, quando eles veem que o doido é politizado, isso eles têm medo. Porque o doido politizado ele sabe lutar pelos seus direitos e ele é um perigo pra sociedade, porque um doido politizado, até os serviços veem ele como uma ameaça.*

Sua fala mostra que, para ela, o “*doido politizado*” é alguém que se identifica como “*doido*”, ou seja, como pessoa com sofrimento mental que pode estar vulnerável em alguns momentos, mas que, mesmo diante dessa vulnerabilidade, possui um diferencial que o fortalece frente à sociedade, por ser “*politizado*”, propriedade essa que é mencionada com caráter de estima social. Flávia menciona ainda que “*até os serviços veem ele como uma ameaça*”. Os serviços aos quais ela se refere são os serviços substitutivos que, mesmo sendo construídos na perspectiva da reforma psiquiátrica e das diretrizes antimanicomiais, devem manter-se atentos à garantia de tratamento digno para os usuários, pois estão também sendo observados pela ASUSSAM em seu intuito de cumprir com a função de controle social em saúde pública.

Questiona-se, porém, se o que Flávia aponta como tratamento diferenciado seria uma forma de estima social, ou um privilégio pessoal devido à sua posição política que, em suas palavras, é vista como “*ameaça*”. Esse privilégio estaria, portanto, para além da noção de prestígio, apontada por Honneth (2009) como a categoria com a qual “... se deve apreender a medida de estima que o indivíduo goza socialmente quanto a suas realizações e a suas capacidades individuais.” (p. 206). O que queremos dizer é que a forma como Flávia afirma ser tratada pelos serviços de saúde mental não parece ser uma forma universal, tampouco uma forma que garanta valorização de suas particularidades, mas sim uma forma de tratamento na qual sua posição social como militante antimanicomial lhe possibilita certas “*regalias*”, não por ser estimada socialmente, mas por representar alguma “*ameaça*”, por ser alguém que conhece os recursos jurídicos e, por isso, poderia recorrer a eles caso se sinta violada ou

desrespeitada em sua integridade e dignidade. Nesse caso, não se caracterizaria como relação de estima social, mas como relação ao que poderíamos denominar talvez de “*privilégio*”.

Outro depoimento, da mesma entrevistada, possibilita-nos discutir a dimensão da valoração pessoal a partir de ações solidárias constituídas dentro do grupo, e como essa perspectiva solidarística enche de sentidos subjetivos a sua ação política.

*... o sentido disso [de participar politicamente] na minha vida se resumiu a tudo, uma Flávia que nasceu de novo. A tudo mesmo. Porque eu não tinha força de vontade pra viver. Eu já não tinha sonhos mais, e foi onde eu aprendi a sonhar e eu senti que eu ainda tinha valor e que eu poderia fazer alguma coisa pra alguém e pra mim mesma. Então, cada conquista que eu ajudo um usuário, sendo usuária também, pra mim é uma felicidade, ganhei o dia.... Porque um usuário só sente que ele tem valor quando ele consegue fazer um ato pra outro usuário, impedir aquilo que fizeram com ele. Isso aí dá dignidade de falar assim: “Eu consegui ajudar aquele fulano”. Isso aí dá questão de respeito, dignidade. Eu sou uma usuária politizada, eu sei os meus direitos.*

O valor pessoal aparece na fala de Flávia permeado pelo potencial da ação solidária. Honneth (2009) salienta que “... uma pessoa só pode se sentir ‘valiosa’ quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais” (p. 204). Assim, para Flávia, seu valor está justamente na sua capacidade de usar seu conhecimento acerca dos direitos da pessoa com sofrimento mental em favor de outras pessoas, e a isso poderíamos considerar como sentido subjetivo, pois traz elementos de sua subjetividade individual à sua prática sociopolítica.

A fala de Aline mostra que as relações de solidariedade, que proporcionam o desenvolvimento da estima social, estão ligadas às relações afetivas. Ao ser questionada sobre o seu sentimento em relação à sua atual condição de militante política, e ao discutirmos sobre o que tal experiência lhe proporcionou, ela nos responde:

*A: Eu me sinto, assim, com autoestima um pouco mais elevada. O que melhorou em mim foi minha autoestima, de achar que também posso ser uma guerreira...*

*C: O que você acha que ganhou, ou aprendeu com isso?*

*A: Acho que a cuidar do outro. O cuidado que um usuário tem com o outro, isso é muito bom, isso foi muito importante, sabe. Eu aprendi a cuidar das pessoas. Porque eu não tinha esse sentimento antes de entrar. Era muito assim: cada um por si, e se vira. Lá não, quando eu passei mal, vinha um, me dava um copo d’água .... vinha um e passava a mão no meu pulso, fazendo carinho, esquentando a minha pressão. Esse cuidado não é só físico, tem o cuidado do carinho, do afeto. Um cuidado mental também, com a sua cabeça, respeitar quem você é, o que você pensa, te ouvir, às vezes te chamar pra sair. Eu aprendi isso.... Então foi um ganho muito grande pra mim.*

Esse depoimento de Aline aborda as dimensões afetivas e de solidariedade permeadas pelo espaço político. Ao tratar da solidariedade discutida por Hegel, Honneth (2009) aponta que

ela se apresenta como síntese do modo de reconhecimento pelo direito, no sentido do entendimento cognitivo do tratamento igual universal, com o reconhecimento pelo amor, que salienta o vínculo afetivo. As relações solidárias, na concepção de Honneth (2009) “... não despertam somente a tolerância para com a particularidade da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade.” (p. 211). Assim, o “*carinho*” entre os membros do grupo, mencionado por Aline, nos mostra a dimensão afetiva contida na estima social.

Observamos, no entanto, que tal processo de solidariedade se estabelece no interior do grupo, entre os membros da Associação e do movimento antimanicomial. Porém, ainda não se pode falar de uma dimensão de solidariedade como essa que abarque a relação com outros grupos sociais. Ou seja, a solidariedade que pudemos observar está ainda no âmbito intragrupo, não intergrupos. Portanto, não parece alcançar ainda a proposta de Honneth (2009) em relação ao domínio da estima social. Não podemos, porém, desconsiderar a importância que tais relações constituídas dentro dos grupos têm para a subjetividade das pessoas ali envolvidas.

Antônio demonstra como a participação política possibilita o desenvolvimento de habilidades, de características particulares que podem ser potencializadas e usadas em favor do desenvolvimento de todo o grupo, o que possibilita a valorização das capacidades particulares de cada pessoa:

*Essa militância traz isso, esse lugar do usuário se vendo diante de uma situação em que ele pode estar colocando a disposição seu potencial de trabalho intelectual, racional e também todo um investimento no sentido mesmo de explorar essa possibilidade.... de produzir de forma intelectual, social, sociopolítica. Onde ele exercita esse pensar, esse articular, essa mobilização em favor dessa causa que enobrece, que eleva a pessoa.... A gente vê que existe um outro jeito de viver. A gente não está fadado ou destinado à derrota ou ao fracasso.*

Antônio mostra como a aquisição e aprimoramento de habilidades pessoais traz um sentido para a militância, pois, nela, o sujeito põe em prática aquilo que ele tem de potencial em favor do desenvolvimento do grupo. No caso de Antônio, o que ele coloca em prática é o exercício intelectual em favor da ação sociopolítica. A “*causa*” pela qual a luta tem um potencial de “*enobrecimento*” de tornar nobre aquele que nela se insere. Por fim, Antônio demonstra que a possibilidade de contribuir socialmente com suas habilidades lhe abre um horizonte de novas perspectivas de vida, que vai contra uma perspectiva de fracasso pessoal, mas sim de conquista.

*Quando a gente ergue a cabeça.... no sentido de que a gente vai enxergar num horizonte maior. Isso, eu tenho experimentado na minha vida, essa busca que muitas vezes traz muitos desafios e muitos obstáculos a*

*serem superados. É justamente aí que a gente vai encontrando alegria de viver, entusiasmo, motivação, quando a gente vence esses obstáculos, essas situações de crise.*

A superação dos obstáculos e desafios vivenciados no âmbito da luta política fortalece o indivíduo na crença de que pode vencer obstáculos também no âmbito pessoal. A vivência afetiva está, então, diretamente ligada ao processo de aquisição da autoestima, quando Antônio aponta para a “*alegria de viver*” que sente quando percebe a conquista de seus objetivos, sejam esses objetivos pessoais ou comuns ao grupo.

A aquisição de autoestima, portanto, está presente nas relações de solidariedade que se constituem na relação intragrupo, mas, como podemos observar, as relações de solidariedade no espectro social mais amplo ainda está em processo de construção, constituindo-se como um dos alvos da luta antimanicomial. Dessa forma, o conflito social é um motor que mantém a luta antimanicomial e dá sentido à existência da Associação, que tem como principal objetivo a manutenção dos direitos das pessoas com sofrimento mental que, como vimos em diversos depoimentos, ainda vivenciam situações de desrespeito, estigmatização e, por isso, precisam continuar lutando pelo reconhecimento de suas identidades e da livre expressão de suas subjetividades.

A ideia de solidariedade intragrupo aqui apresentada não pode desconsiderar as situações de conflito de opiniões que ocorrem no interior da Associação. A dimensão do conflito está presente na própria constituição do grupo como tal, não apenas na relação do grupo com a sociedade. Na categoria seguinte, ao tratarmos das formas diversas como cada integrante sente que participa da Associação, poderemos perceber tensões que se estabelecem nas relações entre os membros.

### **8.7 O “jeito” pessoal de participar: a capacidade criativa dos sujeitos se colocarem de forma particular dentro de um coletivo**

Apresentamos, nesta categoria, percepções sobre a forma como a participação na Associação é vivenciada pelos seus membros. Não estamos, portanto, abordando aqui a participação política cidadã em todo o escopo que seu conceito abrange, mas estamos observando como cada um sente que contribui no cotidiano da Associação. Uma entrevistada, em seu depoimento, falou sobre o seu “*jeito*” de militar. Essa expressão nos chamou a

atenção, então, para observar o “*jeito*” como os membros da ASUSSAM buscavam participar e contribuir com o grupo.

A fala de Anastácia sobre o seu “*jeito*” de militar nos chamou a atenção para observarmos a dimensão autônoma e criativa dos sujeitos no processo de participação política. Por mais que sejam membros de um grupo com ideais coletivos comuns, cada um se apresenta em sua individualidade e luta por aquilo que acredita de forma singular.

*Tem várias coisas na rede<sup>31</sup> que eu não admito na minha vida, e o jeito também de militar não é o meu jeito... Meu jeito é dedicar todo o meu ser, tudo que me chega, tudo que eu vejo com meus olhos, tudo que eu ouço com meu ouvido, tudo que me vem na mente, tudo que usa as minhas possibilidades, meus sentidos, mostrando alguma coisa a ser feita ou falada... Por exemplo, se eu tenho uma proposta pra passar pelo FOFO<sup>32</sup> [Fórum de Formação] e o FOFO não está entendendo a minha proposta, e se ele não pretende levar à frente, eu vou à frente de outra forma, entendeu? Eu não fico na dependência do que a rede ou as coisas onde eu milito por elas na rede estão mais ou menos que determinadas.*

Anastácia nos mostra que seu “*jeito*” de militar nem sempre coincide com os demais membros do grupo. Ela demonstra que tem suas opiniões e que pretende levar suas propostas à diante, mesmo que sejam divergentes da maioria do grupo. Em reuniões da ASUSSAM, foi possível observar esse movimento de Anastácia. Ela apresenta suas propostas ao grupo e, caso o grupo não concorde, ela mantém a proposta, em seu nome, não em nome da Associação, mas mantém, e apresenta a proposta em outros espaços deliberativos dos quais participa. Nesse caso, o reconhecimento ainda existe, pois, mesmo que o grupo não concorde com uma determinada proposta, a pessoa sente que pode se expressar, e suas opiniões são acolhidas com respeito pelo grupo. Aí identificamos o processo de reconhecimento mútuo. Mesmo com divergências de opiniões, há respeito e acolhimento, o que torna o espaço da Associação, em sua estrutura interna, um espaço de efetivo exercício deliberativo.

Ao falar sobre a sua concepção de política, em sua vivência subjetiva, Anastácia mostra a importância do espaço para manifestação, e ainda nos traz um questionamento sobre o âmbito de atuação da ASUSSAM e do movimento antimanicomial como um todo em relação aos diversos espaços sociais:

*A: Eu tenho movimentos políticos, mas ele não é entrópico, ele é mais centrópico.*

*C: O que é centrópico?*

<sup>31</sup> Consideramos, na fala de Anastácia, quando ela se refere à “rede”, uma referência ao movimento antimanicomial também.

<sup>32</sup> O Fórum de Formação em Saúde Mental (FOFO) é um movimento social constituído por professores e alunos de diversas instituições formadoras mineiras, além de trabalhadores e usuários de Saúde Mental. Comprometido com os princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira, o FOFO visa a debater e modificar a situação atual da formação na área da Saúde Mental.

*A: Centrópico é quando ele está no centro e emana pra fora, o entrópico ele vai fechando.... Isso eu estou te falando de política e o que significa pra mim.... significa que eu estou tendo ação, entendeu? Significa isso. A minha forma de política, que eu chamei de centrópica.... É eu ter espaço para manifestação. Mas espaço para manifestação fora da rede, porque só dentro da rede não adianta ter espaço, senão você fica falando pra você mesmo. Entendeu?*

A política como “*ter ação*”, na fala de Anastácia, nos remete à discussão sobre o termo “*militar*”, exposta por Greco (2001):

*“... militar é, em seu sentido político, “ter atividade” em um movimento ou partido, propagando ativamente uma doutrina política, e o militante é um “membro ativo”, aquele que atua, que participa, que divulga, que circula, que luta, que defende, aquele, enfim, “que dá primazia à ação”. (p. 6).*

Além de mostrar a ação política como potencial para ação, como salienta Greco (2001) Anastácia coloca a ação política no campo do “*espaço para manifestação*”. Teixeira (2001) aborda a distinção entre duas formas de participação política, aquela voltada para os processos decisórios e aquela voltada para expressão. A possibilidade de expressão simbólica, marcando a cena política, é de fundamental importância tanto no processo político que está em jogo, quanto no processo subjetivo, uma vez que tal experiência passa então a constituir esse sujeito em sua subjetividade individual.

Silvana, assim como Anastácia, nos mostra a existência de uma singularidade que se mantém mesmo havendo divergências com o grupo.

*Aí eu encontrei meu bando. Aí eu comecei a tocar em harmonia. Às vezes eu entro em desarmonia, eu sou terceira voz, sou desentoada, às vezes eu desentoo, eu não sou educada, eu sou casca grossa, mas não saio do bando. Eu desafino mais não saio do bando. Dou um tempo, mas tenho um sentido de pertencer. Eu pertença a.... A ASUSSAM é a associação de usuários, então, a ASUSSAM é a minha associação.*

O sentido de pertencimento a um grupo aparece como de fundamental importância no depoimento de Silvana. As divergências com o grupo existem, ela não perde sua singularidade, inclusive, se for necessário se afastar por algum tempo, mas a perspectiva do pertencimento àquele grupo se sobrepõe aos conflitos e sua subjetividade individual se constitui também nesse embate entre suas posturas e das divergências com os colegas. Ao dizer que a ASUSSAM é a sua associação, percebemos que a perspectiva de constituição identitária aí se configura como ponto de relevância no seu processo de participação na Associação, para nossa entrevistada.

Nos depoimentos de José e Aline, observamos a relação do “*jeito*” de participar com a função ou cargo que exercem na entidade. José menciona sua função de Conselheiro Fiscal:

*Eu, como conselheiro fiscal da ASUSSAM agora, como tesoureiro eu preocupava em dar dinheiro, distribuir dinheiro e gastar dinheiro com a ASUSSAM. Eu, como primeiro conselheiro fiscal, não quero saber de nada, quero observar, ver as atas, os momentos, as reuniões. Vou sair daqui agora, não vou fiscalizar, mas tô fiscalizando. Como fiscal estou fiscalizando essas minhas palavras.*

A forma como José menciona sua participação na Associação é ligada à sua função atual no conselho fiscal. Diferentemente de Silvana e Anastácia, que colocaram seu “jeito” de participar da entidade de forma mais ampla, vinculando com o seu jeito de ser, em uma perspectiva que abrange aspectos de suas personalidades, José vincula sua participação à sua função institucionalizada, antes, como tesoureiro, e atualmente, como conselheiro fiscal. Salienta-se que o cargo de conselheiro fiscal, pela natureza da função, já aponta para a possibilidade de conflito, um conflito que pode ser construtivo, no sentido de que, ao fiscalizar, o conselheiro procura ter uma visão crítica em relação ao que se passa na Associação. Aline também comenta sobre sua função na entidade:

*Mesmo que eu sou muito, assim, calada, muito parada, sabe, eu quase não falo nas reuniões. Porque também eu tenho que escrever. Além de ter que escrever, eu tenho que falar uma ideia, um raciocínio, e eu tenho que ouvir o que a pessoa está falando pra escrever corretamente, eu escrevo bem.*

Observamos que, para Aline, a função de redigir as atas das reuniões constitui elemento de sentido subjetivo em sua trajetória. Afinal, ela é escritora, tem poemas e textos escritos, ela se identifica nessa função. Como escreve em um de seus poemas, apresentado em seu material literário, com o qual nos presenteou:

*Monólogo feito de papel e caneta  
Escrever é uma deliciosa solução  
Flutuar leve numa superfície de cristal  
Posso viver na imaginação  
Tornar a realidade suportável  
Não digo que não fui feliz!!!*

Poderíamos inferir que há uma busca de realização de uma identidade que lhe confere autoestima, uma vez que, na função de secretária que redige as atas das reuniões, ela contribui com o grupo a partir de um atributo particular, a facilidade para a escrita. Assim, a identidade pessoal de “Aline secretária”, como aquela que redige as atas das reuniões, vai ao encontro da “Aline escritora”, e isso pode propiciar sentido subjetivo à suas ações na entidade.

Por fim, Antônio nos mostra, em seu depoimento, outra concepção do “jeito” de participar. Ele aponta para o “jeito” coletivo, a organização coletiva como estratégia de ação no mundo:

*Nesse momento, a gente percebe que existe um jeito de lutar que traz resultados. Essa organização, esse movimento social se fazendo protagonista, integrando a sociedade num sentido mesmo de possibilitar com que o mundo encontre um caminho onde as pessoas que estão excluídas, a margem, vão encontrando um lugar na sociedade. O movimento social traz um jeito de ser que vai justamente na contra mão do sistema organizado para excluir, alertando e fazendo com que essa sociedade consumista, esse mercado excludente e gerador de lucro possa, pelo menos a gente [possa] contribuir para que haja uma mudança, mesmo que seja a longo prazo.*

Nesta categoria, portanto, buscamos nas expressões dos entrevistados encontrar o que eles compreendiam como sendo um “*jeito*” possível de atuar junto ao grupo ao qual pertencem, com o objetivo comum da ação política emancipatória, de busca por transformação social. Observamos as saídas particulares que cada um encontra para sentir-se, não apenas incluído, mas como um integrante relevante, útil ao grupo. Assim, percebemos a capacidade criativa de elaboração dos sujeitos na busca por constituição de sentidos subjetivos em suas ações políticas.

## **8.8 Reabilitação psicossocial e perspectivas para o futuro**

Apresentamos, por fim, os aspectos da participação política que poderíamos identificar como elementos que transformam a vida cotidiana das pessoas envolvidas, demonstrando que tal processo pode estar presente em movimentos de mudança pessoal. Observamos, também, como a possibilidade de vislumbrar perspectivas futuras, tanto em suas vidas particulares quanto para a sociedade como um todo, são elementos importantes presentes no processo de participação política.

Consideramos essa perspectiva de transformação ampla em aspectos diversos das vidas das pessoas como uma perspectiva reabilitadora da participação política. Não falamos de uma reabilitação “*ortopédica*”, que visa à recuperação de faculdades físicas ou psíquicas daqueles considerados incapacitados (Pitta, 2001). Trata-se de uma concepção de reabilitação baseada no modelo de contratualidade (Saraceno, 2001b), no qual o processo de reabilitação é considerado como “... um processo de reconstrução, um exercício de cidadania e, também, de plena contratualidade nos três grandes cenários: habitat, rede social e trabalho com valor social.”<sup>33</sup> (p. 16). Kinoshita (2001) aponta a questão da reinserção social como “problema de

---

<sup>33</sup> Saraceno (2001a) especifica os três eixos sobre os quais se pode construir a capacidade contratual dos usuários de serviços de saúde mental no livro “Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível” (2001).

produção de valor, referido aos pacientes.” (p. 55). Assim, parte-se do pressuposto de que a precondição para relações de troca, no universo social, seria o valor atribuído a cada indivíduo. A esse valor pressuposto o autor denomina poder contratual. A reabilitação, portanto, seria a reconstrução desses valores sociais de modo a aumentar o poder contratual das pessoas com sofrimento mental, criando condições para que elas possam participar das trocas sociais, “... modificar de um pressuposto de desvalor natural para um pressuposto de valor possível.” (Kinoshita, 2001, p.56). Tal concepção de reabilitação nos possibilita uma articulação com a Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009), ao considerar a questão da valorização de indivíduos em suas atribuições particulares pela comunidade de valores, possibilitando desenvolvimento de estima social a partir de possíveis contribuições à sociedade, independente do grupo ao qual o indivíduo é identificado como sendo parte. Tal proposta pode, ainda, ser relacionada às propostas de Fraser (2007), no que tange à ênfase na possibilidade de participação das pessoas como membros integrais em uma interação social.

Apresentaremos o depoimento de Antônio, que, como ele mesmo diz, “*resume*” a articulação que podemos perceber que se estabelece entre os diversos espaços de interação social dos sujeitos, incluindo o espaço político:

*A gente tem esse trabalho como um organizador mesmo da vida da gente. Pelo menos a militância traz pra mim esse sentido de resumir as coisas.... No sentido de que colabora para que eu possa estar me inserindo na sociedade e fazendo um trabalho que, ao me ajudar a me inserir e me encaminhar na vida, no sentido de ajudar no experimento das coisas, contribui para que eu veja com mais clareza as coisas. Isso resume, assim, faz um compilamento que facilita uma vivência em família, na sociedade.... é como uma reabilitação também. Esse resumo, assim, essa questão de abordar na minha vida questões que às vezes eram complicadas e, no momento que vou participando da militância, e o acompanhamento médico e as atividades do centro de convivência, então eu vou enxergando as coisas com clareza. Facilitou, de certa forma, essa vivência, esse cotidiano.... as coisas vão se encaixando nos lugares, como um quebra-cabeças, mesmo.*

Antônio nos apresenta, assim, a noção de subjetividade individual de González-Rey (2005a), ao demonstrar, como as vivências em diversos espaços sociais de sua vida – família, Centro de Convivência, militância antimanicomial etc. – vão se entrecruzando como a montagem de um quebra-cabeça. Assim, vão produzindo elementos de sentido subjetivo e, como no caso dele, puderam se constituir em ação política. As relações sociais, afetivas e políticas que podem se constituir ao longo do processo de participação política aumentam, usando termos de Saraceno (2001b), o poder contratual, ou seja, a capacidade de realizar trocas sociais em diversos âmbitos da vida da pessoa. Como pudemos identificar na fala de Antônio, ele buscou abordar questões de sua experiência pessoal que lhe eram “*complicadas*” a partir do momento em que se propõe a se inserir socialmente através da militância, sendo

essa, uma das formas encontradas por ele para lidar melhor consigo mesmo, além do tratamento médico, o que ele não negligencia como importante.

Greco (2001) chama a atenção, no entanto, para o furor reabilitador das práticas em saúde mental, no qual “... os cuidadores, em seu afã reabilitador, podem estar ‘tiranizando’ os pacientes com relação aos seus ‘direitos’ e criando, de fato, um ‘dever’ de cidadania que acaba passando por uma pedagogia que se esforça por ajudá-los a adquirir competências sociais.” (p. 116). Dessa forma, a reabilitação psicossocial estaria “*surda*” à dimensão do sujeito. O autor salienta, ainda, a visão de alguns profissionais da saúde mental, militantes, ao lutarem pela reabilitação e aquisição de cidadania dos usuários, acaba por considerar que qualquer recusa por participar é uma forma de “resistência dos pacientes ao que poderia ajudá-los” (p. 117). Ao abordarmos, porém, a dimensão da subjetividade na participação política, observamos que a ação política é acompanhada de sentidos subjetivos individuais e sociais e que, dessa forma, a não participação não poderia ser considerada de modo generalizado como mera resistência. Portanto, queremos dizer que nem todo processo de reabilitação levará à motivação para a participação política cidadã na forma como nossos entrevistados o fazem. Cada sujeito há de encontrar seu caminho para exercer a cidadania e autonomia através de atividades sociais que façam sentido para ele.

Outro importante fator subjetivo que pudemos identificar como relacionado à participação política e à reabilitação em uma perspectiva cidadã é o potencial que a luta coletiva tem de propiciar projeções de futuro carregadas de esperança em dias melhores. Antônio aponta que a participação política:

*É uma contribuição que dá sentido à vida. Faz o papel de uma coisa que se insere na minha vida pra retomar muitas coisas, muitos projetos. E fazer um planejamento, uma projeção para o futuro, enquanto intenções e projeções mesmo pra que eu possa estabelecer na minha vida algumas metas, alguns objetivos que vão se tornando reais. À medida que a gente vai adentrando nesse mundo novo, reorientando, numa vida que tinha sido desorganizada e vai agora se reencontrando.*

Ter a chance de reorganizar a vida, de realizar projetos que foram, de alguma forma, interrompidos em função dos processos de sofrimento mental, isso constitui sentido subjetivo e demonstra como a participação política pode propiciar autorrealização. Uma autorrealização que não está apenas no sentido pessoal, mas sociointeracional, ou seja, uma autorrealização que permite ao sujeito interagir socialmente, nas relações afetivas, jurídicas e comunitárias. Como o depoimento de Antônio continua a nos mostrar:

*Essa experiência de participação sociopolítica traz situações onde a gente vê que tem um jeito, uma saída para o sofrimento mental também nessa luta social. Fazer esse percurso da militância interfere de forma muito determinante também na questão do enfrentamento do sofrimento mental. A gente vai encontrando ao longo do caminho as maneiras de lidar com as crises, as situações de instabilidades, de desequilíbrio. Quando se torna difícil a vida, quando não flui de forma satisfatória toda uma questão emocional, psicológica e afetiva, a gente encontra na militância um caminho de resposta. Um caminho onde a gente vai colocar as nossas energias nesse sentido, então você desvia um pouco o foco dessa crise e se encontra numa outra vertente um caminho de experimentar outras realidades, cada passo dado, cada ação promovida dentro da luta social traz esperanças de mudança, de que existem respostas, é possível superar as questões de instabilidade.... Eu acho que a questão do sofrimento mental tem que se reorganizar e essa reorganização é justamente encontrar formas de superação, formas de encontro com outras pessoas, pra construir algo que, sendo coletivo, vai ser solução também pro individual.*

A fala de Antônio remete à importância da ação coletiva como força motriz que pode impulsionar conquistas individuais, de habilidades para lidar com suas próprias dificuldades, no aspecto emocional. Ao “desviar o foco” em relação às crises psíquicas, focar na militância e perceber as conquistas coletivas, o sujeito vai encontrando possibilidades de realizar também conquistas pessoais, como ele diz, superando a instabilidade, que é caracterizada por gerar grande insegurança nos sujeitos. Ao tirar o foco do sofrimento mental e se colocar como sujeito ativo politicamente no mundo, é possível a metamorfose da identidade e constituição de um projeto de emancipação.

Antônio ainda nos diz da perspectiva da esperança que a luta social permite que se aflore nas pessoas. Observamos a dimensão da esperança como elemento de sentido e motivação para outros entrevistados também, como Silvana:

*São três coisas que me salvam da palavra ruim: a grande fé em Deus, o respeito pelas pessoas.... e a esperança em dias melhores. Por isso, tem a luta, você tem a luta para ver se você contribui com um pontinho na transformação do mundo. Se você ficar parada, o mundo continua a girar, mas vai girar de acordo com as cabeças que estiverem dirigindo o mundo, e você com a sua pouca força, quem sabe, pode mudar a atitude de algumas pessoas.*

Mais uma vez, a projeção para o futuro expressa no sentimento de esperança aparece como elemento de sentido no processo de participação política. A esperança vem acompanhada de uma parcela de busca por estima social, uma vez que, para Silvana, através da luta ela se torna capaz de contribuir com a sociedade. Fé em Deus e respeito pelas pessoas, aliados à esperança constituem o tripé da subjetividade individual que Silvana nos apresenta, como valores essenciais à vida.

Encerramos nossos depoimentos com o de Flávia, que, mais uma vez, demonstra a importância da capacidade de visualizar e projetar futuros diferentes, mesmo em situações de constrangimento e de potencial impedimento de tal habilidade devido a circunstâncias opressoras:

*F: Tem um texto que eu queria deixar: “faz escuro, mas eu canto, porque o amanhã vai chegar”.*

*C: Isso representa um pouco a sua trajetória?*

*F: Representa. Representa a trajetória de todos os pacientes daquele hospital do IPSEMG. Faz escuro mais eu canto, porque o amanhã vai chegar. Eu tô internada, mas eu sei que o amanhã, ele vai chegar.*

Assim, Flávia nos brinda, de forma poética, com a ideia de que a esperança no futuro e nas possibilidades de emancipação são elementos importantes que constituem sentidos subjetivos à trajetória de quem passa por situações de opressão. Ela se refere não apenas a ela individualmente, tampouco àqueles que são militantes do movimento antimanicomial, mas sim a todos aqueles que tiveram de passar por situações de desrespeito e impedimento do exercício de sua autonomia através das experiências de internação psiquiátrica.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, durante o processo de pesquisa, nos aproximar do fenômeno da participação política das pessoas com sofrimento mental através de um contato intenso com os membros da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais (ASUSSAM/MG). Buscamos identificar as subjetividades que ali se manifestavam e entender quais seriam os sentidos subjetivos envolvidos na experiência de participação política daquelas pessoas em suas atuações políticas na referida Associação.

Para tanto, buscamos identificar os elementos de sentido subjetivo implicados no processo de participação política e apresentar possíveis zonas de sentido relacionadas à participação política das pessoas no espaço estudado. Acreditamos que foi possível estabelecer articulações teóricas entre a Teoria do Reconhecimento (Honneth, 2009) e a Teoria da Subjetividade (González Rey, 2005a) em relação à experiência de participação política. A Teoria do Reconhecimento de Honneth (2009), ao propor uma discussão que articula elementos afetivos e subjetivos aos processos políticos, e a Teoria da Subjetividade de González Rey (2005a), que compreende a dimensão dialética entre subjetividade individual e social, permitiram um diálogo pertinente para compreender os sentidos subjetivos relacionados ao processo de participação política dentro da perspectiva teórica da Psicologia Social.

Para atingir nosso objetivo, inicialmente, elaboramos uma apresentação descritiva da ASSUSSAM/MG que desenvolvemos a partir de consultas a documentos normativos da entidade e através dos dados coletados nas observações nas reuniões e outros eventos frequentados pelos membros do grupo. Dessa forma, foi possível constatar o exercício da participação política cidadã através da prática do associativismo na sociedade civil organizada, exercendo o controle social em políticas públicas de saúde mental. Em relação à percepção dos membros da ASSUSSAM/MG sobre aspectos institucionais da Associação, pudemos ver que há críticas internas, eles conhecem as limitações da entidade e isso leva à busca pelo desenvolvimento da autonomia da entidade, promovendo sua emancipação como organização da sociedade civil na busca pela efetivação da participação política cidadã.

Na intenção da compreensão dos sentidos subjetivos envolvidos na participação política, organizamos todas as informações que recolhemos ao longo do processo de observação participante e das dinâmicas conversacionais em categorias, as quais se configuraram como zonas de sentido que nos permitiram delinear agrupamentos de elementos de sentidos que puderam ser discutidos como elementos relacionados às experiências subjetivas de

participação política. Para organizarmos as categorias, consideramos aspectos da Teoria do Reconhecimento para orientar nossa discussão e, assim, atingir o objetivo de articulação entre aspectos da Teoria do Reconhecimento com aspectos da Teoria da Subjetividade.

Dessa forma, os elementos subjetivos que consideramos relevantes na experiência de participação política podem ser assim apresentados:

1 - a partir da análise de como cada pessoa começou seu envolvimento com os grupos organizados do movimento antimanicomial, seja a ASUSSAM, sejam outras entidades, foi possível observar a importância do envolvimento prévio das pessoas com outras pessoas também militantes, sejam profissionais, sejam outros usuários, bem como com os serviços substitutivos de saúde mental. A subjetividade social de tais espaços passa a integrar a subjetividade individual de cada membro do grupo, e, em um processo dialético, a subjetividade individual dos membros estaria presente na construção da subjetividade social da Associação;

2 - observou-se que os entrevistados começaram seus relatos falando sobre como eram ou como se percebiam antes de iniciarem sua trajetória de participação política, em termos de seu estado de saúde mental e de sua identidade, apontando para episódios de crises, internações psiquiátricas, uso abusivo de medicações, situações diversas de sofrimento mental. Assim, o envolvimento político proporcionou produção de sentidos subjetivos em momentos de vida de crises e rupturas, levando a um processo de reconstrução e metamorfose de suas identidades. Não queremos aqui inferir que a participação política seria praticamente um “tratamento” de saúde mental capaz de estabilizar os usuários. Tampouco que foi o processo de participação política o fator único responsável por mudanças nas posições subjetivas desses sujeitos. Apenas estamos nos referindo ao fato de que, como coloca González Rey (2011), momentos de rupturas são momentos em que os sujeitos buscam produzir sentidos às suas experiências e a perspectiva de ação política proporcionou efeitos tanto sociais, quanto pessoais para essas pessoas em seus processos de construção identitária;

3 - as experiências de desrespeito vividas no âmbito afetivo e o sentimento de indignação moral, como marcas afetivas, podem, por um lado, gerar intenso sofrimento e quase aniquilamento do sujeito, mas, por outro lado, torna-se possível a construção sociopolítica de tal experiência através da participação política e da luta social;

4 - as experiências afetivas que constituem a subjetividade das pessoas marcam profundamente sua atuação sociopolítica. Identificamos que os membros da Associação trazem valores e crenças construídos em suas histórias de vida, que acompanham a

experiência política para cada sujeito. Observamos, ainda, o estabelecimento de relações afetivas dentro do grupo, do movimento social, e como isso proporciona desenvolvimento de autoconfiança. Identificamos que a forma como os usuários percebem a relação das pessoas com sofrimento mental com a sociedade é divergente, apontando para experiências afetivas diversas vivenciadas por cada pessoa em seu âmbito relacional;

5 - quanto à conquista de direitos e as relações no âmbito jurídico, pudemos perceber que as vivências podem ser bastante variadas. A prática da aquisição de direitos, como vimos no exemplo da aquisição do benefício do INSS, pode propiciar tanto desenvolvimento de autonomia, realização de planos pessoais e até de autoestima, como pode também ser tornar um processo de desrespeito, vivenciado como humilhante e, contraditoriamente, então, levar ao sentimento de vergonha. Dessa forma, os sentidos subjetivos relacionados a tal experiência podem ser paradoxais. É preciso salientar que estamos falando aqui do procedimento prático da aquisição de um direito social específico na vida cotidiana dessas pessoas. Não nos referimos ao processo de luta por reconhecimento no âmbito jurídico. Percebemos aí as possibilidades de um reconhecimento perverso (Lima, 2010) no plano institucionalizado da aquisição de direitos sociais e como as diferentes dimensões do reconhecimento podem não estar sempre andando juntas (Mendonça, 2009b), por exemplo, a prática institucionalizada que visaria à aquisição do reconhecimento mútuo no âmbito das relações de direito pode estar em descompasso com o reconhecimento no âmbito da estima social;

6 - as relações de solidariedade, como pudemos observar, estabelecem-se no interior do movimento social, propiciando sentimentos de valorização pessoal, de contribuição social, desenvolvimento de habilidades pessoais que podem ser utilizadas a favor do desenvolvimento do grupo, propiciando, portanto, algum desenvolvimento de autoestima. Esse aspecto pode ser também um elemento de sentido subjetivo forte, uma vez que as relações sociais estabelecidas em tal contexto social permitem que a pessoa se sinta valorizada em seus atributos próprios, e, dessa forma, a ação política adquire caráter emocional e simbólico. Observa-se, porém, que, se considerarmos a sociedade de forma integral, com os diversos grupos que a compõem, a estima social, em termos simétricos, ou seja, a possibilidade de atingir a estima por seus atributos particulares, para as pessoas com sofrimento mental, seria algo ainda em construção. A conquista da autorrealização, como é a proposta do reconhecimento em Honneth (2009), torna-se algo pouco tangível para ser analisado. O que pudemos identificar foram alguns indicadores de aquisição de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, a partir de alguns relatos e de observações;

7 - procuramos observar a forma como os membros da Associação percebem que podem contribuir através de suas ações sociopolíticas. Usamos o termo “jeito” de participar, apresentado por uma de nossas entrevistadas. Consideramos que o “jeito” como cada um atua seja na Associação, seja na sua atuação política mais ampla, configura-se como sentido subjetivo, pois cada um dá significação própria à sua ação, seja vinculando-a a sua função institucional, seja apontando para a relevância da manifestação pública, de qualquer maneira, as pessoas atribuem sentidos à sua participação e atuam de acordo com os sentidos que se configuram para cada uma e, dialeticamente, os sentidos que vão sendo construídos se configuram a partir das ações sociopolíticas empreendidas. Percebe-se, assim, que posições contraditórias e conflitantes podem se estabelecer dentro do grupo, o que não impede que práticas deliberativas e consensos sejam atingidos em prol do interesse coletivo;

8 - por fim, demonstramos que a prática da participação política transformou os cotidianos dessas pessoas, possibilitou circulação em espaços novos, proporcionou desafios a serem enfrentados que levaram a reposicionamentos subjetivos e propiciou o vislumbrar de novos horizontes para o desenvolvimento social.

Com esta dissertação, procuramos apreender os aspectos subjetivos que estão intrínsecos aos aspectos sociopolíticos na dinâmica das lutas sociais. Cada zona de sentido subjetivo apresentada abre novos campos de estudo amplos e diversos. Esperamos que os resultados não sejam interpretados de forma a entender que a participação política seria uma forma possível de “tratamento” para as pessoas com sofrimento mental. Os aspectos subjetivos e emocionais, como vimos em González Rey (2005a) e seu conceito de subjetividade social, estão presentes em todos os processos sociopolíticos. Honneth (2009) também chama a atenção para essa questão, criticando as construções acadêmicas que focam apenas nos aspectos objetivos da realidade social que vislumbram os interesses de grupos e as distribuições de recursos materiais como elementos para analisar os fenômenos sociopolíticos.

É preciso salientar que, apesar do enfoque nos aspectos da subjetividade envolvidos na ação política, não desconsideramos os ganhos políticos e sociais que a ASUSSAM, em sua função de representante da sociedade civil organizada, vem alcançando com seu trabalho. Seus integrantes estão inseridos em espaços políticos de deliberações públicas importantes, como Conselhos e Conferências de políticas públicas, sobretudo de saúde, levando, assim, as suas posições em relação à temática da saúde mental e da dignidade da pessoa com sofrimento mental às instâncias políticas de tomada de decisões. Além disso, a ASUSSAM/MG

desenvolve projetos de orientação aos usuários de serviços de saúde mental, participa de diversos fóruns relacionados à defesa dos direitos humanos que emergem na esfera pública, aproximando-se de movimentos sociais que não focam necessariamente na saúde mental, mas que também lutam por inclusão e reconhecimento de grupos excluídos e que buscam a garantia dos direitos humanos. Os integrantes da Associação também estão inseridos em grupos e atividades artísticas, apresentando-se na cidade e, através da linguagem da arte demarcam lugares na cena pública. Ou seja, a entidade tem sido ativa e propositiva em suas ações políticas, mesmo considerando sua estrutura ainda modesta, com poucos recursos humanos e financeiros envolvidos, ela busca exercer sua função de controle social do Estado e do mercado, através de uma visão crítica em relação aos processos sociais, políticos, econômicos e culturais que envolvem a questão do sofrimento mental em nossa sociedade.

Esperamos, portanto, contribuir para a compreensão do fenômeno da participação política como um processo que não envolve apenas interesses econômicos e relações de poder, mas também projetos de emancipação que perpassam o campo subjetivo e sociopolítico, possibilitando, através das relações sociais, a construção de sentidos subjetivos nas diversas ações sociais que cada pessoa empreende em sua vida.

## REFERÊNCIAS<sup>34</sup>

- Abou-Yd, M. (2008). Introdução. In K. Nilo, M. A. B. Morais, M. B. Guimarães, M. E. Vasconcelos, M. T. G. Nogueira & M. Abou-Yd (Orgs.). *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia*. (pp. 11-14). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.
- Álvaro, J. L. & Garrido, A. (2006). *Psicologia social – perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Amarante, P. (1995). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Asussam/MG. (n/d). Estatuto da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais. Belo Horizonte. Biênio 2010/2012.
- Asussam/MG. (n/d). Regimento interno da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Avritzer, L. (2007). Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, 50(3), 443-464. Recuperado em 20 de Agosto de 2010, de <http://redalyc.uaemex.mx/>
- Avritzer, L. & Costa, S. (2004). Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, 47(4), 703-728.
- Baságlia, F. (1972). A Instituição da violência. In *La institucion negada* (J. Pomar, trad.). Barcelona: Barral Editores.
- Belo Horizonte. (2003). *Resolução CMS/BH – 105/03*. Conselho Municipal de Saúde. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Recuperado em 30 de janeiro de 2012, de [portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?...res](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?...res).
- Bosi, E. (2003). *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009). *Jornal MDS*, 18. Brasília, DF: Ascom.

---

<sup>34</sup> De acordo com o estilo APA – American Psychological Association.

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2012). *Benefício de prestação continuada*. Recuperado em 07 de outubro de 2012, de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc>.
- Calder, G. (2011). Disability and Misrecognition. In S. Thompson, & M. Yar (Eds.). *The Politics of Misrecognition*. pp. 105-124. ASHGATE.
- Caldeira, P. (2008). *Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Castel, R. (1978). *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo* (2a ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Castro, A. M. (2008). Fórum Mineiro de Saúde Mental: a alegria e a coragem de se fazer política. In K. Nilo, M. A. B. Morais, M. B. Guimarães, M. E. Vasconcelos, M. T. G. Nogueira & M. Abou-Yd (Orgs.). *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia*. pp. 221-228. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.
- Ciampa, A. C. (1989). Identidade. In S. Lane & W. Codo (Orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. pp. 58-75. São Paulo: Brasiliense.
- Ciampa, A.C. (1994). *A estória do Severino e a história da Severina*. (4a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. (n/d). *Eleita nova diretoria da ASUSSAM-MG*. Recuperado em 30 de janeiro de 2012, de: <http://www.crp04.org.br/GeraConteudo.asp?materialID=1631>.
- Costa, J. F. (1981). *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. (3a ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- Cunha, M. C. P. (1988). *O espelho do mundo: Juqueri, a história de um asilo*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Dagnino, E. (2004) Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In M. Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. (pp. 95-110). Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

- Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ewald, A. P. & Soares, J. C. (2007). Identidade e subjetividade numa era de incerteza. *Estudos de Psicologia*, 12(1), 23-30.
- Ferreira, S. M. S., Lopes, M. R., Sena, R. S., Carvalho, V. R. & Braga, P. R. (2008). Loucura e Cidadania. In K. Nilo, M. A. B. Moraes, M. B. Guimarães, M. E. Vasconcelos, M. T. G. Nogueira & M. Abou-Yd (Orgs.). *Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia*. pp. 229-233. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.
- Fórum de Formação em Saúde Mental/MG. (n/d). Recuperado em 10 de outubro de 2012, de <http://fofo-mg.blogspot.com.br>.
- Foucault, M. (2003). *História da loucura na Idade Clássica*. (7a ed.). São Paulo: Perspectiva.
- Fraser, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In J. Souza (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a Teoria Democrática Contemporânea*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fraser, N. (2003). Social Justice in the age of identity politics: Redistribution, recognition, and participation. In: N. Fraser & A. Honneth. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. pp. 07-109. Londres/Nova York: Verso.
- Fraser, N. (2007). Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, (70), 101-138.
- Fraser, N. (2008). *Scales of justice: Reimagining political space in a globalizing world*. pp. 12-29. New York: Columbia University Press.
- Funaro, V. M. B. et al. (2009). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso. Parte II (APA)*. (2a ed.). São Paulo: Sistema Integrado e Bibliotecas. Universidade de São Paulo.
- Gallert, A. Z. (2010). *A produção de sentidos subjetivos dos professores no enfrentamento das adversidades da docência*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Brasília. Brasília. Recuperado em 15 de janeiro de 2012, de <http://biblioteca.fe.unb.br/pdfs/2010-03-191119adrianagallert.pdf>.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Goffman, E. (2004). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4a ed.). (Trad. M. Lambert). Recuperado em 20 de julho de 2011, de: <http://www.se-rj.com.br/IBMR/TEXTOS%20IBMR/institucional2011sem01noite/ESTIGMA.pdf>. (Trabalho original publicado em 1988).

Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.

González Rey, F. L. (2004). *Personalidade, saúde e modo de vida*. São Paulo: Thomson Learning.

González Rey, F.L. (2005a). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.

González Rey, F. L. (2005b). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.

González Rey, F. L. (2011). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. (Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia). São Paulo: Cortez.

Goulart, M. S. B. (2006a). A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 1(1), 01-19. Recuperado em 22 de setembro de 2011, de [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/A\\_Construcao\\_da\\_Mudanca\\_nas\\_Instituicoes\\_Sociais...-MSB\\_Goulart.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalapip/A_Construcao_da_Mudanca_nas_Instituicoes_Sociais...-MSB_Goulart.pdf).

Goulart, M. S. B. et al. (2006b). Instituto Raul Soares: o hospital psiquiátrico na reforma. Apresentação de dados preliminares. In III Simpósio de Saúde Mental: pesquisar e intervir para transformar. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Goulart, M. S. B. (2007). *As raízes italianas do movimento antimanicomial*. (Coleção Histórias da Psicologia no Brasil). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Goulart, M. S. B. (2009). Teoria Crítica em Habermas: diálogos com Psicologia Social. *Temas em Psicologia*. (Número especial: História da Psicologia), 17 (1). Recuperado em 10 de agosto de 2012, de <http://www.sbponline.org.br/revista2/vol17n1/v17n1a19t.htm>.

- Goulart, M. S. B. (2010a). Democracia e psicologia social crítica. *Psico*, 41(3), 317-324. Recuperado em 10 de outubro de 2012, de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8161/5851>.
- Goulart, M. S. B. (2010b). Em nome da razão: quando a arte faz história. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano*, 20 (1), 36-41. Recuperado em 15 de janeiro de 2010, de <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rbcdh/v20n1/06.pdf>.
- Greco, M. G. (2001). Dançando em gelo liso entre a clínica e a política. In A. Quinet (Org.), *Psicanálise e Psiquiatria, controvérsias e convergências*. pp. 111-120. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Grunpeter, P. V., Costa, T. C. & Mustafá, M. A. M. O Movimento da luta antimanicomial no Brasil e os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais. (2007) In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. (pp. 511-520). Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Habermas, J. (1983). Participação política. In F. H. Cadoso & C. E. Martins. *Política e Sociedade*. (pp. 375-388). São Paulo: Cia Editora Nacional.
- Habermas, J. (1990). Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. *Novos Estudos CEBRAP*, (26), 100-113. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Histórico da RENILA (n/d). *Observatório de Saúde Mental e Direitos Humanos*. Recuperado em 23 de abril de 2012, de <http://osm.org.br/osm/sobre>.
- Honneth, A. (2003). Redistribution as recognition: a response to Nancy Fraser. In N. Fraser & A. Honneth. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. (pp. 110-197). Londres/Nova York: Verso.
- Honneth, A. (2009). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (2a ed.). São Paulo: Editora34.
- Jardim, L. (2011). A democracia e suas concepções. In Curso de atualização do Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Projeto Democracia Participativa. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

- Kinoshita, R. T. (2001). Contratualidade e reabilitação psicossocial. In A. Pitta (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. (2a ed., pp. 55-59). São Paulo: Editora Hucitec.
- Lane, S. T. M. (1989). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M Lane & W. Codo. *Psicologia social: o homem em movimento*. (7a ed., pp. 10-19). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lijphart, A. (1971). Comparative politics and comparative method. *The American Political Science Review*. 65, 682-693.
- Lima, A. F. (2010). *Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica*. São Paulo: FAPESP, EDUC.
- Lista CID 10*. (n/d). Recuperado em 15 de janeiro de 2010, de: <http://www.medicinanet.com.br/cid10.htm>.
- Lobosque, A. M. (2001). *Experiências da loucura*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Lord, L. (2007). Distinções entre a esfera pública habermasiana e os espaços públicos brasileiros. In E. Dagnino & L. Tatagiba (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. (pp.453-473). Chapecó, SC: Argos.
- Manifesto de Bauru* (1987). Recuperado em 07 de abril de 2012, de: [http://www.pol.org.br/lutaantimanicomial/index.cfm?pagina=carta\\_de\\_bauru](http://www.pol.org.br/lutaantimanicomial/index.cfm?pagina=carta_de_bauru).
- Marques, A. F. (2010). *Eu músico: configurações subjetivas a duas ou três vozes*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Recuperado em 13 de julho de 2012, de [http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7111/1/2010\\_AliceFariasdeAraujoMarques.pdf](http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/7111/1/2010_AliceFariasdeAraujoMarques.pdf).
- Mattos, P. C. (2006). *Sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume.
- Mead, George Herbert. (1968) *Espírito, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social*. Buenos Aires: Paidós.

- Mendonça, R. F. (2009a). Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (70), 143-157.
- Mendonça, R. F. (2009b). *Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção em Saúde Mental. (2006). *Saúde em Casa*. M. E. de Souza (Coord.). Belo Horizonte. Recuperado em 10 de março de 2011, de [http://www.fasa.edu.br/images/pdf/Linha\\_guia\\_saude\\_mental.pdf](http://www.fasa.edu.br/images/pdf/Linha_guia_saude_mental.pdf).
- Monteiro, R. A. & Castro, L. R. (2008) A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. *Psicologia Política*, 8 (16), 271-284.
- Moreira, V. (2007). *De Carl Rogers a Merleau-Ponty: a pessoa mundana em psicoterapia*. São Paulo: Annablume.
- Mostra de Arte Insensata (2012). *Sobre a Mostra*. Recuperado em 13 de agosto de 2012, de: <http://www.pbh.gov.br/smsa/mostradearteinsensata/sobre.php>.
- Neto, W. L. B. S. (2008). As relações entre esfera pública e democracia no pensamento de Jürgen Hebermas. *Direito, Estado e Sociedade*, (32), 219-238.
- Neves, V. F. A. (2006). Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados. *Pesquisas e práticas psicossociais*. 1(1), 01-17.
- Nobre, M. & Repa, L. (2003, 11 de outubro). Honneth esquinha déficit sociológico. Recuperado em 19 de setembro de 2011, de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u37729.shtml>. *Folha Online*.
- Nobre, M. (2009). Apresentação. In A. Honneth. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. (2a ed., pp.7-19). São Paulo: Editora34.
- Passos, I. C. F. (2009). *Loucura e Sociedade: discursos, práticas e significações sociais*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods*. (3a ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

- Pelbart, P. P. (1990). Manicômio mental: a outra face da clausura. In A. Lancetti (Org.). *Saúde Loucura 2*, 130-138. São Paulo: Hucitec.
- Penna, C. (2010). Democracia e participação política: problematizando conceitos e categorias na análise das democracias latino-americanas. *Mediações*. 15(2), 282-303. Recuperado em 09 de abril de 2012, de [http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/62562\\_7143.PDF](http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/62562_7143.PDF).
- Pereira, M. A. G. (2007). Modelos democráticos deliberativos e participativos – similitudes diferenças e desafios. In E. Dagnino & L. Tatagiba (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. (pp. 421-452). Chapecó, SC: Argos.
- Pereira, M. A. G. & Carvalho, E. (2008). Boaventura de Souza Santos: por uma nova gramática do político e do social. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. (73), 45-58. São Paulo. Recuperado em 23 de maio de 2011, de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100002).
- Pereira, G. M. S. & Neto, J. B. (2008). *Refugiados no Brasil: identidade e subjetividade*. In XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, MG. Recuperado em 20 de setembro de 2012, de: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008\\_977.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/ABEP2008_977.pdf).
- Pitta, A. (2001). O que é reabilitação psicossocial no Brasil, hoje? In A. Pitta (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. (2a ed., pp.19-30). São Paulo: Editora Hucitec.
- Propostas dos usuários dos serviços de saúde mental de Minas Gerais para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental e para a Nacional*. (2010). Recuperado em 05 de setembro de 2011, de <http://forumsaudemental.blogspot.com.br/2010/03/propostas-dos-usuarios-dos-servicos-de.html>
- Regimento da IV Conferência Estadual de Saúde Mental*. (2010). Recuperado em 19 de janeiro de 2012, de [http://www.saude.mg.gov.br/politicas\\_de\\_saude/saude-mental/IV%20CESMMG%20-%20Regimento.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/politicas_de_saude/saude-mental/IV%20CESMMG%20-%20Regimento.pdf).
- Relatório final da II Conferência Municipal de Saúde Mental do município de Belo Horizonte*. (2001). Recuperado em 13 de agosto de 2012, de <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=32055&chPlc=32055&&pIdPlc=&app=salanoticias>.
- Ribeiro, D. et al. (2008). Suricato: um mosaico de sonhos. In K. Nilo, M. A. B. Moraes, M. B. Guimarães, M. E. Vasconcelos, M. T. G. Nogueira & M. Abou-Yd (Orgs.). *Política de saúde*

- mental de Belo Horizonte: o cotidiano de uma utopia.* (pp. 235-236). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.
- Rogers, C. R. & Rosenberg, R. L. (1977). *A pessoa como centro*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.
- Rotelli, F. (1990). A instituição inventada, In Nicácio M. F. *Desinstitucionalização*. (pp. 89-99). São Paulo: Hucitec.
- Rotterdam, E. (2002). *Elogio da loucura*. São Paulo: Ed. Martin Claret.
- Santos, M. E. (2011). *Da observação participante a pesquisa-ação: uma comparação epistemológica para estudos em administração*. Recuperado em 08 de agosto de 2011, de: [http://www.angelfire.com/ms/tecnologia/pessoal/facef\\_pesq.pdf](http://www.angelfire.com/ms/tecnologia/pessoal/facef_pesq.pdf).
- Saraceno B. (2001a). *Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. (2a ed.). Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia.
- Saraceno, B. (2001b) Reabilitação psicossocial: uma estratégia para a passagem do milênio. In A. Pitta (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. (2a ed., pp. 13-18). São Paulo: Editora Hucitec.
- Saúde Mental em Letras Mineiras*. (n/d). Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. A. M. Lobosque (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Silva, G. F. (2008). *Os sentidos subjetivos de adolescentes com câncer*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Recuperado em 30 de junho de 2012, de [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/sentidos\\_subjetivos\\_adolescentes\\_cancer.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/sentidos_subjetivos_adolescentes_cancer.pdf).
- Silva, R. (2012). *Cadernos da Mostra – II Mostra de Arte Insensata: A travessia rumo à cidadania*. 1(1).
- Silveira, R. D. (2000). *Cidadania do louco: da utopia à possibilidade*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Souza, J. (2000). Teoria crítica do reconhecimento. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. (50), 133-241. Recuperado em 18 de maio de 2012, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452000000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452000000200008&script=sci_arttext).

- Spink, M. J. & Lima, H. (2004). Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (3a ed., pp. 93-122). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. & Medrado, B. (2004). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. (3a ed., pp. 41-62). São Paulo: Cortez.
- Taylor, C. (2000). A política do reconhecimento. In: C. Taylor. *Argumentos filosóficos*. (pp. 241-274). São Paulo: Loyola.
- Teixeira, E. C. (1997). As dimensões da participação cidadã. *Caderno CRH, Revista Quadrimestral de Ciência Sociais – Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia*, 10(26), 179-209. Recuperado em 17 de abril de 2011, de <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=198&layout=abstract>.
- Teixeira, E. C. (2001). *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez.
- Teixeira, E. C. (2002). O papel político das associações. *Serviço Social & Sociedade*. (72), 71-90.
- Vasconcelos, E. M. (Org.). (2000). *Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcelos, E. M. (2007). Tipologia e desafios dos dispositivos participativos e de empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores no campo da saúde mental no Brasil recente. *Rubedo*. Ano IX, 34. Recuperado em 20 de novembro de 2011, de: <http://www.rubedo.psc.br/artigosb/perfusua.htm>.
- Vasconcelos, E. M. (2009). Perfil das organizações de usuários e familiares no Brasil, seus desafios e propostas. *Cad. Bras. Saúde Mental*, 1(1). [CD-ROM]. Recuperado em 10 de novembro de 2011, de <http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1000>.
- Vasconcelos, E. M. & Rodrigues, J. (2010). *Organização de usuários e familiares em saúde mental no Brasil: uma contribuição para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial*. Recuperado em 20 de março de 2011, de [http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=34591&janela=1](http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=34591&janela=1).

- Vervloet, A. M. P; Palassi, M. P. (2011). Eleições, mesários e subjetividade: reflexões sobre a produção de sentidos subjetivos a partir da participação voluntária no processo de votação. *Psicologia & Sociedade*, 23(2), 312-324.
- Vieira, P. P. (2006). Reflexões sobre a história da loucura de Michel Foucault. *Revista Aulas*. (3), 01-21. Recuperado em 25 de julho de 2011, de: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/24.pdf>.
- Voirol, O. (2008). A esfera pública e as lutas por reconhecimento: de Habermas a Honneth. *Cadernos de Filosofia Alemã*, (11), 33-56.
- Vygotsky, L. S. (1987). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Yin, R. K. (1994). *Case study research: design and methods*. (2a ed.) Thousand Oaks: SAGE
- Winnicott, D. W. (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

**APÊNDICE A – Eventos acompanhados através de observação participante (2011/2012)**

Eventos	Reuniões da ASUSSAM	Reuniões do Fórum Mineiro de Saúde Mental	Eventos diversos
Datas dos eventos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 17/05/2011</li> <li>- 08/09/2011</li> <li>- 10/11/2011</li> <li>- 12/04/2012</li> <li>- 26/04/2012</li> <li>- 14/05/2012</li> <li>- 28/05/2012</li> <li>- 11/06/2012</li> <li>- 09/07/2012</li> <li>- 23/07/2012</li> <li>- 26/07/2012</li> <li>- 13/08/2012</li> <li>- 10/09/2012</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 07/05/2011</li> <li>- 02/07/2011</li> <li>- 02/09/2011</li> <li>- 01/10/2011</li> <li>- 03/12/2011</li> <li>- 05/05/2012</li> <li>- 02/06/2012</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 07/07/2011 - Roda de conversa na Semana de Saúde Mental da UFMG.</li> <li>- 20/10/2011 - aula para graduação/ estágio I, no curso de Psicologia da UFMG, como parte do estágio de docência do mestrado.</li> <li>- 31/03/2012 - Fórum da Frente Mineira de Entidades pela Cidadania, Dignidade e Direitos Humanos na Política Nacional sobre Drogas (FMDDH), no CERSAM AD.</li> <li>- 14/04/12 – Cerimônia de escolha do samba enredo para o desfile do Dia Nacional da Luta Antimanicomial - 18 de maio, no Parque Lagoa do Nado/BH</li> <li>- 02/04/2012 - Aula pública sobre drogas, iniciativa da FMDDH, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.</li> <li>- 16/05/2012 - Semana da Saúde Mental, na UFMG</li> <li>- 19/05/2012 – Apresentação teatral do grupo Sapos e Afogados, no Sesc Palladium.</li> <li>- 27/06/2012 – Abertura da Mostra de Arte Insensata, no Espaço Cultural 104.</li> </ul>

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte da pesquisa, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. A participação na pesquisa é voluntária, não gera compensação financeira, e o participante pode interromper sua participação a qualquer momento. Será mantido o sigilo das informações, os registros serão confidenciais. A sua identidade somente será conhecida pelos pesquisadores e as informações obtidas serão utilizadas exclusivamente para este estudo. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. O possível risco da pesquisa envolve possibilidade de algum constrangimento durante a entrevista, considerando isso, saiba que você não precisará responder nada que não queira ou não se sinta à vontade para falar. As entrevistas serão gravadas, transcritas e arquivadas e não serão repassadas a terceiros. Os resultados da pesquisa serão apresentados aos entrevistados e divulgados através de publicações científicas. Caso o entrevistado tenha dúvidas, poderá entrar em contato conosco. Seguem abaixo as informações sobre a pesquisa:

**Instituição:** Universidade Federal de Minas Gerais

**Título do projeto:** O sentido da participação política para portadores de sofrimento mental

**Pesquisadoras responsáveis:** Carolina Novaes Cunha/ Maria Stella Brandão Goulart

**Endereço:** Av. Antônio Carlos, 6627, Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG.

**Telefone para contato:** ( 31) 3409-5042/ 3409-3814

Esta pesquisa pretende compreender o sentido da participação política para pessoas com histórico de sofrimento mental. Diante da importância da participação popular na nos processos democráticos, a pesquisa se justifica ao propor uma compreensão da participação política de sujeitos com histórico de sofrimento mental, possibilitando, assim, uma discussão sobre controle social em saúde mental. Pretende-se, para tanto, realizar entrevistas com pessoas com histórico de sofrimento mental que participam de organizações da sociedade civil ou fóruns públicos de discussão.

Agradecemos pela colaboração.

---

Carolina Novaes Cunha

---

Maria Stella Brandão Goulart

Aluna do Programa de Pós-Graduação de  
Psicologia da UFMG

Professora do Programa de Pós-Graduação do  
Departamento de Psicologia da UFMG

Eu,....., membro da Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental, abaixo assinado, declaro ter sido informado sobre os procedimentos e propostas da pesquisa: **“O sentido da participação política para pessoas com sofrimento mental”** e concordo participar voluntariamente da mesma.

Belo Horizonte –MG , ..... de ..... de .....

---

Assinatura do entrevistado

Em caso de dúvidas sobre questões éticas, entre em contato com COEP/UFMG: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – sala2005 – CEP:31270-901 – BH- MG – Telefax: (31)3409-4592 – email: coep@prpq.ufmg.br